

PERFIL SOCIOECONÔMICO DO PIAUÍ

Organizadores
Francisco José Araújo Bezerra
Tibério Rômulo Romão Bernardo
Luciano J. F. Ximenes
Airton Saboya Valente Junior

PERFIL SOCIOECONÔMICO DO PIAUÍ

Fortaleza
Banco do Nordeste do Brasil
2015



**Banco do
Nordeste**

Presidente:

Marcos Costa Holanda

Diretores:

Francisco das Chagas Soares
Isaias Matos Dantas
Luiz Carlos Everton de Farias
Manoel Lucena dos Santos
Paulo Sérgio Rebouças Ferraro
Romildo Carneiro Rolim

**Escritório Técnico de Estudos Econômicos
do Nordeste – ETENE**

Superintendente

Francisco José Araújo Bezerra

**Ambiente de Estudos, Pesquisas e
Avaliação**

Gerente

Tibério Rômulo Romão Bernardo

Célula de Estudos e Pesquisas

Gerente

Luciano J. F. Ximenes

**Célula de Informações Econômicas,
Sociais e Tecnológicas**

Gerente

Wendell Márcio Araújo Carneiro

Ambiente de Políticas de Desenvolvimento

Gerente

José Rubens Dutra Mota

**Célula de Políticas de Financiamento e
Monitoramento**

Gerente

Sâmia Araújo Frota

Coordenação Técnica:

Luciano J. F. Ximenes

Airton Saboya Valente Junior

Equipe

Allisson David de Oliveira Martins
Antônio Ricardo de Norões Vidal
Fernando Luiz Emerenciano Viana
Francisco Diniz Bezerra
Francisco Raimundo Evangelista
Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão
Jackson Dantas Coêlho
Jacqueline Nogueira Cambota
José Alci Lacerda de Jesus
Laura Lúcia Ramos Freire
Maria de Fátima Vidal
Maria Simone de Castro Pereira Brainer
Mario Sergio Carvalho de Freitas
Sâmia Araújo Frota
Wellington Santos Damasceno

Revisão Vernacular: Hermano José Pinho

Normalização: Audrey Caroline Marcelo
do Vale

Projeto Gráfico: Gustavo Bezerra
Carvalho

Diagramação: Patrício Moura

Colaboração:

Elias Augusto Cartaxo
Iara Amaral Lourenço
Hamilton Reis de Oliveira
Paulo André Almeida Lopes
Roberto Jarlllys Reis Lima
Thamiris Ferreira Pinto Paiva

Depósito Legal junto à Biblioteca Nacional conforme Lei n.10.994, de 14 de dezembro de 2004.

P438 Perfil socioeconômico do Piauí / Francisco José Araújo Bezerra... [et al.], organizadores. – Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2015.

178 p.: il., color.

ISBN 978-85-7791-244-5

1. Perfil socioeconômico – Piauí. I. Bezerra, Francisco José Araújo.
II. Bernardo, Tibério Rômulo Romão. III. Ximenes, Luciano J. F. IV.
Valente Junior, Airton Saboya. V. Título.

CDU: 330.981

Prefácio

Nos últimos anos, o Nordeste foi favoravelmente impactado pela associação de evidente crescimento econômico e de melhoria significativa nas condições sociais. No entanto, ainda apresenta características que emperram o alcance de maiores índices de desenvolvimento socioeconômico e que são agravadas pela desigualdade dentro da própria Região. Prova dessa última afirmação é o fato de que os melhores indicadores do Nordeste ainda estão concentrados nos estados da Bahia, Pernambuco e Ceará.

Diante dessa realidade e em sintonia com os resultados apontados em um conjunto de estudos recentemente elaborados pelo Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE), denominado Nordeste 2022, o Banco do Nordeste acredita que um dos maiores desafios para a Região é a descentralização do desenvolvimento. Para isso, o primeiro passo é avaliar a situação socioeconômica atual de cada Estado, identificar potencialidades e apontar diferenciais competitivos e oportunidades em cada um deles, procurando sinalizar possíveis iniciativas estratégicas, capazes de nortear a elaboração ou atualização de políticas públicas ou a tomada de decisões do setor privado, sempre sob uma perspectiva de integração regional.

Apoiado nessa visão, o BNB, por meio do ETENE, tem a satisfação de lançar o **Perfil Socioeconômico dos Estados do Nordeste – Edição 2015**, composto por nove volumes – um para cada Estado nordestino.

A obra disponibiliza valiosas informações e análises sobre os Estados do Nordeste, abordando temas como a atividade econômica, o desempenho setorial, a agropecuária, a indústria, o comércio, os serviços, o turismo, o comércio exterior, a infraestrutura e o mercado de trabalho, além de um quadro resumo com os principais indicadores de cada Estado e da Região.

Os volumes reúnem também informações sobre a recente evolução socioeconômica de cada unidade federativa do Nordeste, fornecendo subsídios, por um lado, para que o setor público possa elaborar estratégias, planos e programas de desenvolvimento específicos e, por outro lado, para que o setor privado tenha à disposição a melhor informação possível para a realização de investimentos.

O caráter estratégico desse tipo de iniciativa é reforçado justamente pela possibilidade de que as informações disponibilizadas pelas publicações contribuam para a definição de ações que busquem atenuar as disparidades de renda e de capacidade produtiva entre os estados nordestinos e até mesmo dentro de cada uma dessas Unidades Federativas e que promovam uma desconcentração de investimentos na Região.

Como parte de uma ação integrada, é importante destacar que o BNB também vem priorizando a expansão de sua rede de atendimento na Região (aumento de 55% no número de agências nos últimos três anos) e a modernização de seus instrumentos de apoio, fatores fundamentais para continuar a promover a democratização do crédito, a desconcentração de investimentos na área de atuação e a mitigação de vazamentos de recursos do Nordeste para regiões mais desenvolvidas do País.

Nesse sentido, em sintonia com o começo dos mandatos dos novos governadores, o BNB iniciou a construção de agendas propositivas com os estados do Nordeste, objetivando congregar esforços em ações conjuntas para fortalecimento do sistema produtivo local, estruturação de novas oportunidades e apoio diferenciado para aquelas regiões menos desenvolvidas dentro de cada unidade federativa.

O Perfil Socioeconômico dos Estados do Nordeste – Edição 2015 vem, portanto, suprir importante lacuna no conhecimento sobre a dinâmica econômica de cada espaço territorial da Região, comparando os estados entre si e também em relação ao Nordeste e ao Brasil, o que permite ter uma base informativa confiável para uma atuação diferenciada em áreas menos desenvolvidas, sempre sob a perspectiva da melhoria de vida do conjunto da população e a consequente elevação de indicadores econômicos e sociais.

O BNB e, em particular, a equipe do ETENE esperam que esta publicação possa estimular processos de articulação, debate e planejamento no âmbito de cada Estado, de modo a propiciar o aperfeiçoamento de políticas e ações e a estruturação de parcerias estratégicas em torno do enfrentamento dos desafios mais importantes para o desenvolvimento de cada Estado do Nordeste e de toda a Região.

Marcos Costa Holanda

Presidente do Banco do Nordeste do Brasil

Apresentação

O presente trabalho reúne informações sobre a recente evolução socioeconômica do estado do Piauí, visando fornecer subsídios para o setor público elaborar estratégias, planos e programas de desenvolvimento. O documento pode ser utilizado, ainda, para auxiliar a classe empresarial nas suas tomadas de decisões em termos de alocação de recursos, além de favorecer a efetivação de novos negócios com investidores nacionais e estrangeiros, de modo a incrementar a capacidade produtiva local.

Inicialmente, sintetiza as características territoriais do Estado. Posteriormente, o documento analisa a demografia e o quadro social do Piauí. Na sequência, apresenta o desempenho da atividade econômica, especificamente em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), o PIB *per capita*, o Valor Agregado Bruto (VAB) e sua distribuição por setores da economia. Segue-se uma panorâmica do desempenho setorial, incluindo a agropecuária, indústria, comércio e serviços.

O estudo dedica um capítulo específico para quantificar os fluxos comerciais do Piauí com os demais estados e regiões do Brasil, além de determinar as categorias dos bens que são comprados e vendidos por esse Estado. Referidos dados foram gerados a partir da Matriz de Insumo-Produto do Nordeste e Estados, ferramenta elaborada pelo Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE) em parceria com a Universidade de São Paulo.

Os capítulos seguintes abordam aspectos relacionados com o turismo, o comércio exterior, a infraestrutura, o mercado de trabalho além das principais aplicações de recursos dos bancos públicos e agências de fomento, com destaque para os financiamentos de longo prazo do Banco do Nordeste. Finaliza-se com um quadro-resumo dos principais indicadores do Nordeste e Estados.

Ao disponibilizar esse trabalho, o Banco do Nordeste espera atender aos interesses dos planejadores e formuladores de políticas, investidores de diferentes portes em múltiplas atividades econômicas, além de pesquisadores e estudiosos, bem como favorecer

parcerias, aporte de novas tecnologias e formação de estratégias inovadoras e ambientalmente sustentáveis e que elevem o grau de modernidade e competitividade da economia piauiense, gerando mais renda, emprego e bem-estar para a população local.

Francisco José Araújo Bezerra

Superintendente do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do
Nordeste (ETENE)

Sumário

	Prefácio	5
	Apresentação	7
1	Características territoriais	11
	Referências	18
2	Demografia e panorama social	19
	Referências	25
3	Desempenho da economia estadual	27
	Referências	34
4	Agricultura	37
	Referências	42
5	Pecuária	43
5.1	Avicultura	44
5.2	Bovinocultura	45
5.3	Caprinos e ovinos	49
5.4	Apicultura	51
5.5	Considerações finais	52
	Referências	54
6	Indústria	57
6.1	Perfil da indústria do Piauí	58
6.2	Indústrias extrativas	63
6.3	Indústrias de transformação	66
6.4	Indústria da construção	70
6.5	Serviços Industriais de Utilidade Pública	71
6.6	Considerações finais	72
	Referências	73
7	Comércio e serviços	75
7.1	Comércio	78
7.2	Serviços	80
7.3	Considerações finais	82
	Referências	84

8	Fluxos do comércio interestadual	85
8.1	Compras de insumos intermediários	86
8.2	Vendas de insumos intermediários	91
8.3	Balanço das compras e vendas	96
8.4	Análise da agregação de valor	96
	Referências	100
9	Turismo	101
	Referências	107
10	Comércio exterior	109
	Referências	116
11	Infraestrutura	117
11.1	Infraestrutura de transportes	117
11.2	Infraestrutura de energia elétrica	120
11.3	Infraestrutura de utilidade pública	122
	Referências	125
12	Mercado de trabalho	127
12.1	Evolução do emprego e desemprego – PNAD Contínua	127
12.2	Evolução do emprego formal – RAIS	131
	Referências	137
13	Intermediação financeira	139
	Referências	144
14	Financiamentos de longo prazo do Banco do Nordeste: o FNE	145
	Referências	153
15	Considerações finais	155
	Apêndices	161

1 Características territoriais

Leonardo Dias Lima

Economista. Mestre em Avaliação de Políticas Públicas

Thamiris Ferreira Pinto Paiva

Graduanda em Agronomia. Bolsista de Nível Superior

O estado do Piauí possui território de 251,6 mil km², ocupando a terceira maior dimensão espacial do Nordeste (1.554,3 mil km²), correspondendo a 16,2% da área total dessa Região. Em relação ao Brasil, classifica-se em décimo segundo lugar em extensão, respondendo por 3,0% da área do País (8.515,8 mil km²). O Piauí limita-se ao norte com o Oceano Atlântico, ao sul com Tocantins e Bahia, a Leste com Pernambuco e Ceará, e a Oeste com o Maranhão (Mapa 1).

A regionalização federal do Piauí, em mesorregiões e microrregiões geográficas, obedece aos critérios estabelecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de acordo com o processo de transformação do espaço nacional e da estrutura produtiva, o que resultou em uma divisão do Estado em quatro Mesorregiões e 15 Microrregiões geográficas especificadas no Quadro 1 e Mapa 2.

O Norte Piauiense compreende duas microrregiões e 32 municípios tendo a menor área dentre as mesorregiões piauienses, 22,2 mil km², correspondendo a 8,8% do território estadual. O Centro-Norte abrange quatro microrregiões e 64 municípios, com área de 55,3 mil km² (22,0% do Estado). O Sudeste tem três microrregiões e 62 municípios em um território de 46,2 mil km² (18,3% do Estado). O sudoeste é a maior mesorregião, com seis microrregiões e 66 municípios em 128,0 mil km² (50,9% do Estado).

Mapa 1 – Localização geográfica do Piauí



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com informações cartográficas do IBGE (2010).

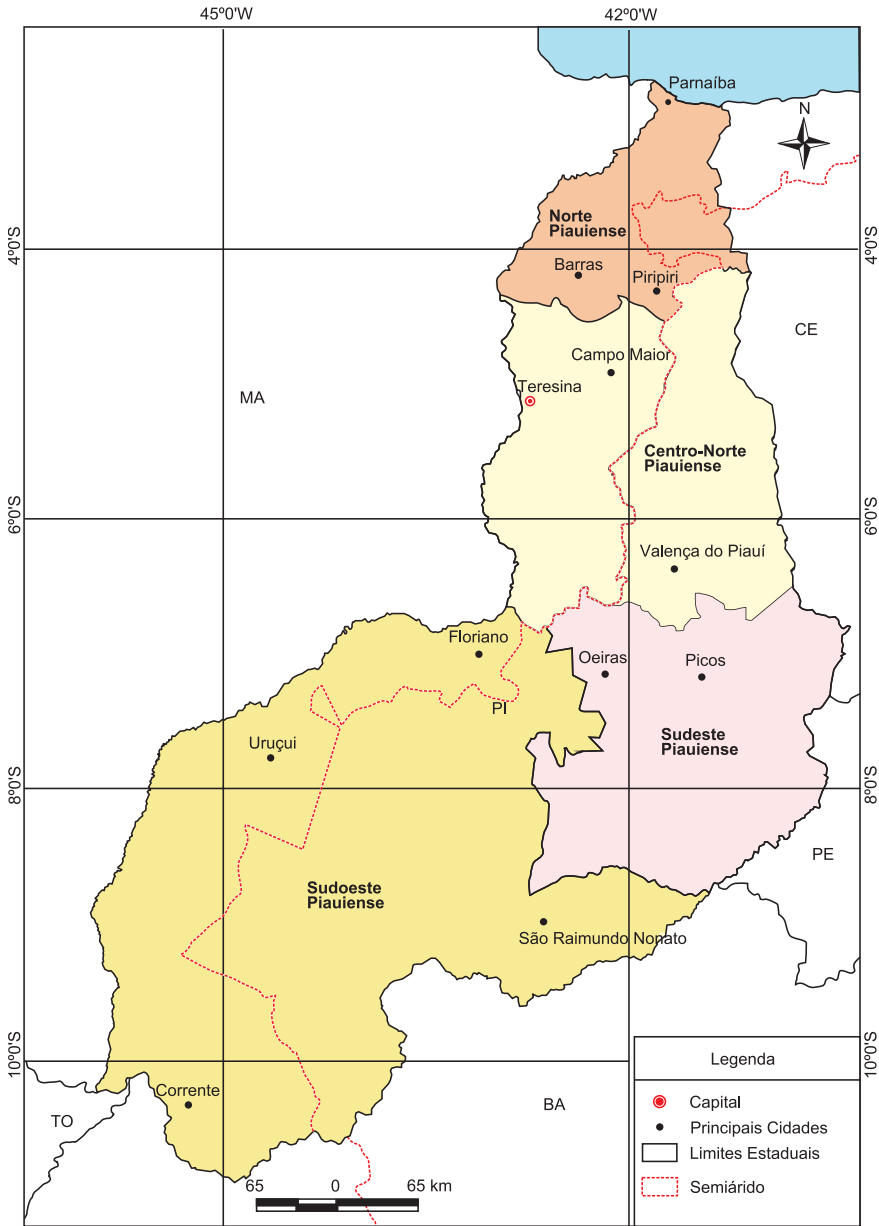
Quadro 1 – Mesorregiões e microrregiões geográficas - Piauí

Mesorregiões	Microrregiões
Norte Piauiense	Baixo Parnaíba Piauiense, Litoral Piauiense
Centro-Norte Piauiense	Campo Maior, Médio Parnaíba Piauiense, Teresina, Valença do Piauí
Sudeste Piauiense	Alto Médio Canindé, Picos, Pio IX
Sudoeste Piauiense	Alto Médio Gurgéia, Alto Parnaíba Piauiense, Bertolínia, Chapadas do Extremo Sul Piauiense, Floriano, São Raimundo Nonato

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2010).

Além da regionalização estabelecida pelo IBGE, o Ministério da Integração Nacional e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) estabelecem o semiárido brasileiro para efeito de definição e implementação de políticas públicas. Referido território é caracterizado pelo clima semiárido, índice de precipitação pluviométrica anual inferior a 800 mm, vegetação de caatinga ou de transição, além de apresentar, em geral, indicadores socioeconômicos abaixo da média do Nordeste. No caso do Piauí, o semiárido compreende 59,3% do território do Estado e abrange uma área de 149,2 mil km², Mapa 3.

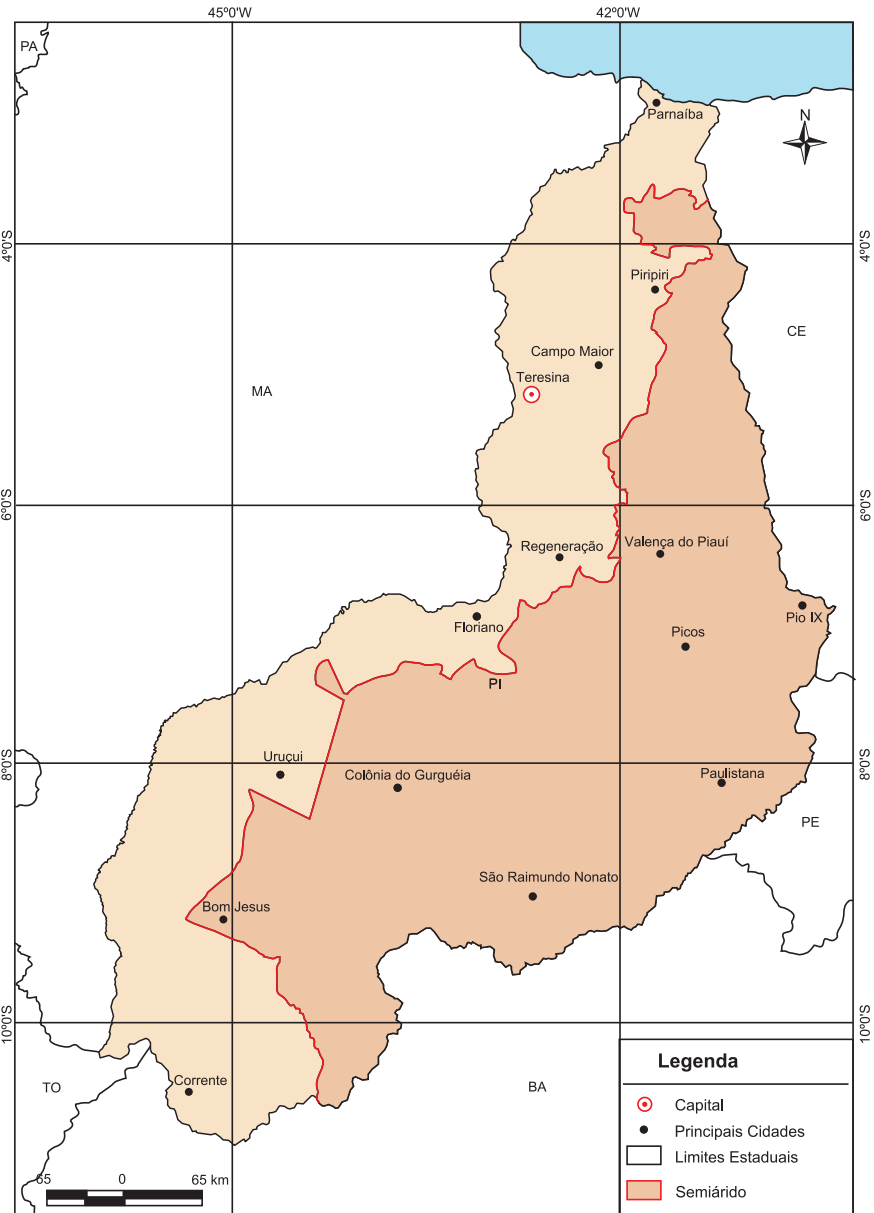
Mapa 2 – Mesorregiões do estado do Piauí



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com informações cartográficas do IBGE (2010).

Nota 1: Municípios com maior população em 2014 nas microrregiões.

Mapa 3 – Semiárido e principais municípios do Piauí



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com informações cartográficas do IBGE (2010).

Nota 1: Municípios com maior população em 2014 nas microrregiões.

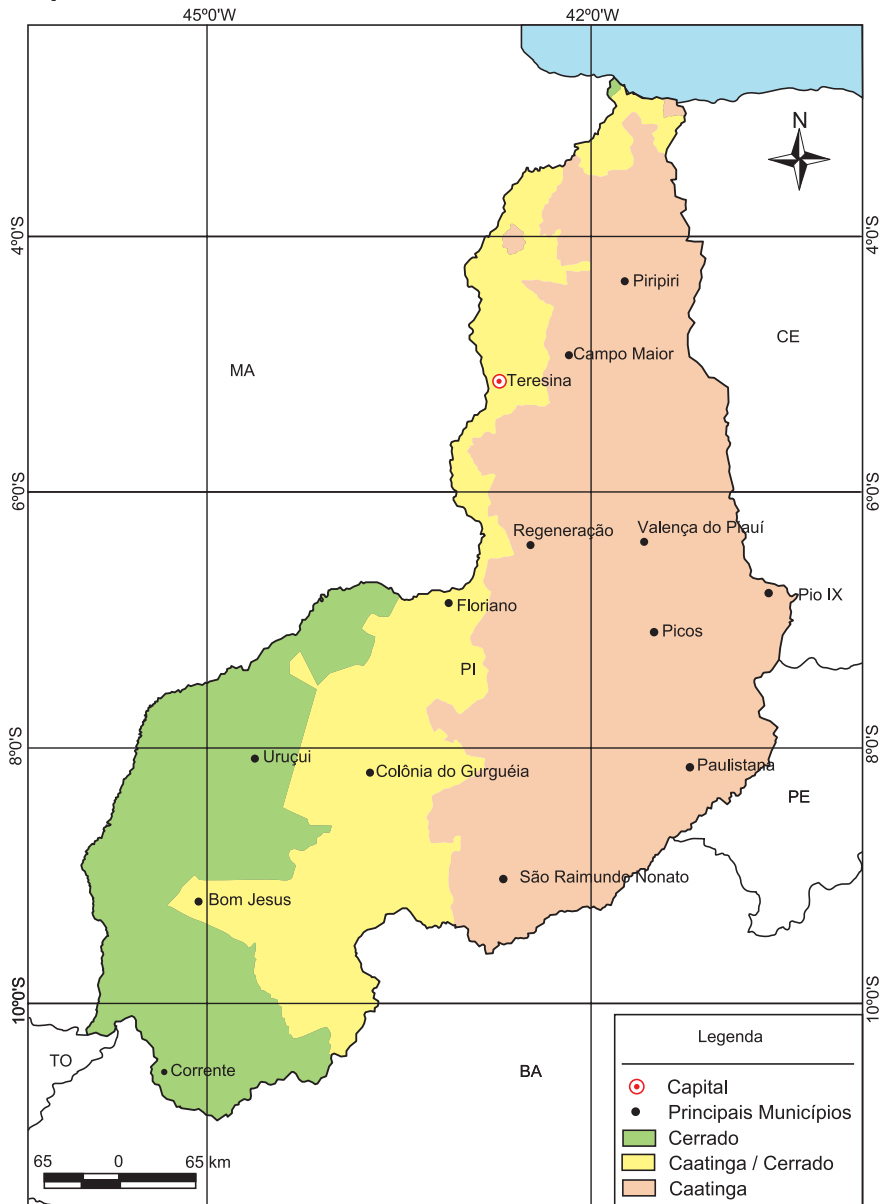
O Estado possui rica base de recursos naturais assentada em dois biomas característicos do Nordeste brasileiro: a Caatinga e o Cerrado, além de uma área de transição denominada Caatinga/Cerrado (Mapa 4).

O bioma Caatinga ocupa uma área de 129,4 mil km² ou 51,4% do território estadual, espalhando-se nas mesorregiões Centro-Norte e Sudeste. As precipitações pluviométricas dessa área são concentradas em curto período, ocorrendo durante o verão e com a estação seca se prolongando por até 8 meses, com índices pluviométricos variando de 400 mm a 800 mm por ano (FUNDAÇÃO CEPRO, 2013).

O cerrado é o bioma localizado na porção sudoeste do território estadual, com área de 56,8 mil km², totalizando 22,6% do território piauiense. As precipitações médias podem variar de 800 mm a 1.200 mm anualmente.

A faixa de transição compreende as áreas de contato da caatinga com o cerrado, abrangendo parte do Vale do rio Parnaíba e estendendo-se do sudoeste ao noroeste do Estado, representando cerca de 26,0% do território piauiense ou 65,4 mil km². As precipitações médias anuais giram em torno de 800 mm a 1.600 mm nesse bioma.

Mapa 4 – Biomas do Piauí



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com informações cartográficas do IBGE (2010).

Nota 1: Municípios com maior população em 2014 nas microrregiões.

A principal bacia hidrográfica do Estado é formada pelo rio Parnaíba e seus afluentes, abrangendo cerca de 75% das terras do Estado. Além disso, o Piauí é detentor de importantes recursos aquíferos subterrâneos. Por outro lado, o Estado tem a menor faixa de litoral do Nordeste com apenas 1,3% do litoral dessa Região. No total são 67 km de costa, dos quais, 28 km pertencem a Luís Correia, 19 km a Parnaíba, 15 km a Cajueiro da Praia e 5 km ao município de Ilha Grande (IBGE, 2010).

Apesar da existência de um marco ambiental regulatório, a pressão antrópica tem exercido efeitos danosos ao meio ambiente do Estado, a exemplo do desmatamento, erosão de solos, degradação de ecossistemas, contaminação dos recursos hídricos e poluição do litoral, de forma que uma das prioridades das políticas de desenvolvimento deverá ser a promoção da sustentabilidade socioambiental dos territórios piauienses.

Referências

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Desenvolvimento Regional. Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional, 1., 2012. **Documento referência**. Brasília, DF, 2012.

FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E SOCIAIS DO PIAUÍ. **Piauí: visão sumária**. Teresina, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Malha Municipal Digital**. Rio de Janeiro, 2010.

2 Demografia e panorama social

Jackson Dantas Coêlho

Economista. Mestre em Economia Rural

A população do Piauí alcançou 3.194.718 habitantes em 2014, incremento de 1,0% em relação ao número levantado no censo de 2010 (3.119.015 habitantes), o que resulta em uma densidade demográfica baixa, de apenas 12,4 hab/km², uma das menores da região Nordeste (IBGE, 2014).

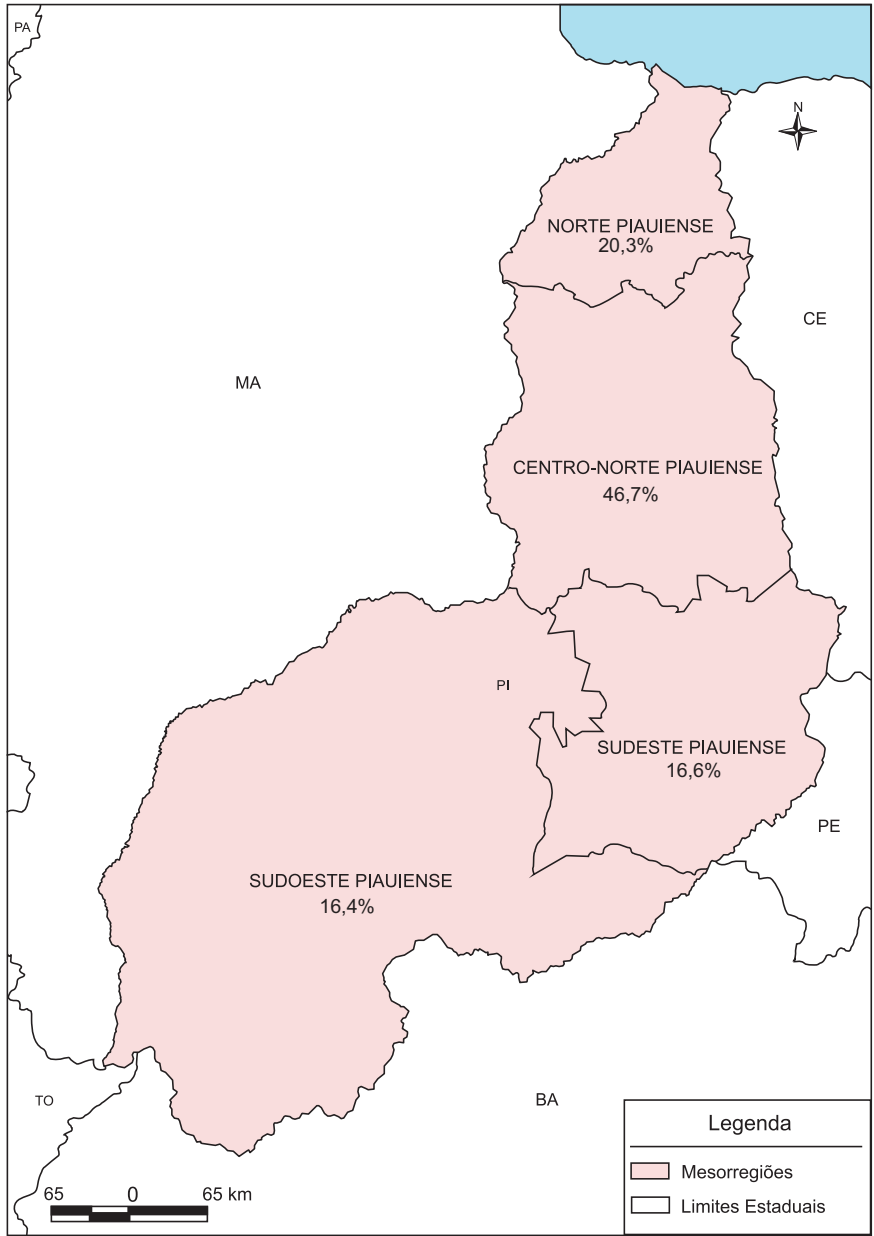
O Piauí está dividido em 224 municípios, sendo que a capital, Teresina, concentra 26,0% da população estadual, a única do Nordeste que não se localiza no litoral. Para 2030, o IBGE projeta 3.232.330 pessoas residentes, representando aumento percentual de 3,6% sobre o resultado do censo de 2010.

A taxa de urbanização da população piauiense, em 2012, foi de 67,0%. É uma das mais baixas do Nordeste, superando somente a do Maranhão, reflexo da baixa ocupação territorial em vasto território. As médias para o Nordeste e o País são de 73,1% e 84,3%, respectivamente.

Os quatro municípios mais populosos do Estado, Teresina, Parnaíba, Picos e Piripiri, somam 1.187.559 habitantes (estimativa do IBGE para 2014) em uma área de 7.180,8 km², perfazendo a média de 165 habitantes/km², superior, portanto, à densidade demográfica do Estado.

A mesorregião Centro-Norte concentra o maior contingente populacional do Estado (46,7%), seguido pelo Norte Piauiense (20,3%). O Sudeste e o Sudoeste possuem pouco mais de 16% cada uma, Mapa 1.

Mapa 1 – Participação das mesorregiões na população do Piauí



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com informações cartográficas do IBGE (2010).

As principais cidades estão distribuídas ao longo de seu território, sendo Teresina o principal polo econômico do Estado, enquanto

Parnaíba, no litoral, é o principal destino turístico. Outras cidades, apesar de não estarem entre as mais populosas, também têm importância econômica, como São Raimundo Nonato, no sul do Estado, polo turístico e importante sítio arqueológico (contém vestígios das primeiras civilizações das Américas, de 50.000 anos a.C.), e Uruçuí, Baixa Grande do Ribeiro e Bom Jesus, pela importância na produção agropecuária do Estado, principalmente grãos, Mapa 1.

A esperança de vida ao nascer do Estado era de 67,9 anos em 2000, e elevou-se para 69,9 em 2010, ainda abaixo da média nordestina (71,2 anos) e da brasileira (73,9 anos).

Segundo informações do IBGE, o número de médicos por mil habitantes, em 2000, era de 0,57, tendo subido para 0,93, dez anos depois, comprovando melhorias na cobertura de saúde para a população. Ainda são números inferiores aos do Nordeste, que em 2010 tinha 1,09 por mil habitantes, e ao Brasil, 1,86 por mil habitantes. Em termos de leitos hospitalares, são 2,46 para cada mil habitantes, índice superior ao regional (2,02) e ao nacional (2,26).

Ainda segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2013, do IBGE, o Piauí tinha 98,6% das residências com água canalizada internamente, 80,4% com rede de esgoto ou fossa séptica, e 64,2% com coleta direta de lixo.

O Piauí conta com uma Universidade Federal (UFPI), uma Estadual (UEPI) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET-PI)¹, além de 31 instituições privadas de ensino superior, 22 delas atuando em Teresina e as demais no interior do Estado. O aperfeiçoamento da mão de obra é realizado por instituições de ensino profissionalizante – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Piauí (SEBRAE-PI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac).

¹ Foram criados pelo Projeto de Lei 3775/2008, que transformou quase todos os CEFETs, que eram as antigas Escolas Técnicas Federais, nos IFETS, à exceção do estado do Paraná. Estas são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares, especializados em educação profissional e tecnológica nas diferentes áreas de ensino, conjugando conhecimentos técnicos e tecnológicos às suas práticas pedagógicas.

No entanto, o ensino básico ainda necessita melhorias: a taxa de analfabetismo no Estado, entre os maiores de 15 anos, reduziu-se de 24,3%, em 2008, para 19,7%, em 2013, mas ainda é a segunda maior do Nordeste, superando o índice regional (16,9%) e o nacional (8,5%) (IPEA, 2014).

No Piauí, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que envolve indicadores de saúde, educação e renda, foi de 0,362 em 1991, tendo saltado para 0,646 em 2010, pouco abaixo do regional no mesmo ano (0,660) e do nacional (0,726) (melhor quanto mais próximo de 1). O aumento do índice, em duas décadas, pressupõe melhorias no quadro social do Estado, especificamente nas variáveis envolvidas em seu cálculo. O aumento do IDH neste período se alinha com a redução da desigualdade de renda ocorrida entre 1990 e 2013, medida pelo índice de Gini (melhor quanto mais próximo de 0), que no Estado caiu de 0,666 para 0,515, respectivamente, sendo menor, em 2013, que os índices regional (0,537) e nacional (0,527). As melhorias podem ser atribuídas aos programas governamentais de transferência de renda, de formação profissional para o mercado de trabalho além do incremento do salário mínimo (Tabela 1).

Tabela 1 – Evolução do IDH e Índice de Gini - Anos selecionados - Piauí, Nordeste e Brasil

Índices de Desenvolvimento Humano e de Gini	Piauí	Nordeste	Brasil
IDH (1991)	0,362	0,405	0,501
IDH (2010)	0,646	0,660	0,726
Índice de Gini (1990)	0,666	0,626	0,614
Índice de Gini (2013)	0,515	0,537	0,527

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com os dados do Ipeadata. Ipea (2014).

Em síntese, é importante ressaltar que os indicadores sociais obtiveram incrementos importantes nos últimos anos, embora ainda sejam inferiores à média brasileira. Cabe destacar que, apesar disso, as diferenças existentes em relação aos estados mais desenvolvidos tenderam a se reduzir no período analisado.

Apesar dos expressivos avanços verificados nos indicadores econômicos e sociais, é fundamental reconhecer que existem desafios a serem vencidos nos próximos anos. O IDH do Piauí (0,646 em 2010) ainda permanece abaixo da média para o Nordeste (0,660 em 2010) e da média nacional (0,726 em 2010).

Um aspecto relevante diz respeito às transformações demográficas no Estado. Atualmente, o número das pessoas com idade entre 15 e 64 anos, denominado de População em Idade Ativa (PIA), totaliza 2,3 milhões de pessoas, superando o número daqueles com idade inferior a 15 anos e superior a 64 anos, equivalente a 790 mil pessoas, que é denominado de População em Idade Inativa (PINA).

Quando a PIA é superior a PINA tem-se uma situação em que a força de trabalho é relevante no conjunto da população total, ocorrendo, portanto o chamado “bônus demográfico”. O Piauí tem desfrutado dessa situação nos últimos anos.

Por outro lado, as taxas de crescimento populacional têm diminuído ao longo das últimas décadas, e ao mesmo tempo a população idosa aumenta a taxas maiores que o restante das outras faixas etárias. Em consequência, o bônus demográfico tende a diminuir no futuro, o que implicará em redução da força de trabalho e exigirá um redesenho nas políticas públicas, principalmente as voltadas para formação profissional de jovens e de assistência médica e previdenciária para os mais idosos (IBGE, 2010).

A diminuição do ritmo de crescimento da população no Piauí é reflexo da redução das taxas de fecundidade, natalidade e mortalidade, por efeito do processo de urbanização da população, da crescente inserção da mulher no mercado de trabalho, dos avanços da medicina e da melhoria da qualidade de vida da população (Tabela 2).

Ressalta-se que o Piauí não constitui área de forte influxo migratório. Ao contrário, é comum a emigração da população jovem para outros Estados mais desenvolvidos.

Outro aspecto importante diz respeito ao processo de localização espacial da população, marcado pela crescente concentração nos centros urbanos, atualmente cerca de dois terços da população estadual reside nessas áreas. A mesorregião Centro-Norte, com 22,0% do território piauiense, concentra 46,7% da população estadual enquanto que somente em Teresina vivem 26,0% dos habitantes do Piauí.

Tabela 2 – Evolução dos Índices de Fecundidade, Natalidade e Mortalidade - Anos selecionados - Piauí, Nordeste e Brasil

Índices de Fecundidade, Natalidade e Mortalidade	Piauí	Nordeste	Brasil
Fecundidade (1991) (1)	3,4	3,4	2,7
Fecundidade (2011)	1,8	1,9	1,8
Natalidade (1991) (2)	26,3	26,8	23,4
Natalidade (2011)	16,7	16,9	15,6
Mortalidade (1991) (3)	10,1	9,4	7,7
Mortalidade (2011)	5,9	6,1	6,3

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2012).

Notas:

- (1) número médio anual de filhos por mulher;
- (2) número de nascidos vivos por 1.000 habitantes, por ano;
- (3) número de óbitos por 1.000 habitantes, por ano.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. **DATASUS**. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2012/matriz.htm>>. Acesso em: 11 nov. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2010.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, 2013**: síntese de indicadores. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=pi&tema=pnad_2013>. Acesso em: 11 nov. 2014.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS. **Ipeadata, temas, renda**. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 11 nov. 2014.



3 Desempenho da economia estadual

Jacqueline Nogueira Cambota

Economista. Doutora em Economia

O texto analisa a evolução do Produto Interno Bruto (PIB) do Piauí com o objetivo de mostrar o desempenho macroeconômico desse Estado no período compreendido entre 2002 e 2012, de acordo com a disponibilidade das Contas Regionais do IBGE. Destaca-se que esse indicador sintetiza a soma de todos os bens e serviços produzidos em uma determinada região (município, Estado ou país) em um dado período de tempo. Dessa forma, quanto maior o PIB em um período, maior terá sido o nível de produção de uma economia e sua capacidade de gerar riqueza.

O PIB isoladamente não mostra como a riqueza gerada está sendo distribuída entre a população residente em uma região. Para isso, pode-se utilizar o PIB *per capita*, que representa o PIB dividido pela população residente no território estudado.

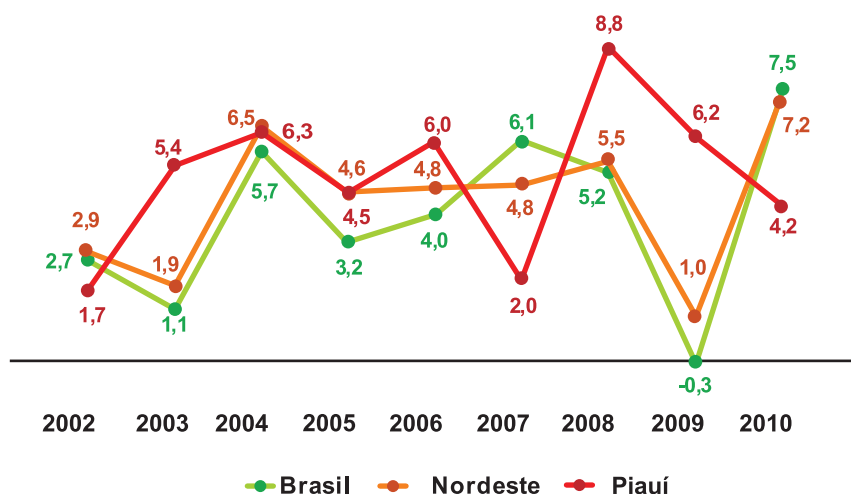
O período escolhido para análise é marcado por importantes transformações econômicas e sociais no País, que beneficiaram de forma expressiva o Nordeste, tanto pelo crescimento econômico quanto pela significativa redução na desigualdade de renda e pobreza. Outro aspecto marcante nesses anos diz respeito à prolongada crise financeira e econômica internacional, que teve início no final de 2007 e que tem se prolongado até os dias de hoje, afetando não apenas as principais economias capitalistas, mas também países em desenvolvimento como o Brasil.

Desse modo, a análise compreende dois subperíodos distintos em termos de crescimento da economia brasileira. O primeiro (2002-2008) se caracteriza pela taxa de crescimento média anual de 4,2%, enquanto que o segundo (2009-2013), possui taxas de

crescimento de 2,1%, compreendendo o período em que a economia brasileira sentiu mais fortemente os efeitos da mencionada crise internacional.

Em termos de comportamento da economia do Piauí, destaca-se o desempenho do PIB do Estado no ano que antecedeu os impactos da crise financeira internacional na economia brasileira, quando o Piauí obteve a maior taxa de crescimento em 2008 (8,8%), superando a média nacional (5,5%) e da região Nordeste (5,2%). A reduzida base de comparação de 2007 foi considerada uma das responsáveis pelo extraordinário desempenho da economia piauiense em 2008. Nesse período (2002-2008), o Piauí apresentou o oitavo maior aumento do PIB entre os estados do País e o segundo maior incremento na Região Nordeste (Contas Regionais do Brasil, 2010). Embora o Piauí apresentasse baixa participação no PIB nacional, 0,50% em 2008, a expansão de 8,8% representou um ganho nessa relação, de forma que a participação do PIB estadual elevou-se para 0,59% em 2012 (Gráficos 1 e 2).

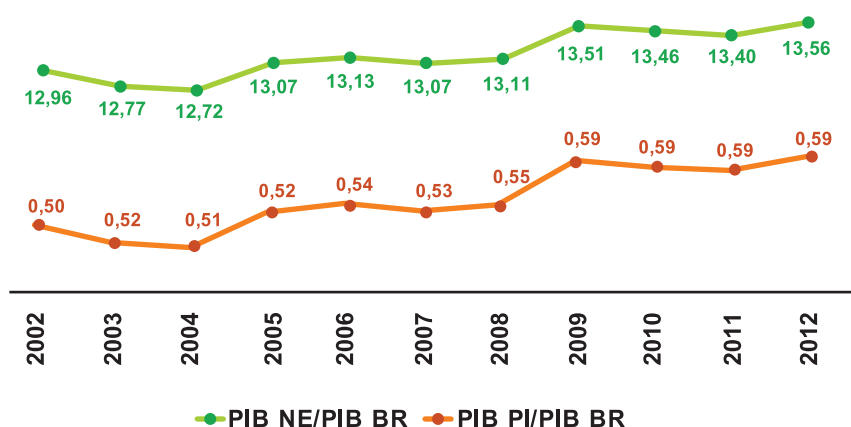
Gráfico 1 – Evolução da taxa de crescimento do PIB - Brasil, Nordeste e Piauí - 2002 a 2010 - Em %



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE a partir da série encadeada do volume do Produto Interno Bruto, disponibilizado por IBGE (2012).

No biênio 2009/10, o PIB do Piauí seguiu trajetória distinta daquela observada para as economias brasileira e nordestina. Em 2009, a economia do Piauí sofreu redução no ritmo de expansão, mas permaneceu com taxa de crescimento superior à média do Brasil e da Região; em 2010, contudo, a economia do Estado registrou crescimento abaixo do Brasil e da Região (Gráfico 1).

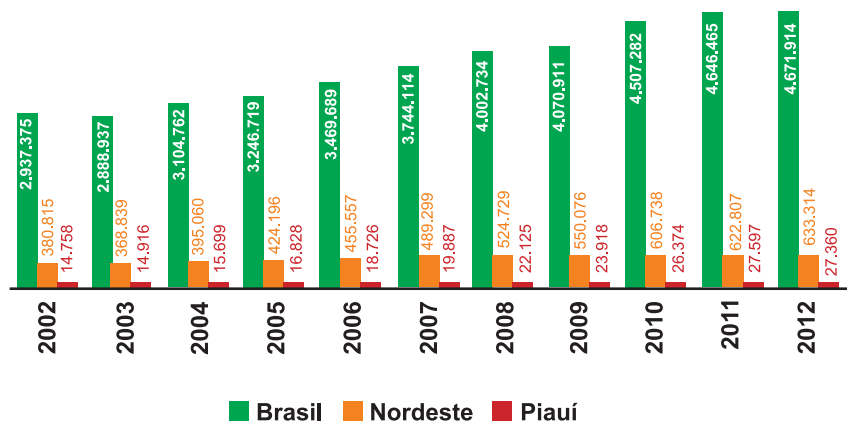
Gráfico 2 – PIB do Nordeste e PIB do Piauí em relação ao PIB do Brasil - 2002 a 2012 - Em %



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014a).

No Gráfico 3 apresenta-se o comportamento do PIB do Brasil, do Nordeste e do Piauí entre 2002 e 2012, em valores constantes a preços de 2013. Nesse período o PIB do Piauí passou de R\$ 14,8 bilhões, em 2002, para R\$ 27,4 bilhões em 2012, o que representou um crescimento de 85,4% em termos reais, superando o desempenho do Nordeste e do Brasil. As taxas de expansão do PIB do Nordeste e do Brasil foram de 66,3% e 59,1% no período analisado. Percebe-se, portanto, que a taxa de expansão do Piauí acima da média regional e nacional favoreceu o aumento da participação do PIB desse Estado em relação ao PIB do Brasil.

Gráfico 3 – Evolução do PIB - Brasil, Nordeste e Piauí - 2002 a 2012 - (R\$ milhões)

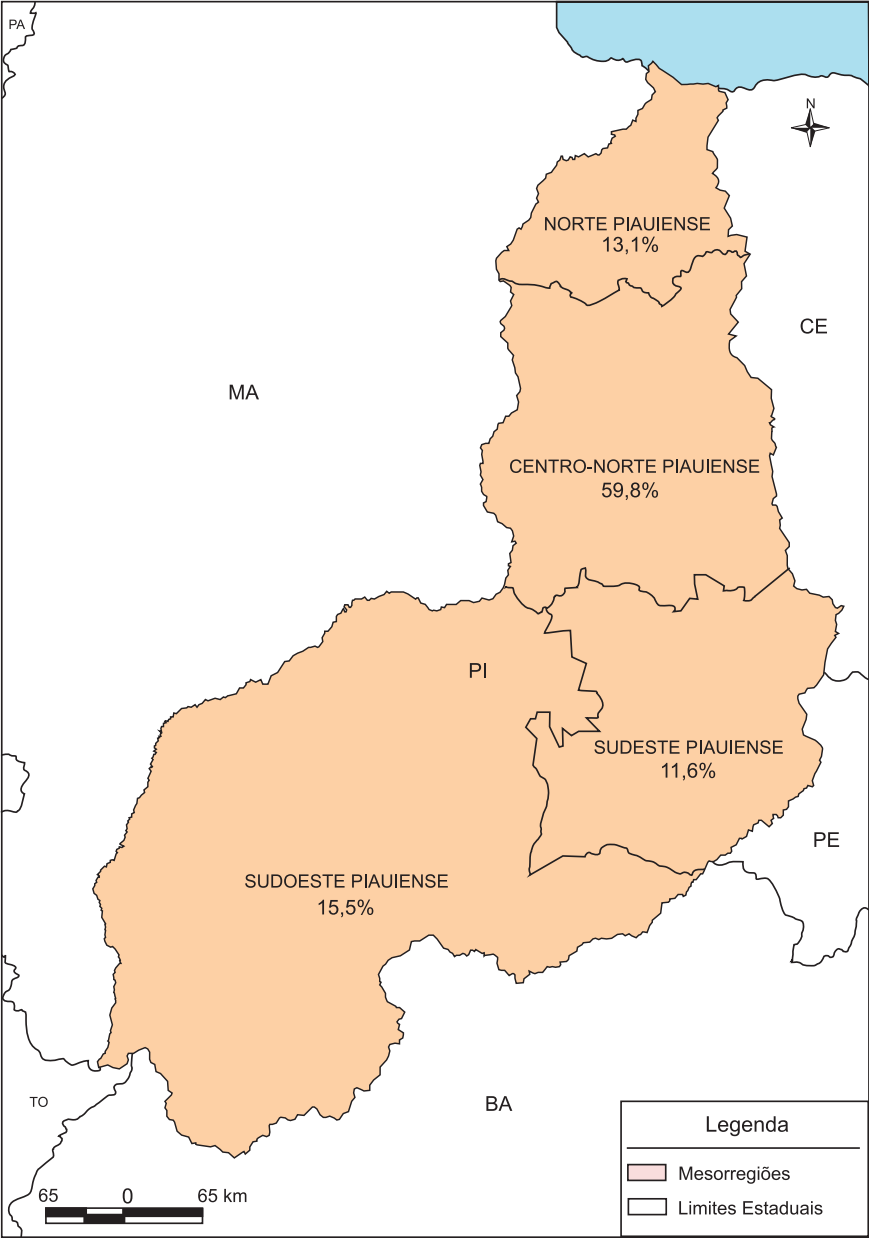


Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014a).

Nota: valores constantes corrigidos pelo IPCA com base em 2013.

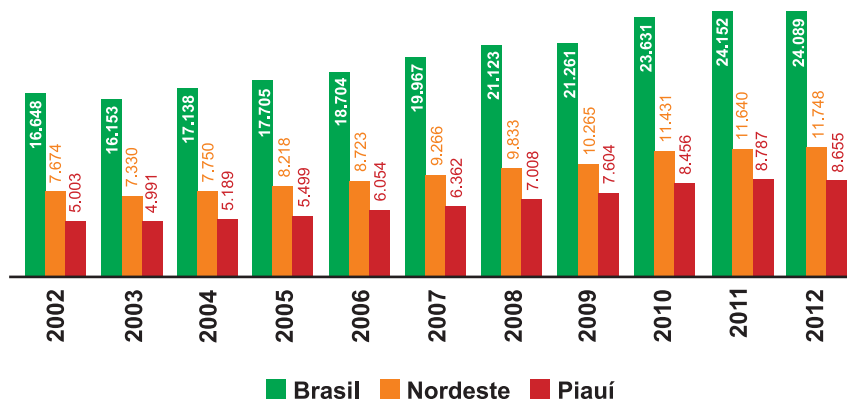
É importante registrar que o PIB do Piauí se distribui de forma desigual entre os territórios do Estado. A mesorregião Centro-Norte, que abrange a área metropolitana de Teresina, concentra 59,8% do PIB estadual. Seguem o Sudoeste (15,5%), o Norte (13,1%) e o Sudeste (11,6%), Mapa 1.

Mapa 1 – Participação das mesorregiões no PIB do Piauí



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com informações cartográficas do IBGE (2010b).

Gráfico 4 – Evolução do PIB *per capita* - Brasil, Nordeste e Piauí - 2002 a 2012 - Em R\$ - (valores constantes)



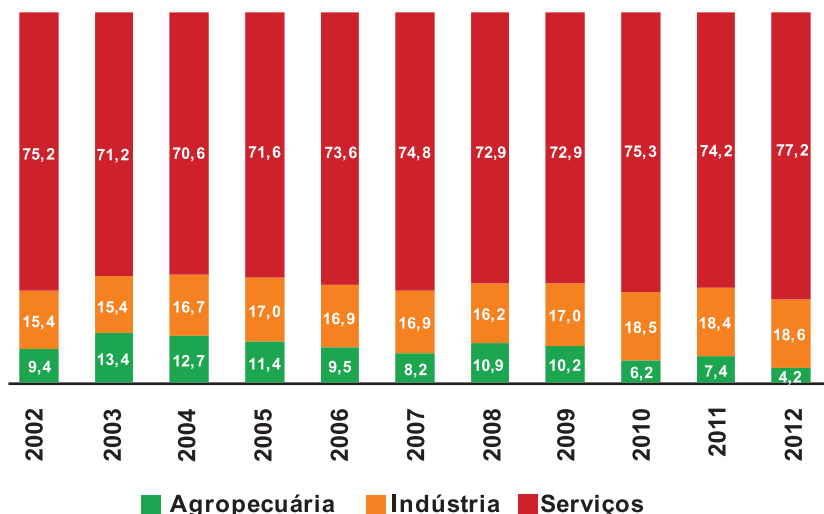
Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com base nos dados do IBGE (2008, 2010a, 2012, 2013, 2014a, 2014b).

Nota: valores constantes corrigidos pelo IPCA com base em 2013.

Considerando a trajetória do PIB *per capita* no período, também se observa a tendência de expansão nesse indicador do Piauí entre 2002 e 2012. Assim é que o PIB per capita do Piauí obteve crescimento de 73,0%, entre 2002 e 2012, superando o incremento observado no Nordeste (53,1%) e no Brasil (44,7%) (Gráfico 4).

A desagregação do Valor Adicionado Bruto (VAB), em termos setoriais, revela a concentração das atividades estaduais em serviços. Referido setor registrou crescimento de 2 pontos percentuais em sua participação na economia estadual entre 2002 e 2012. É importante destacar que o maior ganho na participação ocorreu na indústria que passou a responder por 18,6% do VAB, em 2012, contra 15,4% em 2002. A agropecuária piauiense se expandiu no período considerado, porém a um ritmo menor em comparação com os demais setores, de forma que sua participação reduziu-se de 9,4%, em 2002, para 4,2%, em 2012. (Gráfico 5).

Gráfico 5 – Participação do valor adicionado da agropecuária, indústria e serviços no VAB total - 2002 a 2012 - Em %



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014a).

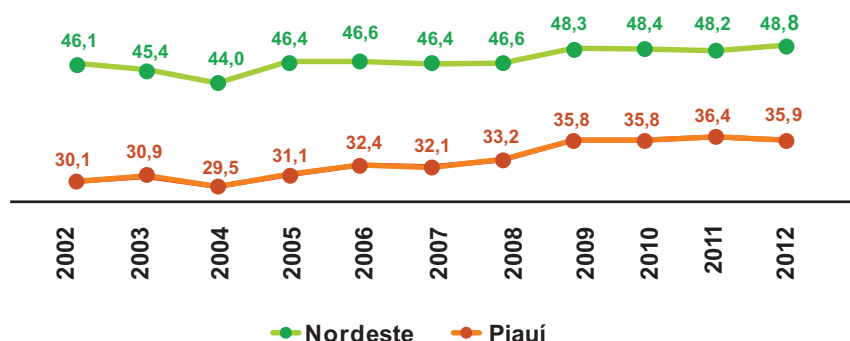
Para uma descrição da evolução da desigualdade espacial, calculou-se a proporção entre os PIBs *per capita* do Piauí e do Brasil, uma das medidas de desigualdade territorial comumente utilizadas na literatura sobre desenvolvimento regional. Construiu-se também a medida para a região Nordeste, a fim de se determinar a desigualdade no Estado em relação a Região. Quanto mais próximo de 100% menor é a diferença entre o PIB *per capita* do Estado ou do Nordeste em relação ao do País.

A redução da desigualdade no PIB *per capita* do Piauí e do Nordeste entre 2002 e 2008 pode ser visualizada no Gráfico 6. Nele se observa que a relação PIB *per capita* (Piauí/Brasil) passou de 30,9%, em 2003, para 33,2%, em 2008, o que significou um incremento de 2,3 pontos percentuais nessa medida. Observa-se, ainda, que o crescimento significativo de 8,8% em 2008 também se refletiu em redução na desigualdade espacial, pois aumentou a relação PIB *per capita* (Piauí/Brasil) entre 2008 e 2009 em 2,5 pontos percentuais.

O Piauí também reduziu a desigualdade em comparação com a Região, pois o PIB *per capita* do Estado em relação ao PIB *per capita* do Nordeste passou de 68,1% em 2002 para 73,7% em 2012. Esse resultado implica dizer que também ocorreu uma diminuição na desigualdade econômica entre o Piauí e o Nordeste.

Portanto, a desigualdade entre o Piauí e o Brasil, medida pela relação PIB *per capita* (Piauí/Brasil), obteve considerável redução entre 2002 e 2012. A manutenção da referida tendência será condicionada pelo fortalecimento das políticas regionais, de forma que o Piauí possa ser beneficiado.

Gráfico 6 – PIB *per capita* do Nordeste e do Piauí em relação ao PIB *per capita* do Brasil - 2002 a 2012 - Em %



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com base nos dados do IBGE (2008, 2010a, 2012, 2013, 2014a, 2014b).

Referências

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.

Contas regionais do Brasil 2004-2008. Rio de Janeiro, 2010a.

(Contas Nacionais, n. 32). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2008/publicacao2008.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2014.

_____. **Contas regionais do Brasil 2010.** Rio de Janeiro, 2012.

(Contas Nacionais, n. 38). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2010/publicacao2010.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2014.

_____. **Contas regionais do Brasil 2011.** Rio de Janeiro, 2013. (Contas Nacionais, n. 40). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/Contas_Regionais/2011/contasregionais2011.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2014.

_____. **Contas regionais do Brasil 2012.** Rio de Janeiro, 2014a. (Contas Nacionais, n. 42). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/Contas_Regionais/2012/contasregionais2012.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2014.

_____. **Estimativas da população.** Rio de Janeiro, 2014b. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2014/serie_2001_2014_tcu.shtm>. Acesso em: 11 nov. 2014.

_____. **Malha Municipal Digital.** Rio de Janeiro, 2010b.

_____. **Projeção da população do Brasil por sexo e idade: 1980-2050.** Revisão 2008. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/2008/default.shtm>. Acesso em: 11 nov. 2014.



4 Agricultura

Maria de Fátima Vidal

Engenheira Agrônoma. Mestre em Economia Rural

O Piauí possui grande extensão do seu território inserido no bioma cerrado, onde atualmente se concentra a maior produção de soja, milho e algodão. A agricultura empresarial nessa região tem contribuído para a geração de emprego, renda e divisas.

Os fatores primordiais para a instalação de grandes empresas nos cerrados nordestinos foram: as favoráveis condições de clima e solo; a topografia plana e suavemente ondulada, com predominância de grandes extensões que permitem a realização de todas as práticas culturais mecanizadas, e; principalmente, o baixo preço da terra considerado como um dos fatores determinantes para o deslocamento do eixo de produção das regiões tradicionais de São Paulo e Paraná para as fronteiras agrícolas do Centro-Oeste e Nordeste. Além do potencial dos cerrados para a produção de grãos, o Estado possui vantagens competitivas para exploração agrícola por meio de irrigação, devido à disponibilidade de solos e recursos hídricos em seus diferentes agroecossistemas.

A região hidrográfica do Parnaíba é a segunda mais importante do Nordeste, ocupa área de 344.112 km², drena a quase totalidade do estado do Piauí (99%), 19% do Maranhão e 10% do Ceará. As águas superficiais da região Meio-Norte (Piauí e Maranhão) estão quase totalmente inseridas na bacia do rio Parnaíba.

Além disso, os aquíferos da bacia do Parnaíba apresentam o maior potencial hídrico do Nordeste. No entanto, ainda se verifica baixa relação entre a área irrigável e a área efetivamente ocupada nos perímetros públicos irrigados nessa bacia (Mapa 1).

Dentre os principais projetos públicos de irrigação do Piauí destacam-se o Projeto Platôs de Guadalupe e o perímetro Gurguéia no Alto Parnaíba, os perímetros Caldeirão, Lagoas do Piauí e Tabuleiros Litorâneos no Baixo Parnaíba e o projeto Fidalgo no Médio Parnaíba.

Mapa 1 – Fisiografia da bacia do Parnaíba



Fonte: CODEVASF (2014)

As principais culturas temporárias do Estado são a soja e o milho, que atualmente são cultivadas principalmente nas regiões de cerrado. Os elevados incrementos das produtividades de culturas como a soja, o milho e o algodão foram decorrentes das inovações tecnológicas que tornaram produtivas grandes extensões de terras nos cerrados e de trabalhos de pesquisa desenvolvidos principalmente pela Embrapa, que contou com aporte de recursos do Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNDECIT) do Banco do Nordeste, em parceria com produtores e as instituições estaduais, que adequaram as culturas para as áreas de cerrados (Tabela 1).

Tabela 1 – Área colhida, produtividade e quantidade produzida das principais culturas temporárias e permanentes - Piauí - 2000 e 2012

Culturas	Área colhida (mil ha)			Produtividade (ton/ha)			Quant. produzida (mil ton)		
	2000	2012	Var (%)	2000	2012	Var (%)	2000	2012	Var (%)
Lavoura temporária									
Soja	40,0	444,9	1.012,0	2,5	2,8	10,7	101,0	1.242,6	1.130,7
Milho	272,5	269,1	-1,3	0,8	2,9	240,1	229,3	769,4	235,5
Arroz	168,0	112,3	-33,2	1,5	1,2	-20,8	247,0	130,7	-47,1
Feijão	207,6	157,7	-24,0	0,3	0,2	-43,4	61,9	26,5	-57,1
Algodão (em caroço)	13,2	20,8	57,7	0,4	3,6	900,0	4,8	74,8	1.474,2
Cana-de-açúcar	7,2	15,6	115,8	54,6	51,7	-5,4	395,6	807,9	104,2
Lavoura permanente									
Banana	2,8	2,0	-29,9	1,2	18,0	1.353,7	3,5	35,2	918,3
Castanha de caju	143,6	165,4	15,2	0,2	0,1	-76,7	33,4	8,9	-73,3
Coco-da baía (mil frutos)	0,8	1,0	36,0	9,1	12,4	37,2	6,8	12,7	86,6
Goiaba	0,0	0,2	491,9	42,8	19,9	-53,4	1,6	4,4	175,8
Laranja	0,8	0,4	-51,1	55,7	9,5	-83,0	44,7	3,7	-91,7
Manga	2,1	1,0	-50,2	36,7	9,3	-74,7	75,4	9,5	-87,4

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

Na mesma tabela, pode-se observar que, entre 2000 e 2012 o milho apresentou crescimento de produtividade de 240,1% e o algodão de 900,0% chegando a 3,6 toneladas de algodão em caroço por hectare, superando a média obtida no Nordeste. Com relação ao milho, houve queda na área colhida no período, no entanto, o volume da produção cresceu 235,5% como resultado do crescimento

da produtividade, certamente relacionado ao deslocamento da produção para a região de cerrado. Já o arroz e o feijão, apresentaram tanto redução da área colhida quanto de produtividade, devido, também, à ocorrência de fatores climáticos adversos.

Destaca-se, ainda como lavoura temporária, a cana-de-açúcar, que embora tenha baixa participação no valor da produção, o Estado possui elevado potencial de produção dessa cultura, pois possui condições favoráveis de solo e disponibilidade hídrica para irrigação. Entre 2000 e 2012, a cana apresentou crescimento de 104,2% na produção, resultado da expansão da área em 115,8%. No entanto, há necessidade de investimento para melhoria da produtividade que tem se mantido praticamente a mesma nesse período. Vale resaltar que 2012 foi um ano de severa estiagem o que prejudicou o desenvolvimento de lavouras de sequeiro.

As culturas de soja e milho contribuíram por 77,6% do valor da produção das lavouras temporárias em 2012. Entre 2000 e 2012, as culturas do arroz e feijão perderam participação percentual no valor na produção das lavouras temporárias cedendo espaço para as culturas exploradas na região de cerrado, principalmente a soja. O valor da produção do arroz passou de 30,1% do total das lavouras temporárias em 2000 para apenas 5,0% em 2012, no mesmo período a soja passou de 12,8% para 54,3% (Tabela 2).

Quanto às lavouras permanentes, a banana e a castanha de caju continuam sendo os principais produtos, embora seus percentuais de participação no valor da produção tenham se invertido entre 2000 e 2012. O cajueiro é cultivado predominantemente em regime de sequeiro, portanto, sua expressiva redução de produtividade está relacionada à ocorrência da seca de 2012, que provocou a queda de produção de castanha em mais de 80,0% em relação a 2011. Com relação à cultura da banana, observou-se elevada diminuição na área (-29,9%) tendo ocorrido também arrefecimento na produtividade (Tabelas 1 e 2).

Tabela 2 – Valor da produção das principais culturas temporárias e permanentes - Piauí - 2000 e 2012

Culturas	Valor da produção (mil R\$)			Participação (%)	
	2000	2012	Var (%)	2000	2012
Lavoura temporária	521.976,07	1.720.577,00	229,63	100,00	100,00
Soja	66.859,18	934.416,00	1.297,59	12,81	54,31
Milho	111.744,96	400.719,00	258,60	21,41	23,29
Arroz	157.433,73	86.595,00	-45,00	30,16	5,03
Feijão	69.597,68	72.885,00	4,72	13,33	4,24
Algodão (em caroço)	7.603,46	70.987,00	833,61	1,46	4,13
Cana-de-açúcar	28.057,21	52.147,00	85,86	5,38	3,03
Lavoura permanente	123.052,07	51.948,00	-57,78		
Banana	23.851,38	22.852,00	-4,19	19,38	43,99
Castanha de caju	68.776,39	10.714,00	-84,42	55,89	20,62
Coco-da-baía (mil frutos)	6.240,75	6.836,00	9,54	5,07	13,16
Goiaba	282,48	3.426,00	1.112,82	0,23	6,60
Laranja	6.926,03	1.995,00	-71,20	5,63	3,84
Manga	12.873,83	3.698,00	-71,28	10,46	7,12

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

Apenas a goiaba e o coco não tiveram queda na produtividade, o que pode estar relacionado ao emprego de tecnologia, a exemplo da irrigação. A fruticultura irrigada concentra-se nas bacias hidrográficas do Baixo e Alto Parnaíba que, também, apresenta potencial especialmente para a produção de arroz, e no polo de Teresina, que abrange a Capital e o município de José de Freitas. As culturas da laranja e da manga apresentaram nesse período redução da área, produtividade e conseqüentemente do volume de produção, o que foi ocasionado por problemas relacionados ao mercado.

Referências

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA. **Fisiografia do Parnaíba.**

Disponível em: <http://www.codevasf.gov.br/DeSaTiVaDo_osvales/arquivos/fisiografia-do-parnaiba.pdf/view>. Acesso em: 12 nov. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.

Produção agrícola municipal. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/pam/default.asp?o=27&i=P>>. Acesso em: 11 de nov. 2014.

5 Pecuária

Maria Simone de Castro Pereira Brainer

Engenheira Agrônoma. Mestre em Economia Rural

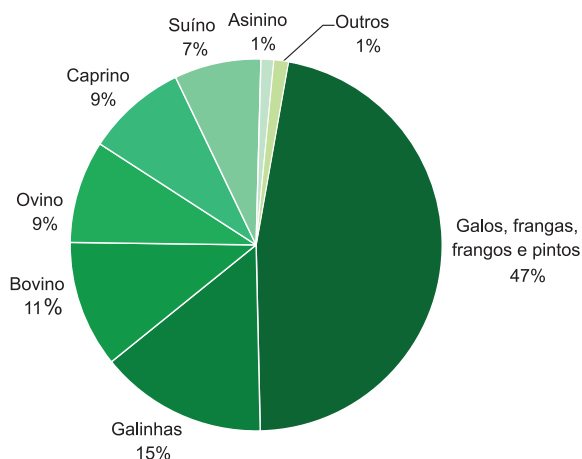
Luciano J. F. Ximenes

Zootecnista. Doutor em Zootecnia

A atividade que concentrou o maior número de rebanhos no Piauí, entre os anos de 2000 e 2012, foi a criação de galos, frangas, frangos e pintos destinados ao abate, constituindo 46,88% do rebanho efetivo do Estado ou 7.493 mil cabeças, considerando a média desse período (Gráfico 1; Tabela 1; IBGE, 2014b). A essa atividade seguem a criação de galinhas, com 14,54% do efetivo total ou 2.324 mil cabeças e a de bovino, com 11,03% do efetivo total ou 1.763 mil cabeças. Em um segundo nível de participação relativa, destacam-se, no mesmo período, os ovinos, caprinos e suínos, com participação respectiva de 8,93%, 8,73% e 7,53% e média de rebanho de 1.427 mil cabeças de ovinos, 1.396 mil cabeças de caprinos e 1.204 mil cabeças de suínos, respectivamente. Em último nível de representatividade, existem as demais criações que, somadas, respondem por 2,36% do rebanho total, constituídas pela criação de asininos, equinos, muares, codornas e bubalinos.

A criação de galos, frangas, frangos e pintos também foi a atividade que mais cresceu, 11,89% no período de 2000 a 2012 (Tabela 5). Em seguida, tem-se a criação de bubalinos (1,67%) que ainda não possui grande representatividade no Estado. Os demais rebanhos apresentaram decréscimo, a exemplo de galinhas (-16,01%), bovinos (-5,03%), ovinos (-11,14%), caprinos (-12,58%) e suínos (-36,20%) (Tabela 1).

Gráfico 1 – Proporção média dos rebanhos efetivos por espécie - 2000 a 2012



Fonte: IBGE (2014b)

5.1 Avicultura

A quantidade de frangos abatidos no Piauí cresceu 652% no período de 2000 a 2014, passando de 276 mil cabeças para 2.078 mil cabeças, em 2014. Parte desse aumento é explicada tanto pela inclusão como pelo aumento de consumo da população de baixa renda. Apesar disso, a participação relativa do Piauí em relação ao Brasil continua pequena, respondendo em média por apenas 0,08 % das aves abatidas no Brasil, no período entre 2000 e 2014 (Tabela 1).

De acordo com estudo realizado pelo Banco do Nordeste (OLIVEIRA et al., 2008), a avicultura do Piauí tem como destaque a Cooperativa Mista dos Avicultores do Piauí Ltda (Coave), integradora responsável por 48% da produção de frangos de corte e de ovos do Estado, compreendendo 35 associados. Outros produtores importantes são: Granja União Ltda e Avicultura e Pecuária do Nordeste Ltda. (Avinor). Em seu conjunto, têm capacidade instalada de 2,2 milhões de frangos por ciclo. O Complexo Avícola Igo Ltda. é fornecedor de pintos de um dia para postura. Da produção estadual de frangos, 93% é consumida no próprio Piauí e 7% vai para o Ma-

ranhão. Estima-se que 7% da produção seja comercializada como frango abatido nas redes de supermercados enquanto 93% é vendida na forma de frango vivo, para abatedouros independentes. Os principais municípios produtores são: Teresina, Altos, União e José de Freitas. A Coave dispõe de equipe técnica que presta assistência a seus associados e explora uma incubadora arrendada, de propriedade de Granjas Igo, para distribuição às unidades integradas, adquirindo ovos fertilizados de granjas de Brasília e Fortaleza.

Do milho e da soja utilizados no arraçoamento das aves, 70% vêm do próprio Piauí, principalmente da região dos cerrados e 30% é adquirido do Maranhão, Tocantins e Bahia. As fábricas de ração, atualmente existentes, são: Cooperativa Mista dos Avicultores do Piauí Ltda. (Coave), Granjas União, Agroleste, Fri-ribe e Avinor. O Piauí é um dos grandes fornecedores de milho e de soja para o Nordeste, em função da alta produtividade nos cerrados. O Estado também é superavitário na relação produção de aves/consumo de soja, além da Bahia e do Maranhão (OLIVEIRA et al., 2008).

5.2 Bovinocultura

A bovinocultura no Piauí está presente em todos os municípios, variando apenas quanto a sua concentração e finalidade. No Norte do Estado, mais próximo dos grandes centros urbanos (Teresina e Parnaíba) o rebanho apresenta características de exploração mista (carne e leite), com grau de mestiçagem variada, principalmente, entre animais da raça holandesa e zebuínas (gir, nelore e guzerá) e nativas. No Sul, onde predomina o bioma do Cerrado e que se dispõe de fartos recursos hídricos e numerosas várzeas, a raça nelore vem ampliando a sua presença, caracterizando um rebanho mais vocacionado para corte. Nesta região, a atividade é voltada para a cria, sendo os garrotes comercializados, em grande parte, para Pernambuco e Alagoas, onde são recriados e engordados, conforme estudo realizado pelo Banco do Nordeste/ETENE (SANTOS et al., 2012).

De acordo com o estudo do BNB/ETENE, a exploração pecuária no Piauí revela a predominância do rebanho bovino de corte, que está mais presente na maioria dos municípios piauienses do

que os animais destinados à produção leiteira. Anteriormente, o rebanho bovino do Piauí era preponderantemente constituído pelas raças nativas, formadas a partir dos animais oriundos da Península Ibérica, que ocuparam o território no período colonial. O denominado gado curraleiro foi assim formado, com bastante rusticidade e baixa produtividade. Atualmente, esse rebanho vem se tornando progressivamente azebuado. Na bovinocultura de dupla aptidão (carne e leite) o padrão predominante é a mestiçagem variando entre raça holandesa e as zebuínas (Gir, Nelore e Guzerá), frequentes nas regiões de Teresina e Parnaíba, principais centros consumidores de leite no Estado. Desses rebanhos, os bovinos machos constituem importante matéria-prima para os matadouros públicos municipais no interior do Piauí. Nos municípios do sul do Estado, entretanto, o padrão racial pode ser considerado mais especializado, com melhor qualidade para a produção de carne, havendo bovinos da raça nelore, além da mestiçagem de raças zebuínas, no que se assemelha ao oeste da Bahia e a outras áreas do Cerrado.

No ano de 2012, o consumo estadual de carne bovina era estimado em aproximadamente 92 mil toneladas anuais. Com relação à oferta interna, em média, os abates, nos últimos anos, no Estado, estavam situados em torno de 300 mil cabeças, significando produção próxima a 55 mil toneladas. Como inexistem frigoríficos de médio e grande portes com inspeção dos órgãos públicos no Piauí, toda a produção de carne bovina e subprodutos desse Estado é oriunda de abates clandestinos e de matadouros municipais sem o Serviço de Inspeção Municipal (SIM). Nos grandes centros urbanos, principalmente em Teresina, a carne bovina, miúdos e vísceras de melhor qualidade são disponibilizadas ao consumidor pelas redes de supermercado ou lojas de carnes, supridas pelos frigoríficos com o Serviço de Inspeção Federal (SIF) estabelecidos nos estados do Maranhão, de Tocantins, do Pará e de Goiás.

A atual situação de funcionamento dos abatedouros municipais é em geral precária. Entretanto, existe um programa de fomento de pequenos abatedouros nos municípios com padrões funcionais, adaptáveis ao volume de abate no local. O Governo

do Estado, em parceria com as prefeituras, prevê a instalação de matadouros em 72 municípios com planta padronizada e custo estimado em R\$ 150 mil. Segundo os entrevistados, alguns, estavam em processo de licitação.

Com relação a bovinocultura leiteira, a produção é predominante de animais mestiços. Entre 2000 e 2008, a quantidade estava em torno de 200 mil cabeças, caindo a partir daí para o patamar de 150 mil cabeças, onde se mantém. Segundo informações colhidas junto a técnicos do Banco do Nordeste que trabalham no Estado, isto ocorreu por vários fatores, dentre os quais a qualidade do plantel, o baixo preço do leite e a crise dos laticínios que desestimulou especialmente o pequeno produtor a se manter na atividade, principalmente entre 2000 a 2008. Nesse mesmo período, a produção de leite saltou de quase 10 milhões de litros, passando de 77.784 mil litros em 2008, para 87.165 mil litros em 2009 (Tabela 2). Observa-se, portanto, que houve considerável aumento da produtividade nesse período.

Segundo os técnicos do BNB consultados, o aumento esteve concentrado na região meio-norte do Estado, considerando as condições climáticas mais favoráveis, a melhoria do padrão genético do rebanho, incremento do preço do leite e, sobretudo, pela revitalização das empresas de laticínios no eixo Parnaíba – Teresina. Também, contribuiu para a expansão da atividade, a partir de 2009, o desenvolvimento do Programa “Balde Cheio” que consiste na produção do leite a pasto. Este programa tem viabilizado a atividade leiteira pela simplicidade na execução e condução de seus projetos, resultando em altas produtividades das matrizes e, por conseguinte, proporcionando rentabilidade ao produtor de leite considerando o baixo custo de produção. Por sua vez, a Embrapa Gado de Leite (2014) enfatiza que o aumento de produtividade está relacionado, principalmente ao uso de tecnologias capazes de melhorar a eficiência dos fatores de produção.

A produção de leite no Piauí tem perspectivas de continuar crescendo nos próximos anos, podendo o Estado passar de importador para exportador de produtos lácteos. A região do cerrado oferece perspectivas para se desenvolver uma pecuária leiteira

moderna, por ser menos susceptível às instabilidades climáticas e próxima a centros produtores de grãos, possibilitando a aquisição de rações a um menor custo (EMBRAPA GADO DE LEITE, 2014).

Os técnicos do BNB também consideram a região dos cerrados com favoráveis perspectivas para a produção de leite e com possibilidades para alocação de indústrias de laticínios. Sugerem a pecuária leiteira intensiva nas áreas altas, onde estão disponíveis mais de 70% dos componentes das rações; e nas áreas baixas existe a alternativa de produção leiteira a pasto, onde estão disponíveis mananciais como rios, riachos, barragens e poços, utilizando-se a metodologia “Balde Cheio” integrando os pequenos produtores ao processo e melhorando a rentabilidade das pequenas propriedades.

O BNB/ETENE também realizou estudo que identificou áreas vocacionadas para produção de bovinos leiteiros e de corte em sistema de produção a pasto, no sentido de reduzir o risco do financiamento, dentre outras justificativas (EVANGELISTA et al., 2010). As áreas foram segmentadas em quatro grupos (1, 2, 3 e 4) e esta sequência indica áreas de maior à menor vocação, sejam para pecuárias de leite ou de corte, sendo os grupos 3 e 4 não vocacionados.

Para a pecuária leiteira, a Paraíba e o Piauí foram os que tiveram os menores percentuais de municípios enquadrados no Grupo 1 (mais vocacionados). A Paraíba teve a menor quantidade de municípios neste grupo (2, 1,2%) e o Piauí não foi contemplado. O Grupo 2 teve 23% dos municípios do Nordeste, com a maioria dos Estados enquadrados entre 25 a 35% dos seus municípios nessa categoria. Apenas 3 (3,9%) dos municípios do Piauí estavam nesta faixa. Considerando-se esses dois grupos conjuntamente, tem-se os estados de Alagoas (54%), Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e Sergipe (com percentuais de 43% a 47%) como os que classificaram percentualmente mais dos seus municípios nas classes de produção especializadas. Os estados do Maranhão, Paraíba e Piauí enquadraram 21 (18,5%), 27 (16,1%) e 3 (3,9%) dos seus municípios, respectivamente. Para pecuária de corte, 44 municípios piauienses (57,9%) estão distribuídos nos grupos 1 e 2.

Recomenda-se utilizar a divisão em grupos para o controle gradativo da demanda (quando e se houver necessidade), para a orientação de ações de difusão tecnológica e para a orientação dos investimentos prioritários, de forma a melhorar o nível das explorações nos grupos estudados. Como regra geral, sugere-se priorizar a concessão de crédito para a implantação de novos empreendimentos e ampliação das explorações nos municípios considerados vocacionados. As necessidades de custeio, bem assim pequenos investimentos destinados a melhorar a infraestrutura produtiva das propriedades – mas que não ampliem a capacidade de produção – poderiam ser atendidos independentemente da classificação do município onde se localizem os empreendimentos.

5.3 Caprinos e ovinos

Com relação ao rebanho de ovinos e caprinos, o Piauí ocupa posição de destaque no cenário nacional. Os animais são, em sua maioria, geneticamente melhorados e o clima da região semiárida é propício à sua criação. Em 2012, a produção de caprino representou 14,9% da produção nacional mesmo após ter sofrido uma brusca queda em virtude das estiagens. Em média, o rebanho de caprinos no Piauí gira em torno de 1.400 mil cabeças. Pode-se observar que a produção de ovinos no Piauí mantém-se mais estável que a produção de caprino. Mas em consequência da seca, perdeu 158.000 cabeças, ficando no ano de 2012 com 1.240 mil cabeças, representado 7,4% da produção nacional (Tabela 1).

Os caprinos se concentram na área central do Nordeste, sendo que nos últimos anos houve aumento da capilaridade dos rebanhos por toda a região, como a ocupação do Noroeste, Maranhão e Piauí. No período de 20 anos, houve aumento médio anual de 30 mil animais apenas nos rebanhos do Sertão Pernambucano, no Centro-Norte Baiano, na microrregião da Borborema na Paraíba, São Francisco Pernambucano e Central Potiguar. No Piauí meridional e na microrregião do Vale do rio São Francisco na Bahia, a perda de animais totalizou cerca de 2 milhões, o que representou 70,25% do rebanho total da Bahia em 2010.

A produção de leite de cabra no Nordeste do Brasil tem crescido associada à compra governamental, promovida por ações de parceria entre órgãos de governo e produtores. A organização e a gestão de produtores com objetivo de desenvolver determinada atividade pode ter início com a mobilização e, a partir daí, todas as discussões e ações realizadas de forma participativa. Depois de inserido no mercado institucional ou formal, o produtor pode ou não tornar-se independente, não deve ser imperativa a exigência de associar-se à entidade de classe ou cooperativa, porém se a cooperativa for de fato técnica, é importante a participação pela barganha na compra de insumos, venda de produtos e assistência técnica e no âmbito político (XIMENES, 2011).

Quanto ao segmento de couros e peles, o Nordeste é a região líder em exportações no País com cerca de 99,43% das vendas em 2013, totalizando US\$ 6,04 milhões. Em função da estiagem prolongada, houve redução drástica do volume de exportações e, conseqüentemente, da arrecadação no comércio internacional, em torno de 64,71% comparando-se os anos de 2014 com 2012 (início da seca), Tabela 3. O principal destino da matéria-prima do Nordeste é a Itália. Em relação ao Piauí, a Espanha e a Malásia eram historicamente os principais clientes, mas em 2014, com a redução da oferta, apenas Itália, República Dominicana e Espanha compraram couros e peles de caprinos e de ovinos, com destaque para o *wet blue* de ovinos.

Em 2014, o Brasil importou cerca de 891 toneladas (US\$ 4,58 milhões) de couros, sendo 87,18% provenientes do Uruguai. Bahia e Piauí também importaram 32,66 toneladas e 29,44 mil peças, respectivamente, totalizando US\$ 209 mil.

Segundo Nilo Holtz, Gerência de Inteligência Comercial do Centro de Indústrias de Curtume do Brasil (CICB), os curtumes sediados no Piauí que trabalham com couros de ovinos e caprinos são: Curtume Cobrasil LTDA. e Romão Cia. LTDA. em Parnaíba e Piauí Frigorífico Ltda. sediado em Teresina.

O setor é ainda formado por vários curtumes artesanais, informais, com produção voltada, basicamente, para os mercados regionais de calçados rústicos e artesanatos. Além da elevada

demanda insatisfeita de matéria-prima por parte dos curtumes, a qualidade da pele decorrente do manejo inadequado de animais, na desfolha e conservação antes da comercialização, é ponto crítico para pequenos produtores. A ausência de transferência de tecnologias simples, como o uso de faca rombuda ou simplesmente conservar a pele *in natura* (salgada) já seriam suficientes para melhorar a qualidade da pele e melhor remunerar ao produtor. O uso de pele salgada já evitaria os danos do processo de espichamento e os custos adicionais para reidratação na indústria. As peles de caprinos e de ovinos já tiveram preços atraentes, contudo a substituição por produtos sintéticos e da melhor relação benefício-custo da importação (câmbio favorável e melhor qualidade) de peles pela indústria de transformação fizeram despencar os preços das peles no Nordeste (XIMENES; CUNHA, 2012).

De acordo com estes autores, a economia de produção de ovinos e de caprinos no Nordeste tem apresentado mudanças nas últimas décadas, em função, dentre outros aspectos, do aumento do consumo e da melhoria da oferta de produtos, especialmente carnes. Apesar dos avanços econômicos e sociais decorrentes do aquecimento do comércio dos produtos carnes e lácteos, o setor coureiro de caprinos e de ovinos tem sofrido os efeitos de uma conjunção de fatores que resultaram na desvalorização do preço das peles na Região, mesmo considerando suas qualidades industriais, quando outrora era valorizada e representava importante adicional na remuneração do produtor.

5.4 Apicultura

Em termos de apicultura, o Piauí se destaca nacionalmente, oscilando entre terceira e quinta posição estadual na produção de mel. Entre 2004 e 2008 manteve-se como terceiro maior produtor do País, atrás somente do Rio Grande do Sul e Paraná. A participação relativa na produção nacional tem-se mantido na média de 10,0%, apesar das oscilações decorrentes de problemas climáticos. Entre 2011 e 2012, a redução da participação do Piauí na produção nacional de mel foi de 7,6 pontos percentuais como consequência da estiagem prolongada (Tabela 2).

A produção de mel piauiense é desenvolvida eminentemente por produtores familiares que, na maioria, possuem menos de 100 colmeias. E, por ser praticada predominantemente por pequenos produtores, tem se configurado numa alternativa para diversificação da fonte de renda nas pequenas propriedades rurais (KHAN et al., 2012).

Entre os anos de 2000 a 2011 a atividade teve um crescimento de 174,2%, chegando a produzir 5.108 toneladas de mel de abelha, com média acima de 3 mil toneladas entre 2003 e 2011. Contudo, no ano de 2012, devido à severa seca que levou à morte os enxames de abelhas, a produção caiu bruscamente para 1.563 toneladas de mel (Tabela 2). Como nos anos subsequentes não houve condições climáticas favoráveis para a recuperação dos enxames, há perspectivas de que a queda de produção de mel persista.

5.5 Considerações finais

A Região do Meio-Norte e o cerrado piauiense possuem características climáticas distintas com diferentes potenciais de exploração. No Meio-Norte, o clima semiárido favorece a criação de pequenos animais como galinhas, caprinos, ovinos, suínos e abelhas. Todas essas atividades são exercidas principalmente por pequenos produtores e se constituem em importantes alternativas de fontes de renda.

A pecuária bovina também é explorada no semiárido e vem experimentando avanços, com aumento de produtividade, em virtude do emprego de tecnologias específicas para esse bioma. Contudo, vale ressaltar o potencial de sua exploração no cerrado, por ser menos susceptível à instabilidade climática e próximo aos centros produtores de grãos, possibilita mudanças na geografia de produção, o que já se observa na suinocultura e avicultura industriais no oeste baiano. Como exemplo, há uma elevada demanda insatisfeita de frango no Piauí, que é abatido em Teresina, mas produzido no Ceará. Considerando que é grande produtor de soja para este segmento, inclusive para o Ceará, poderia haver o deslocamento da produção de frango de corte para o cerrado piauiense, considerando que o cerrado baiano é o maior produtor de milho do Nordeste.

Tabela 1 – Principais rebanhos no Piauí - 2000 a 2012

Tipo de rebanho	Mil cabeças		Variação (%)	Média (mil cabeças)	Proporção média (%)
	2000	2012			
Galos, frangas, frangos e pintos	6.823	7.634	11,89	7.493	46,88
Galinhas	2.364	1.986	-16,01	2.324	14,54
Bovino	1.779	1.690	-5,03	1.763	11,03
Caprino	1.470	1.285	-12,58	1.396	8,73
Ovino	1.396	1.240	-11,14	1.427	8,93
Suíno	1.397	891	-36,20	1.204	7,53
Asinino	203	115	-43,40	179	1,12
Equino	150	107	-28,81	138	0,86
Muar	39	28	-26,11	35	0,22
Codornas	28	27	-3,27	26	0,16
Bubalino	1	1	1,67	1	0,00

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014b).

Tabela 2 – Produção e efetivos da pecuária piauiense - 2000 a 2012

Atividade	2000	2012	%
Frangos abatidos (mil cabeças)	276	1.940	602,90
Vacas ordenhas	192.269	148.682	-22,67
Produção de leite de vaca (mil litros)	76.555	85.103	11,17
Caprinos (mil cabeças)	1.470	1.285	-12,59
Ovinos (mil cabeças)	1.396	1.240	-11,17
Mel de abelha (%Brasil)	8,52	4,61	-45,89
Mel de abelha (toneladas)	1.863	1.563	-16,10

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014a, 2014b).

Tabela 3 – Exportações (US\$) de couros de caprinos e ovinos no Brasil - 2011 a novembro de 2014

Região	Origem	2011	2012	2013	2014
Nordeste	Bahia	553.660	76.954	902.281	1.224.367
	Piauí	1.595.592	3.111.987	1.685.086	611.385
	Ceara	3.050.211	2.994.618	2.490.095	409.757
	Pernambuco	1.563.389	1.649.631	965.886	312.957
Nordeste total		6.762.852	7.833.190	6.043.348	2.558.466
Sudeste	Rio de Janeiro	0,00-	0,00-	11	103
	São Paulo	1.130	987	13.850	80
Sudeste total		1.130	987,00	13.861	183
Sul	Rio Grande do Sul	718.767	80.583	20.882,00	234.131
Sul total		718.767	80.583	20.882	234.131
Total geral		7.482.749	7.914.760	6.078.091	2.792.780

Fonte: Brasil. Aliceweb2 (2014).

Referências

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

Aliceweb2. 2014. Banco de Dados.

EMBRAPA GADO DE LEITE. **Importância Econômica**, Juiz de Fora, 2014. Disponível em: <<http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Leite/LeiteMeioNorte/importancia.html>>. Acesso em: 12 nov. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.

Pesquisa trimestral do abate de animais. Rio de Janeiro, 2014a. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

_____. **Produção pecuária municipal**. Rio de Janeiro, 2014b. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

KHAN, A. S. et al. **Perfil da apicultura no Nordeste brasileiro**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2012. 246p. (Série Documentos do ETENE, n. 33).

OLIVEIRA, A. A. P.; NOGUEIRA FILHO, A.; EVANGELISTA, F. R. **A avicultura industrial no Nordeste: aspectos econômicos e organizacionais**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008. (Série Documentos do ETENE, n. 23).

SANTOS, J. A. et al. **A agroindústria da carne bovina no Nordeste**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2012. 450 p. (Série Documentos do ETENE, n. 31).

XIMENES, L. J. F. **Produção de caprinos e ovinos no Nordeste: situação atual e desafios**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2011. 24 p. Análise Setorial. Documento de Circulação Interna. dez. 2011.

XIMENES, L. J. F.; CUNHA, A. M. **Setor de peles e de couros de caprinos e de ovinos no Nordeste**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2012. 22p. (Informe Rural ETENE, n. 1). Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/documents/88765/89729/ire_ano6_n1.pdf/5d0b4811-9fdb-4136-9a6a-3a344c0d3079>. Acesso em: 2 fev. 2015.

6 Indústria

Francisco Diniz Bezerra

Engenheiro Civil. Mestre em Engenharia de Produção

A indústria constitui um elemento-chave para o crescimento econômico sustentado e o desenvolvimento. Isto decorre do fato da atividade industrial possuir forte encadeamento intersetorial, deter elevada capacidade de agregação de valor aos produtos, apresentar potencial para o crescimento da produtividade e ser fonte de inovação e difusão de novas tecnologias para o ambiente empresarial e a economia.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as atividades industriais compreendem as seções B a F da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0), mostradas no Quadro 1. Cada seção, por sua vez, é desagregada em divisões, grupos e classes. O presente texto abrange as indústrias extrativas (seção B), as indústrias de transformação (seção C), os Serviços Industriais de Utilidade Pública (Siup), que constituem as seções D (eletricidade e gás) e E (água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação), e a indústria da construção (seção F).

Quadro 1 – CNAE 2.0: seções representativas da atividade industrial

Seção	Divisões	Descrição CNAE
B	05 .. 09	Indústrias extrativas
C	10 .. 33	Indústrias de transformação
D	35 .. 35	Eletricidade e gás
E	36 .. 39	Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação
F	41 .. 43	Construção

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2007).

De um modo geral, os segmentos industriais existentes no Nordeste e, de modo particular, no Piauí, exploram atividades econômicas tradicionais e possuem baixo conteúdo tecnológico. São atividades que normalmente não requerem elevado nível de qualificação da mão de obra empregada como também não demandam investimentos expressivos em inovação tecnológica.

Este capítulo disponibiliza informações sobre a atividade industrial no Piauí, sendo formado por esta introdução e por cinco subtópicos que tratam do perfil da indústria e, de forma mais específica, das indústrias extrativas, das indústrias de transformação, da indústria da construção e dos serviços industriais de utilidade pública, além de outro subtópico destinado às considerações finais.

6.1 Perfil da indústria do Piauí

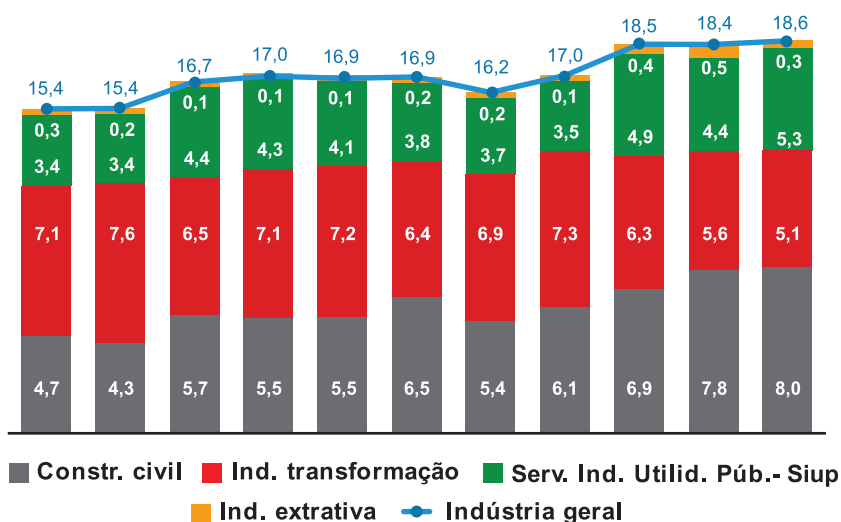
A participação da indústria na economia piauiense é relativamente pequena, comparativamente à média brasileira, no entanto, tem avançado nos últimos anos. Essa melhoria no desempenho deveu-se, de acordo com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico do Piauí - SEDET (PIAUÍ, 2014), à política de atração de investimentos implantada a partir de 1996 por meio da isenção do recolhimento do ICMS proporcionada pela Lei Estadual 4.859, de 27 de agosto de 1996. Em consequência, diversas indústrias nacionais e estrangeiras, em vários setores, se instalaram em Teresina e no interior. Com efeito, entre 2002 e 2012, a participação da indústria no Valor Adicionado Bruto (VAB) da economia piauiense tem mantido tendência crescente, variando de 15,4% em 2002 para 18,6% em 2012 (Gráfico 1). No ano de 2012, a indústria piauiense adicionou à economia do Estado, a preços de dezembro de 2013, o montante de R\$ 4,48 bilhões, destacando-se principalmente o segmento da indústria da construção, que contribuiu com R\$ 1,92 bilhão, cifra correspondente a 8,0% do VAB total.

Recentemente, foi aprovada a Lei nº 6.146, de 20 de dezembro de 2011 (atualizada pela Lei nº 6.222, de 15 de junho de 2012), conhecida como Nova Lei de Incentivos Fiscais, dispondo sobre a concessão de diferimento e de crédito presumido do ICMS para estabelecimentos industriais e agroindustriais do Piauí e criando o

Fundo de Desenvolvimento Industrial do Estado do Piauí (FUNDI-PI). Com estas iniciativas, espera-se que o Piauí mantenha o dinamismo observado nos últimos anos no setor industrial.

No que concerne à estrutura industrial piauiense, são relevantes as participações da indústria da construção, das indústrias de transformação e dos Siup, tendo por base o Valor Adicionado Bruto. Consoante o que se observa para a maioria dos estados brasileiros, as indústrias extrativas são pouco representativas na composição estrutural da indústria do Piauí, no entanto, são importantes fornecedoras de insumos para diversas outras atividades industriais, particularmente para a construção civil.

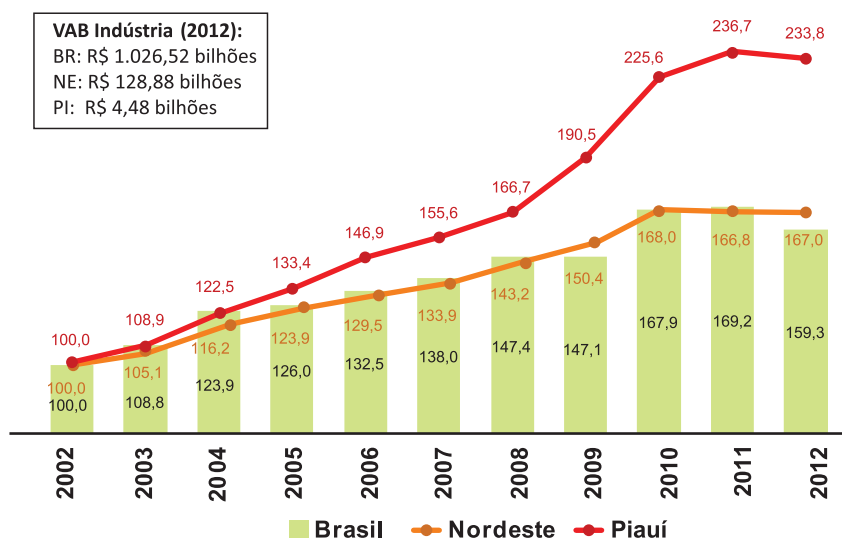
Gráfico 1 – Participação da indústria no VAB das atividades econômicas do Estado - Em %



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014)

A indústria do Piauí cresceu 133,8% entre 2002 e 2012. Nesse mesmo período, a indústria nordestina expandiu 67,0% e a brasileira 59,3%, considerando o Valor Adicionado Bruto. O desempenho da indústria piauiense foi, portanto, superior ao da indústria da Região e do País, no referido período (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Indústria: evolução do VAB - Brasil, Nordeste e Piauí - 2002 a 2012 - (Número-índice: 2002 = 100)



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

Nota: preços utilizados nos cálculos corrigidos para dez./2013 pelo IPCA.

A participação do Piauí no VAB da indústria do Nordeste é diminuta, representando 3,5%, em dados de 2012. No entanto, essa participação em 2002 era de 2,5%, o que demonstra que a indústria do Estado tem avançado de forma mais rápida do que a indústria da Região (Figura 1).

A atividade industrial no Piauí é fortemente concentrada em Teresina. De fato, segundo a Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (BRASIL, 2013b), existiam no Estado, ao final de 2013, 3.832 estabelecimentos com pelo menos 1 vínculo ativo e 72.654 empregos formais na indústria piauiense, dos quais 56,6% dos estabelecimentos e 73,6% dos empregos formais encontravam-se na Capital. O município de Parnaíba, localizado no litoral piauiense, possui a segunda maior concentração industrial do Estado, tanto em número de estabelecimentos (6,8%) como em número de empregos formais (4,3%).

Figura 1 – Perfil da indústria do Piauí - VAB (2012) - Estabelecimentos e empregos formais (2013)

Indústria geral								
Valor Adicionado Bruto (VAB)	R\$ milhões		4.480,27		100,0%			
	Part. Ind. NE		3,5%		-			
Estabelecimentos	Total:		3.832		100,0%			
	Teresina		56,6%		Parnaíba		6,8%	
Empregos	Total:		72.654		100,0%			
	Teresina		73,6%		Parnaíba		4,3%	

Subsetores da indústria								
	Extrativa		Transformação		Siup		Construção	
VAB (R\$ milhões):	65,32	1,5%	1.219,56	27,2%	1.278,50	28,5%	1.916,89	42,8%
Estabelecimentos:	80	2,1%	2.030	53,0%	190	5,0%	1.532	40,0%
Empregos:	894	1,2%	28.314	39,0%	5.086	7,0%	38.360	52,8%

Principais segmentos (nível de divisão CNAE) da Indústria de transformação								
	Em VAB				Em número de empregos			
	Fabricação de produtos alimentícios	Indústria de bebidas	Fabricação de produtos de minerais não-metálicos		Fabricação de produtos alimentícios	Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	Fabricação de artigos do vestuário e acessórios	
R\$ milhões	324,5	300,7	106,9	Qde. empregos	6.156	5.236	4.235	
% Ind. transf.	26,6%	24,7%	8,8%	% Ind. transf.	21,7%	18,5%	15,0%	

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de IBGE (2014), Brasil (2013b) e BNB (2014).

Notas:

- (1) VAB: dados de 2012, a preços de dez./2013; Empregos e estabelecimentos: dados de 2013;
- (2) dados percentuais dos subsetores são relativos à Indústria geral;
- (3) dados percentuais das divisões são relativos ao total da Indústria de transformação.

Analisando-se a indústria por porte, observa-se que as micro e pequenas empresas, com até 99 empregados, representam 96,9% do número de estabelecimentos, enquanto as unidades industriais de médio e grande portes, com 100 ou mais empregados, corres-

pondem a apenas 3,1% do total. Apesar disto, os empreendimentos com mais de 500 vínculos empregatícios concentram cerca de 25% da mão de obra formal, enquanto as microempresas ocupam aproximadamente 23% da força de trabalho regularizada (Tabela 1).

Tabela 1 – Número de estabelecimentos e de vínculos empregatícios nos subsetores industriais segundo o porte - 2013

Estab/vínc.	Porte estab.	Setores de atividades				Total	Part. (%)
		Indústrias extrativas	Indústrias de transformação	Siup	Construção		
Número de estabelecimentos	De 1 a 19	67	1.758	171	1.223	3.219	84,0
	De 20 a 99	12	235	12	236	495	12,9
	De 100 a 499	1	31	4	63	99	2,6
	500 ou mais	-	6	3	10	19	0,5
	Total	80	2.030	190	1.532	3.832	100,0
	Part.(%)	2,1	53,0	5,0	40,0	100,0	-
Número de vínculos	De 1 a 19	378	8.952	692	6.628	16.650	22,9
	De 20 a 99	411	9.227	508	10.048	10.146	27,8
	De 100 a 499	105	5.448	939	12.020	6.492	25,5
	500 ou mais	-	4.687	2.947	9.664	7.634	23,8
	Total	894	28.314	5.086	38.360	72.654	100,0
	Part.(%)	1,2	39,0	7,0	52,8	100,0	-

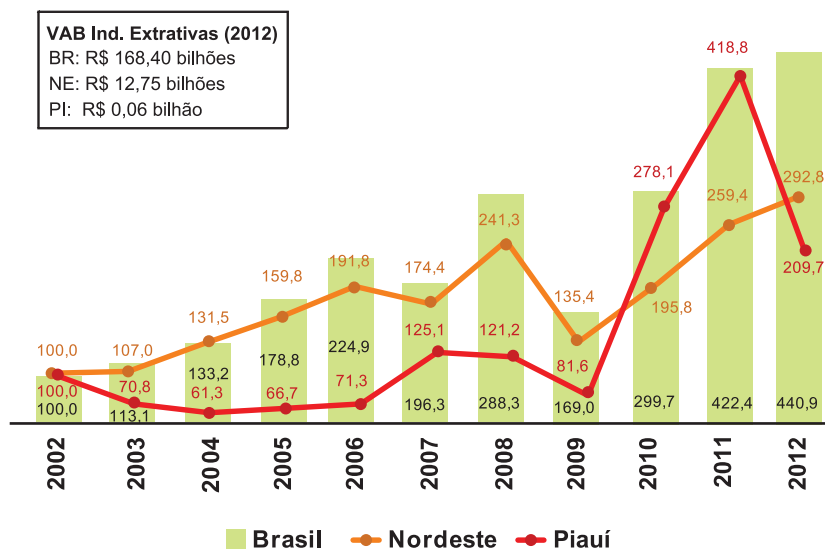
Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do Brasil (2013b).

Nos tópicos seguintes serão realizados comentários sobre os subsetores da indústria do Piauí, com destaque para as atividades mais relevantes no que se refere à contribuição no valor adicionado e na disponibilização de empregos.

6.2 Indústrias extrativas

Em termos de Valor Adicionado Bruto, as indústrias extrativas do Piauí obtiveram crescimento real de 109,7% entre 2002 a 2012, evoluindo de R\$ 31 milhões para R\$ 65 milhões no período, a preços de dezembro de 2013. Cabe destacar o forte crescimento da extração mineral verificado entre 2009 e 2011, ano em que a mineração adicionou à economia piauiense R\$ 130 milhões, ou seja, o dobro do verificado em 2012. Apesar do avanço observado nos últimos anos, o desempenho da indústria extrativa do Piauí esteve aquém do observado para as suas congêneres regional e nacional, que cresceram 192,8% e 340,9%, respectivamente, entre 2002 e 2012. Além disso, as indústrias extrativas no Estado apresentaram maior volatilidade no período, comparativamente ao comportamento da atividade no Nordeste e no Brasil (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Indústrias extrativas: evolução do VAB - Brasil, Nordeste e Piauí - 2002 a 2012 - (Número-índice: 2002 = 100)



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

Nota: preços utilizados nos cálculos corrigidos para dez./2013 pelo IPCA.

No final de 2013, a indústria extrativa do Piauí reunia 80 empreendimentos e 894 empregos formais. Dentre os segmentos da indústria extrativa, sobressai-se a extração de minerais não metálicos, com 72 dos estabelecimentos e 803 dos empregos formais, ambos representando 90% do total (Tabela 2). A atividade de extração mineral é mais expressiva no município de Teresina, que sozinho concentra 36 estabelecimentos e 41,7% do emprego formal.

De acordo com o Anuário Mineral Brasileiro, elaborado pelo Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM, 2010), o valor da produção mineral comercializada no Piauí, em 2009, correspondeu a R\$ 107,4 milhões, destacando-se as seguintes atividades: brita (R\$ 59,9 milhões), areia (R\$ 19,1 milhões) e água mineral (R\$ 10,0 milhões). Com base nessas informações, depreende-se que as duas principais atividades minerais do Piauí estão relacionadas diretamente com o suprimento de insumos para a construção civil.

Algumas atividades de extração mineral do Piauí constituem Arranjos Produtivos Locais (APLs) de base mineral, reconhecidos pelo Ministério de Minas e Energia. Dentre os APLs do Piauí, destacam-se o de Gemas e Joias de Pedro II, que explora opala (pedra semipreciosa), e o APL da Pedra Mourisca, no município de Castelo do Piauí. Ambos formam arranjos produtivos em grande parte constituídos por mão de obra informal e têm pouca relevância econômica. A atividade de cerâmica vermelha no município de Teresina constitui outro APL de base mineral relacionado à exploração de argila, utilizada para a fabricação de telhas e tijolos. No que se refere aos minerais metálicos, a empresa Vale do Rio Doce opera uma mina de níquel no município de Capitão Gervásio Oliveira.

De acordo com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico do Estado (SEDET), estudos geológicos apontam para a existência de ocorrências minerais no Piauí com potencial de aproveitamento econômico, dentre as quais: mármore, amianto, ardósia, talco, vermiculita, ferro e gemas (opala e diamante) (PIAÚ, 2014).

Tabela 2 – Número de estabelecimentos e de vínculos empregatícios na indústria extrativa mineral- Principais municípios - 2013

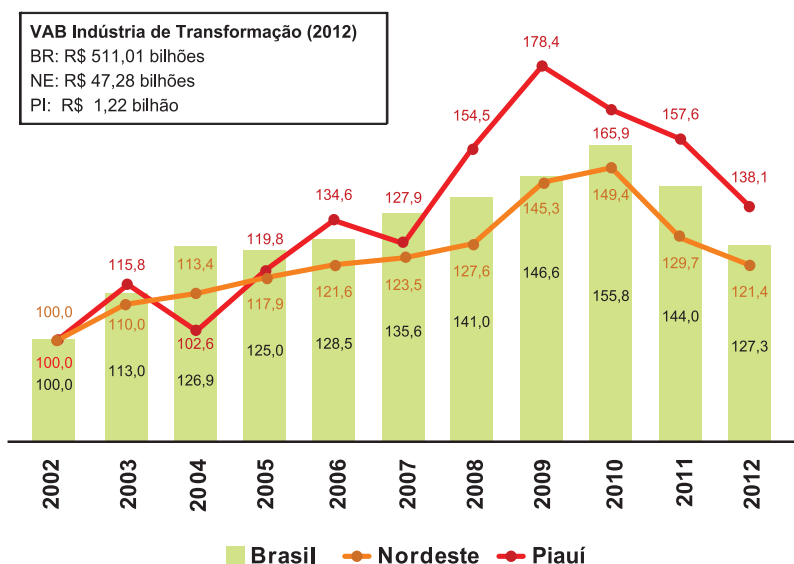
Município	Número de estabelecimentos				Número de vínculos			
	Extração de minerais não-metálicos	Atividades de apoio à extração de minerais	Outros segmentos	Total	Extração de minerais não-metálicos	Atividades de apoio à extração de minerais	Outros segmentos	Total
Teresina	32	4	0	36	348	25	0	373
Antônio Almeida	4	0	0	4	124	0	0	124
Monsenhor Gil	2	1	0	3	36	10	0	46
Castelo do Piauí	0	1	0	1	0	44	0	44
Lagoa do Piauí	2	0	0	2	43	0	0	43
Juazeiro do Piauí	4	0	0	4	42	0	0	42
Floriano	2	0	0	2	38	0	0	38
Morro Cabeça no Tempo	1	0	0	1	31	0	0	31
Picos	2	0	0	2	27	0	0	27
José de Freitas	2	0	0	2	21	0	0	21
Outros	21	1	1	23	93	9	3	105
Total	72	7	1	80	803	88	3	894
Part. Total (%)	90,0	8,8	1,3	100,0	89,8	9,8	0,3	100,0

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do Brasil (2013b).

6.3 Indústrias de transformação

As indústrias de transformação, embora tenham tido desempenho inferior aos dos demais segmentos industriais analisados, obtiveram crescimento real de 38,1% entre 2002 e 2012, aumentando o valor adicionado de R\$ 0,88 bilhão para R\$ 1,22 bilhão, a preços constantes de dezembro de 2013. Cabe ressaltar a forte queda observada no valor adicionado da indústria de transformação a partir de 2009, acompanhando tendência verificada também para o País e a Região. O desempenho do Estado superou o do Brasil (27,3%) e o do Nordeste (21,4%) entre 2002 e 2012, demonstrando maior dinamismo no período (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Indústrias de transformação: evolução do VAB - Brasil, Nordeste e Piauí - 2002 a 2012 - (Número-índice: 2002 = 100)



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

Nota: preços utilizados nos cálculos corrigidos para dez./2013 pelo IPCA.

Utilizando-se dados da Matriz de Insumo-Produto (BNB, 2014), que disponibiliza o Valor Adicionado Bruto de forma mais desagregada (ao nível de divisão e de grupo da CNAE 2.0) para os estados nordestinos, comparativamente às Contas Regionais do IBGE, constata-se que o segmento de fabricação de produtos alimentícios participa com 26,6% do VAB da indústria de transformação do Piauí. Os segmentos de fabricação de bebidas (24,7%) e de fabricação de produtos de minerais não metálicos (8,8%) constituem a segunda e a terceira atividades mais importantes na participação do VAB da indústria de transformação do Estado (Figura 1).

No que se refere aos empregos disponibilizados, constata-se que, dos 28.314 vínculos empregatícios existentes na indústria de transformação ao final de 2013, os três principais segmentos são: fabricação de alimentos (21,7%), fabricação de produtos de minerais não metálicos (18,5%) e confecção de artigos de vestuário e acessórios (15,0%). Em conjunto, esses três segmentos são responsáveis por mais da metade dos empregos formais da indústria de transformação no Piauí (Tabela 3). Do ponto de vista geográfico, Teresina detém 64,4% dos vínculos empregatícios da indústria de transformação do Estado, indicando forte concentração de empregos na Capital nesse subsetor.

Na atividade de fabricação de produtos alimentícios, sobressaem-se, em termos do número de empregos formais, os segmentos de moagem, fabricação de amiláceos e de alimentos para animais (815 empregos), de abate e fabricação de produtos de carne (627 empregos) e a fabricação de óleos e gorduras vegetais e animais (508 empregos). Ressalta-se que as indústrias enquadradas no grupo de fabricação de outros produtos alimentícios concentram 3.089 empregos formais.

No setor de fabricação de produtos de minerais não metálicos, destacam-se, em função do número de postos formais de trabalho, os segmentos de fabricação de produtos cerâmicos (3.039 empregos), o de fabricação de artefatos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes (1.208 empregos) e o de fabricação de cimento (524 empregos).

Segundo a Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí – FUNDAÇÃO CEPRO (2013), o Piauí tem recebido em anos recentes novos investimentos industriais, prevalecendo os segmentos tradicionais. Dentre os empreendimentos recentes no Estado, destacam-se indústrias de fabricação de bicicletas, têxteis, bebidas, cimento, açúcar e álcool, beneficiamento de soja e de produtos de extração vegetal e mineral, merecendo citar a de beneficiamento de algodão e de calcário, instaladas nos cerrados; tintas/vernizes, na região de Teresina; exploração de níquel e de gás natural na caatinga; e a de polpa de frutas na zona costeira.

Novas oportunidades poderão surgir para a indústria piauiense após a concretização das obras de implantação do Porto de Luís Correia, fator importante para viabilizar a implantação da Zona de Processamento de Exportações (ZPE) de Parnaíba. As empresas instaladas na ZPE terão isenção de Imposto de Importação, Impostos sobre Produtos Industrializados (IPI), Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM), Programa de Interação Social (PIS/Cofins), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (PIS/Cofins Importação), Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), redução de 75% do Imposto de Renda (IR) sobre os lucros por 10 anos, dentre outros incentivos.

Cabe mencionar que o dinamismo dos cerrados piauienses enseja *per se* oportunidades para a indústria de transformação do Estado, possibilitando o surgimento de novos empreendimentos industriais, notadamente no segmento agroindustrial.

Tabela 3 – Municípios e atividades da indústria de transformação de maior expressão em número de empregos formais - 2013

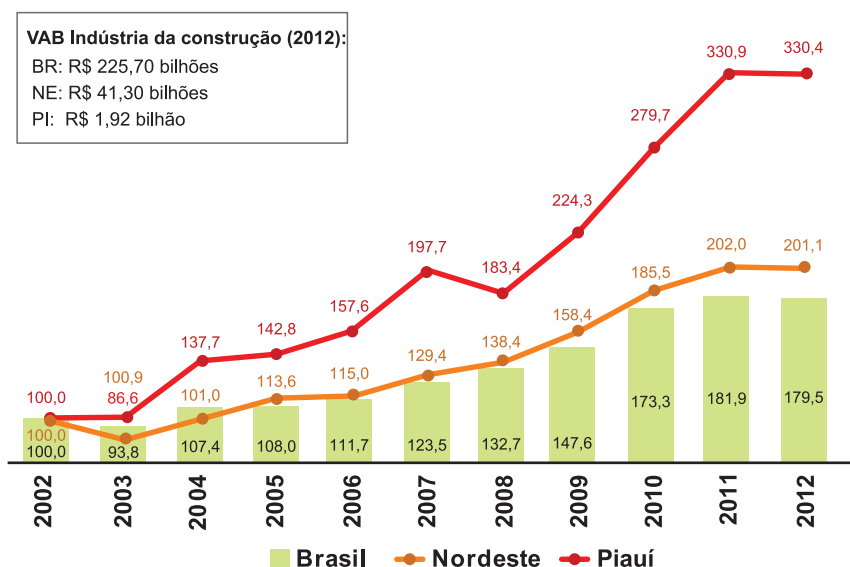
Município	Fabricação de produtos alimentícios	Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	Confeção de artigos do vestuário e acessórios	Fabricação de bebidas	Fabricação de móveis	Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	Outras atividades	Total (qde)	Total (%)
Teresina	3.661	2.241	3.176	1.650	1.286	967	5.263	18.244	64,4
Parnaíba	483	349	123	0	19	91	379	1.444	5,1
União	265	103	0	0	0	0	1.052	1.420	5,0
Floriano	231	94	53	14	6	34	406	838	3,0
Picos	281	147	72	0	68	63	181	812	2,9
Campo Maior	158	235	301	0	6	1	58	759	2,7
Piripiri	178	13	396	0	8	13	72	680	2,4
Fronteiras	5	526	0	0	0	33	0	564	2,0
Uruaú	99	24	0	0	0	16	85	224	0,8
São João do Piauí	14	127	13	0	0	2	17	173	0,6
Outros Municípios	781	1.377	101	237	85	144	431	3.156	11,1
Total	6.156	5.236	4.235	1.901	1.478	1.364	7.944	28.314	100,0
Total (%)	21,7	18,5	15,0	6,7	5,2	4,8	28,1	100,0	-

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do Brasil (2013b).

6.4 Indústria da construção

A partir de 2002, a indústria da construção do Piauí obteve desempenho substancialmente superior ao de suas congêneres do Brasil e do Nordeste. De fato, enquanto no País essa atividade cresceu 79,5% e na Região 101,1% no período compreendido entre 2002 e 2012, no Estado a indústria da construção avançou 230,4%, atingindo R\$ 1,92 bilhão no último ano da série (Gráfico 5).

Gráfico 5 – Indústria da construção: evolução do VAB - Brasil, Nordeste e Piauí - 2002 a 2012 - (Número-índice: 2002 = 100)



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

Nota: preços utilizados nos cálculos corrigidos para dez./2013 pelo IPCA.

Dos 38.360 empregos formais existentes na indústria da construção no Piauí ao final de 2013, a construção de edifícios (27.745 empregos) concentrava 72,3%, principalmente na Capital.

Em todo o País e no Piauí, em particular, o ritmo de crescimento da indústria da construção pode ser explicado em função da criação de programas federais de incentivo à aquisição de moradias, a exemplo do Programa Minha Casa, Minha Vida, e pela

implementação de obras de infraestrutura, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e de outras ações governamentais. Também contribuíram para o crescimento da atividade o aquecimento do mercado imobiliário na capital piauiense e os investimentos realizados pela iniciativa privada, como a construção e expansão de *shopping centers*, motivada pela expansão do comércio varejista local e pelo aumento do poder de compra da população.

Considerando as carências na área de infraestrutura e o déficit habitacional do Piauí de 15,2%, correspondente a 129 mil moradias em 2010, de acordo com o Ministério das Cidades (BRASIL, 2013a), conclui-se que há possibilidades para a expansão da indústria da construção no Estado.

6.5 Serviços Industriais de Utilidade Pública

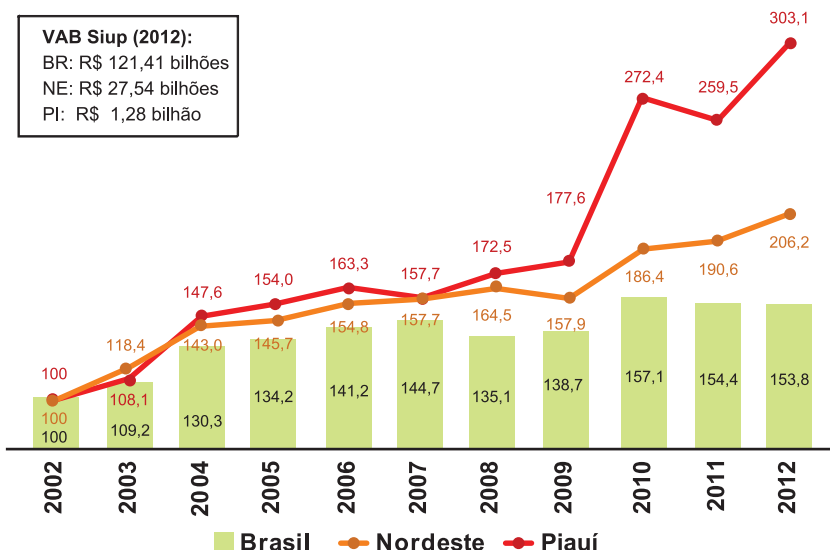
Os Serviços Industriais de Utilidade Pública (Siup) são constituídos pela produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana.

Ante a carência histórica no Piauí da disponibilidade de serviços básicos de infraestrutura domiciliar (energia elétrica e saneamento básico – água, esgoto e limpeza urbana), é importante a realização de investimentos no Estado em patamar superior à média da Região e do País. Desta forma, poder-se-á diminuir, ao longo do tempo, as disparidades existentes entre o Piauí e as Unidades da Federação melhor aquinhoadas no que concerne à oferta de serviços básicos de infraestrutura domiciliar.

Expressiva evolução foi constatada entre 2002 e 2012, período em que o Valor Adicionado Bruto dos Siup no Piauí triplicou, enquanto duplicou no Nordeste e aumentou cerca de 50% no Brasil (Gráfico 6). Espera-se que este ritmo de crescimento se mantenha

no futuro face as ainda elevadas carências de Serviços Industriais de Utilidade Pública no estado do Piauí.

Gráfico 6 – Siup: evolução do VAB - Brasil, Nordeste e Piauí - 2002 a 2012 - (Número-índice: 2002 = 100)



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

Nota: preços utilizados nos cálculos corrigidos para dez./2013 pelo IPCA.

6.6 Considerações finais

No Piauí, a indústria tem uma participação relativamente pequena na economia, representando 18,6% do Valor Adicionado Bruto Estadual (VAB), atingindo o montante de R\$ 4,48 bilhões em 2012, a preços de dezembro de 2013. Contudo, a atividade industrial vem se expandindo, tendo aumentado em 3,2 pontos percentuais sua participação no VAB das atividades econômicas do Estado, entre 2002 e 2012. Contrastando com o que se observou para o Piauí, no mesmo período, a indústria brasileira e a nordestina recuaram suas participações no Valor Adicionado Bruto da economia nacional e regional, respectivamente. Contudo, a participação da indústria no VAB do Brasil (26,0%) e do Nordeste (23,5%) ainda é mais expressiva do que a do Piauí, tendo por base o ano de 2012.

A indústria do Piauí é fortemente concentrada em Teresina, tanto em número de estabelecimentos como também em número de empregos formais, sendo a Capital responsável por mais da metade dos empreendimentos industriais e por aproximadamente 3/4 dos postos de trabalho formal. Embora de menor expressão, o município de Parnaíba representa o segundo maior polo industrial do Estado.

Do ponto de vista setorial, a indústria do Piauí apresentou desempenho substancialmente superior ao de suas congêneres brasileira e nordestina, tendo crescido 133,8% entre 2002 e 2012. Comportamento mais favorável foi verificado também nos segmentos das indústrias de transformação e principalmente na indústria da construção e nos Serviços Industriais de Utilidade Pública (Siup). Já as indústrias extrativas tiveram desempenho aquém do nacional e regional, no entanto, são pouco representativas na geração de riqueza e postos de trabalho no âmbito estadual.

No segmento das indústrias de transformação, destacam-se as atividades de fabricação de produtos alimentícios e de fabricação de produtos de minerais não metálicos como as mais expressivas na disponibilização de postos formais de trabalho. Concernente ao valor adicionado, a fabricação de produtos alimentícios e a fabricação de bebidas constituem as duas atividades mais importantes no Estado.

Espera-se para o futuro a manutenção do desempenho favorável da indústria piauiense ante a brasileira e a nordestina, face ainda haver no Estado grande déficit habitacional e elevadas carências de serviços básicos de infraestrutura domiciliar. Estas, aliadas às ações de atração de investimentos e de outras que visem à melhoria do bem-estar da população piauiense, constituem oportunidades importantes para a expansão das atividades industriais no Estado.

Referências

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Sistema inter-regional de insumo-produto do Nordeste**. Fortaleza, 2014.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Déficit habitacional municipal no Brasil 2010**. Belo Horizonte, 2013a. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/deficit-habitacional/216-deficit-habitacional-municipal-no-brasil-2010/file>>. Acesso em: 28 nov. 2014.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais – RAIS**. Brasília, DF, 2013b. Disponível em: <<http://bi.mte.gov.br/bgcaged/inicial.php>>. Acesso em: 12 nov. 2014.

DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO MINERAL. **Anuário Mineral Brasileiro 2010**. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <<http://www.dnpm.gov.br/conteudo.asp?IDSecao=68&IDPagina=2005>>. Acesso em: 12 nov. 2014.

FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E SOCIAIS DO PIAUÍ. **Piauí: visão sumária**. Teresina, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estrutura da CNAE 2.0**. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.cnae.ibge.gov.br/estrutura.asp?TabelaBusca=CNAE_200@CNAE%202.0>. Acesso em: 12 nov. 2014.

_____. Tabela 3 - Valor Adicionado Bruto a preços básicos por atividade econômica das Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2002-2012. In: **Contas regionais do Brasil 2012**. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2012/default_xls_2002_2012.shtm>. Acesso em: 25 nov. 2014.

PIAUÍ. Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico. **Indústria do Piauí**. Teresina, 2014. Disponível em: <<http://www.sedet.pi.gov.br/industria.php>>. Acesso em: 12 nov. 2014.

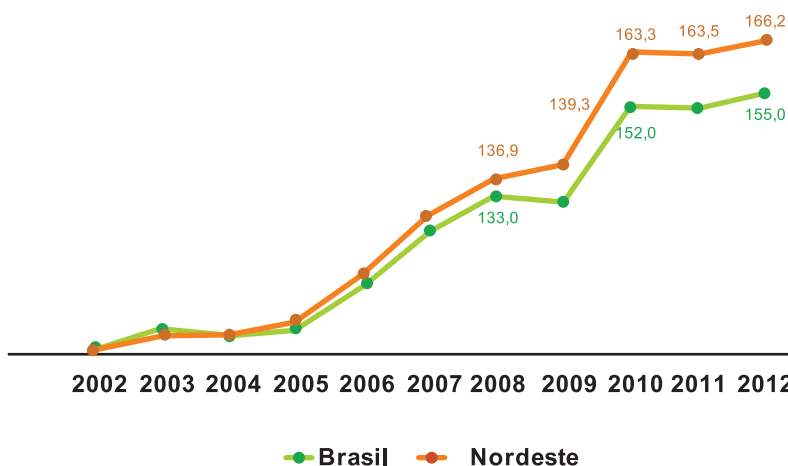
7 Comércio e serviços

Wellington Santos Damasceno

Economista. Mestre em Economia

O setor de comércio e serviços é expressivo no Nordeste registrando forte expansão nos últimos anos. O Valor Adicionado Bruto (VAB) desse segmento na Região obteve uma evolução superior à média nacional no período de 2002 a 2012, conforme os dados mais recentes disponibilizados. Enquanto no Brasil o crescimento em termos reais foi de 55,0%, no Nordeste a evolução alcançou 66,2% no período (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Evolução do VAB - Comércio e serviços - (Base 100 = ano 2002)

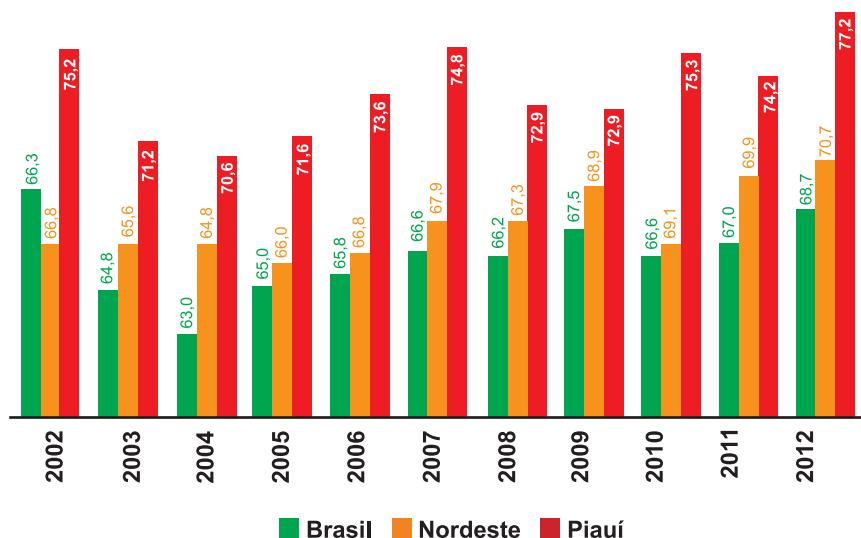


Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

Especificamente no Piauí, o valor adicionado para comércio e serviços correspondia a 75,2% da economia desse Estado em 2002. Essa relação elevou-se para 77,2% em 2012, acompanhando o crescimento observado no Nordeste com o comércio e serviços

adicionando 70,7% de valor bruto à economia regional no mesmo ano. No Brasil essa participação é menor, isto é, 68,7% (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Participação do VAB - Comércio e serviços na economia - Brasil, Nordeste e Piauí - Em %

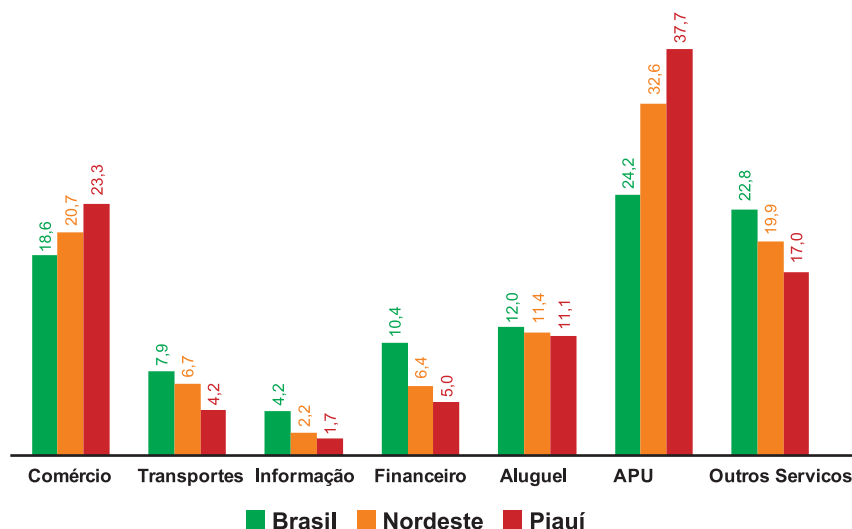


Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

A Administração Pública (APU) é expressiva no Piauí, tendo representado 37,7% do total do setor de comércio e serviços em 2012. No Nordeste, a participação foi de 32,6% nesse mesmo ano. Para o Brasil essa relação é menor, correspondendo a 24,2% (Gráfico 3).

Conforme dados do IBGE, o Piauí possui aproximadamente 5,86% da população do Nordeste. O Estado, conforme dados mais recentes das contas regionais, participa com 4,39% do VAB do Nordeste. Por sua vez, o comércio e serviços piauienses representam 4,78% do VAB desse setor regionalmente, sendo maior portanto, que a participação do VAB Piauí no Valor Agregado Bruto regional (Quadro 1).

Gráfico 3 – Distribuição do VAB - Comércio e serviços por atividade em 2012 - Brasil, Nordeste e Piauí - Em %



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

Nota: transportes referem-se a transportes, armazenagem e correios; informação compreende serviços de informação e comunicação; financeiro trata-se de intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados; aluguel representa atividades imobiliárias e aluguéis; e APU significa administração, saúde e educação pública e seguridade social.

Quadro 1 – Indicadores selecionados em 2012

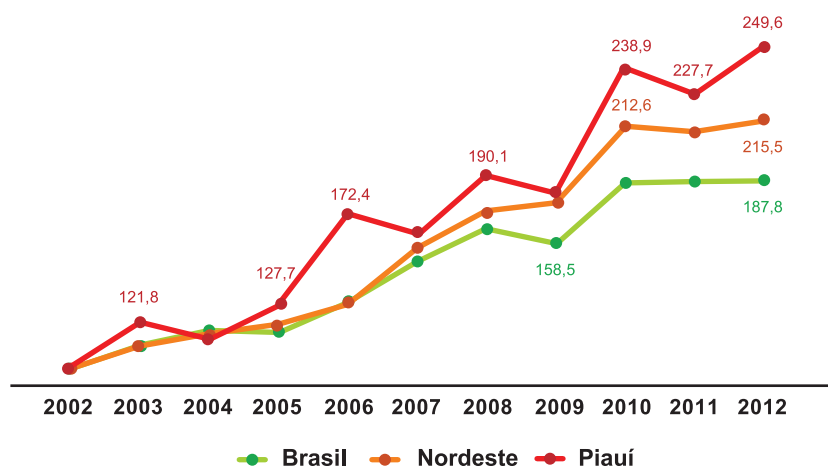
Participação (%) da população do Piauí no Nordeste	5,86
Participação (%) do VAB de Comércio e Serviços do Piauí no VAB do Nordeste	4,78
Participação (%) do VAB do Piauí no VAB do Nordeste	4,39

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

7.1 Comércio

O VAB do comércio piauiense obteve crescimento superior à média nordestina e brasileira no período de 2002 a 2012. O valor adicionado cresceu 149,6% no Piauí, enquanto que no Nordeste o incremento foi de 115,5%. No Brasil, a evolução foi de 90,4% no mesmo período (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Evolução do VAB - Comércio - (Base 100 = ano 2002)

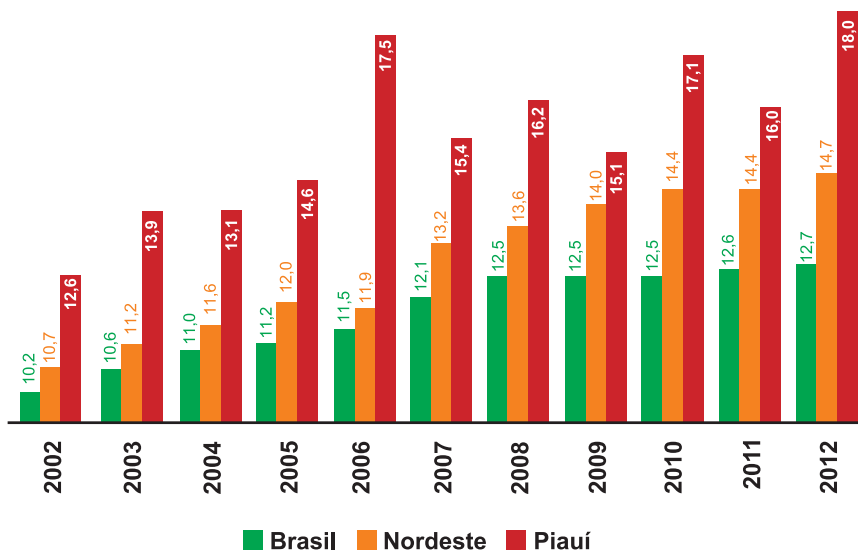


Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

A participação do comércio no Valor Adicionado Bruto do Nordeste cresceu de 10,7% em 2002 para 14,7% em 2012. No Piauí essa atividade é mais representativa e cresceu de 12,6% em 2002 para 18,0% no mesmo período. No Brasil essa participação foi de 12,7% em 2012 (Gráfico 5).

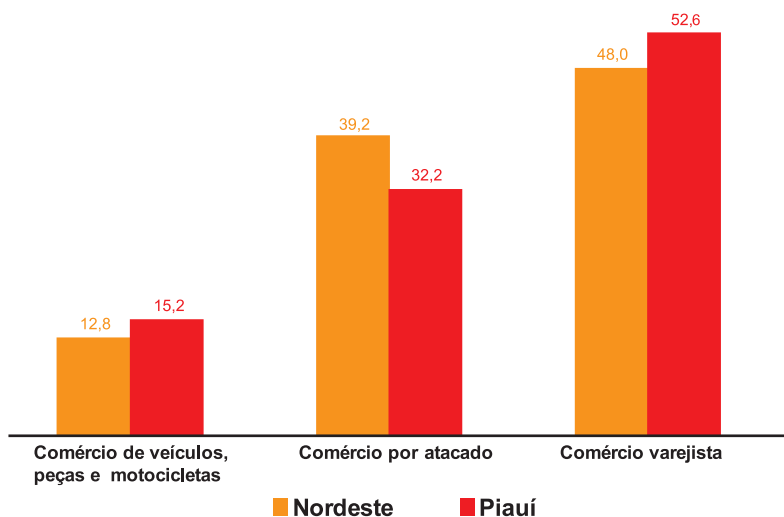
O comércio varejista é destaque no Nordeste e no Piauí, tendo representado 48,0% e 52,6%, respectivamente, do total da receita bruta do setor em 2012 (Gráfico 6).

Gráfico 5 – Participação do VAB - Comércio - Brasil, Nordeste e Piauí - Em %



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

Gráfico 6 – Distribuição da receita bruta de revenda e comissões do Nordeste e Piauí por atividade em 2012 - Em %

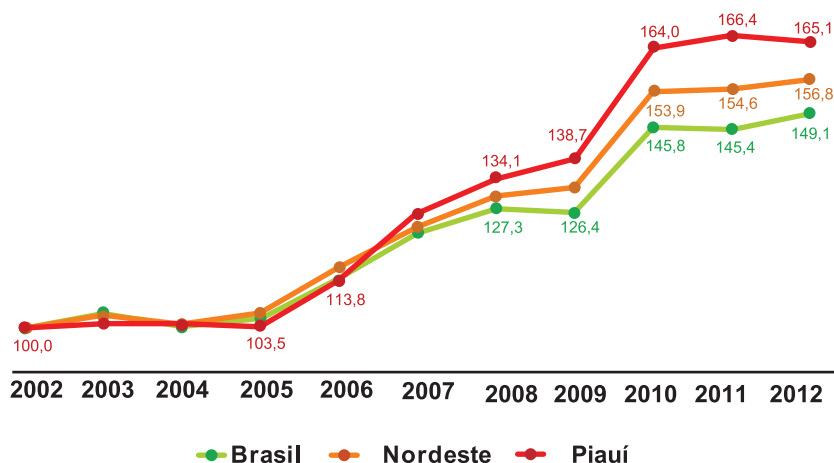


Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2012).

7.2 Serviços

O valor adicionado pelos serviços à economia piauiense, exclusive comércio, também obteve crescimento superior em comparação com o desempenho do Nordeste e do Brasil no período de 2002 a 2012. Em termos reais, o valor adicionado cresceu 65,1% no Piauí, enquanto no Nordeste e Brasil, os aumentos foram de 56,8% e 49,1%, respectivamente (Gráfico 7).

Gráfico 7 – Evolução do VAB - Serviços exclusive comércio - (Base 100 = ano 2002)

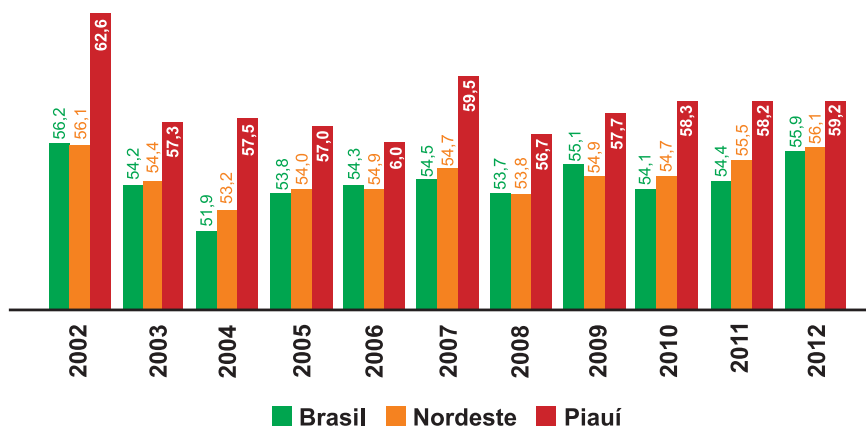


Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

A participação dos serviços, exclusive comércio, no VAB piauiense decresceu de 62,6% em 2002 para 59,2% em 2012, enquanto que no Nordeste a participação não se alterou no período considerado. No Brasil, a participação teve uma pequena redução de 56,2% para 55,9% no mesmo período.

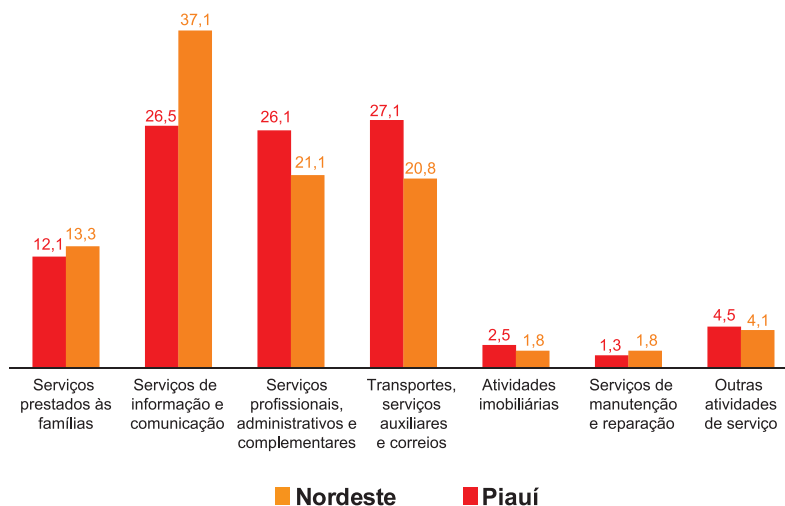
Em termos de receitas, os serviços de informação e comunicação são expressivos tanto no Nordeste quanto no Piauí, seguido pelos serviços profissionais e administrativos além dos serviços de transporte (Gráfico 9).

Gráfico 8 – Participação dos serviços no VAB - Brasil, Nordeste e Piauí - Exclusive comércio - Em %



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

Gráfico 9 – Distribuição da receita bruta de prestação de serviços não financeiros do Nordeste e Piauí por atividade em 2011 - Em %



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2011).

7.3 Considerações finais

O setor de comércio e serviços registrou expressivo crescimento no Piauí nos últimos anos, tendo alcançado 77,2% do VAB estadual em 2012. As atividades da administração pública ainda são representativas com quase 40% do VAB comércio e serviços do Estado em 2011.

Em termos gerais, tanto comércio quanto serviços cresceram no Piauí, inclusive a taxas superiores em comparação com o desempenho regional e nacional no intervalo de 2002 a 2012. O comércio cresceu 149,6% e as demais atividades de serviços cresceram 65,1%.

A participação do comércio cresceu de 10,7% para 14,7% no VAB do Estado de 2002 a 2012, com destaque para o comércio varejista que representa 52,6% de todas as atividades comerciais, o que é reflexo do aumento do poder aquisitivo e da demanda da população local por bens de consumo.

As demais atividades de serviços também cresceram de forma expressiva no Piauí, tendo inclusive superado o desempenho regional e nacional. O VAB serviços, exceto comércio, representou 59,2% do VAB estadual em 2012.

Polo de Saúde de Teresina

A atividade médica constitui-se em uma das mais organizadas e relevantes de Teresina, composta por um Centro de Referência Regional. A capital piauiense desenvolve medicina de ponta e realiza procedimentos de alta complexidade em diversas áreas especializadas de saúde, tais como transplantes de córnea, renal, coração e pâncreas; cirurgia cardíaca, marca-passo cardíaco e hemodinâmica; neurocirurgia avançada; cirurgia corretiva de fissuras lábio-palatinas; cirurgia, quimioterapia e radioterapia em oncologia; terapia renal substitutiva na área de nefrologia; cirurgia endoscópica e vídeo cirurgia; cirurgia torácica; cirurgia oftalmológica e excimer laser; e cirurgia de obesidade. O Polo de Saúde de Teresina beneficia pacientes do Piauí e de estados vizinhos, em sua maioria.

O Polo de Saúde de Teresina se desenvolveu no entorno do Hospital Getúlio Vargas, o maior hospital público do Estado. Ampliado e modernizado ao longo de seus quase 70 anos, hoje é um complexo hospitalar que abrange três quarteirões e atende as mais diversas especialidades, sendo utilizado como hospital de ensino pelas Universidades Estadual e Federal.

Hospitais públicos especializados também estão presentes no Polo de Saúde, como o Instituto de Doenças Tropicais Nathan Portella (centro de referência em sua área), a Maternidade Dona Evangelina Rosa e o Hospital Infantil Lucídio Portella além de centros de atendimento ambulatorial, como o Centro Integrado de Saúde Lineu Araújo.

Com o passar do tempo, grandes hospitais privados também se instalaram na região, tanto gerais como especializados, alguns se tornando referência nacional em suas áreas de atuação. Serviços ambulatoriais, de emergência e procedimentos de alta complexidade, realizados por equipes de reconhecida competência, atraem pacientes de locais distantes, a exemplo do Prontocor (hospital cardiológico), o Hospital Santa Maria, o Hospital Aliança Casamater e o Hospital São Marcos (hospital geral que é referência em oncologia). Clínicas e consultórios privados também migraram para o Polo.

Nos últimos anos, modernas torres empresariais têm sido construídas nesta área, especializadas na prestação de serviços de saúde. Recentemente, empreendimentos imobiliários voltados para a área da saúde têm sido lançados na Zona Leste, que deve ser a próxima fronteira do setor.

Fonte: Teresina panorâmica.

Referências

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.
Economia: sistema de contas nacionais. In: **Contas regionais do Brasil**. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home>>. Acesso em: 13 nov. 2014.

_____. **Pesquisa anual de serviços**. Rio de Janeiro, 2011.
Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home>>. Acesso em: 11 nov. 2014.

_____. **Pesquisa anual do comércio**. Rio de Janeiro, 2012.
Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home>>. Acesso em 11 nov. 2014.

TERESINA panorâmica. Disponível em: <<http://www.teresinapanoramica.com/polo.html>>. Acesso em: 12. dez. 2014.

8 Fluxos do comércio interestadual

Francisco Raimundo Evangelista

Engenheiro Agrônomo. Doutor em Economia da Indústria e da Tecnologia

Antônio Ricardo de Norões Vidal

Economista. Mestre em Administração de Empresas

Airton Saboya Valente Junior

Economista. Mestre em Desenvolvimento Econômico

Paulo André Almeida Lopes

Graduando em Economia. Bolsista de Nível Superior

O presente capítulo foi elaborado a partir de dados gerados pela Matriz de Insumo-Produto do Nordeste e Estados. Referida matriz constitui-se em uma ferramenta utilizada em análises econômicas, pois mostra como os setores estão relacionados entre si, ou seja, quais segmentos suprem os outros de serviços e produtos e quais atividades compram das demais. Assim, a Matriz de Insumo-Produto apresenta uma visão sobre o funcionamento da economia, revelando inclusive a interdependência entre as diversas atividades que compõem o sistema econômico de um determinado território.

A Matriz de Insumo-Produto do Nordeste e Estados, construída pelo Banco do Nordeste em parceria com a Universidade de São Paulo, utiliza dados das contas regionais e nacionais de 2009, que por sua vez são elaboradas e divulgadas pelo IBGE. A matriz tem um recorte de 82 setores.

É importante assinalar que, embora o quadro socioeconômico dos estados do Nordeste tenha apresentado consideráveis mudanças na última década, as transformações na estrutura produtiva de um determinado território costumam ocorrer somente a médio ou no longo prazo. Nesse sentido, considera-se relevante a análise aqui apresentada e embasada nas contas regionais e nacionais de 2009.

O capítulo está dividido em quatro partes. Inicialmente, detalham-se as compras realizadas pelo estado do Piauí em termos de insumos intermediários. Em seguida, apresentam-se as vendas de insumos intermediários realizadas por esse Estado. A terceira parte sintetiza o balanço de compra e vendas. Finaliza-se o texto com uma análise sobre a agregação de valor por parte da economia piauiense.

8.1 Compras de insumos intermediários

Os insumos intermediários são representados pelos bens e serviços utilizados para alimentar a produção setorial do Piauí, podendo ser constituídos por matérias-primas, peças, partes, componentes ou mesmo produtos acabados e serviços que entram na composição de determinada atividade econômica.

É importante ressaltar que os resultados apresentados referem-se a compras de insumos intermediários. As famílias, as empresas e o setor público do Piauí compram bens finais, itens da demanda final, que não estão analisados nesse trabalho. Também, não são computadas as importações de insumos intermediários e bens finais provenientes do exterior.

Conforme os dados da Matriz de Insumo-Produto do Nordeste e Estados, as compras do Piauí com insumos intermediários totalizaram R\$ 8,9 bilhões em 2009. A maior parte das compras foi oriunda do próprio Estado (R\$ 4,5 bilhões). Assim, o Piauí adquiriu R\$ 4,4 bilhões de outros Estados com destaque para São Paulo (R\$ 1,8 bilhão), Rio de Janeiro (R\$ 339,7 milhões), Paraná (R\$ 257,9 milhões), Maranhão (R\$ 253,7 milhões) e Rio Grande do Sul (R\$ 243,9 milhões). Portanto, embora o Piauí mantenha vínculos comerciais com o Nordeste, as compras realizadas no Sul e especialmente no Sudeste foram expressivas (Tabela 1).

Tabela 1 – Origem das compras de insumos por grandes setores - 2009 - (R\$ milhões correntes)

Região	UF	Agropecuária		%	Indústria		%	Serviços		%	Total		%
		Valor	Valor		Valor	Valor		Valor	Valor		Valor	Valor	
Nordeste		296,33		52,74	2188,43		61,06	2851,35		60,56	5336,12		60,27
	AL	1,14		0,20	18,13		0,51	6,13		0,13	25,40		0,29
	BA	21,24		3,78	86,20		2,40	72,44		1,54	179,88		2,03
	CE	10,43		1,86	88,67		2,47	109,23		2,32	208,33		2,35
	MA	23,06		4,10	130,76		3,65	99,91		2,12	253,73		2,87
	PB	1,50		0,27	13,24		0,37	12,15		0,26	26,88		0,30
	PE	4,10		0,73	57,50		1,60	58,27		1,24	119,87		1,35
	PI	229,23		40,80	1769,36		49,36	2477,52		52,62	4476,11		50,55
Sudeste	SE	4,33		0,77	14,83		0,41	7,74		0,16	26,90		0,30
	RN	1,30		0,23	9,74		0,27	7,98		0,17	19,02		0,21
		160,69		28,60	867,18		24,19	1416,58		30,09	2444,45		27,61
	ES	4,23		0,75	36,78		1,03	28,76		0,61	69,76		0,79
	MG	33,75		6,01	112,93		3,15	72,17		1,53	218,85		2,47
	RJ	15,57		2,77	109,48		3,05	214,66		4,56	339,71		3,84
	SP	107,14		19,07	608,00		16,96	1100,99		23,39	1816,14		20,51

continua...

continuação.

Região	UF	Agropecuária		%	Indústria		%	Serviços		%	Total		%
		Valor			Valor			Valor			Valor		
Norte		9,25		1,65	103,62		2,89	91,55		1,94	204,42		2,31
	AC	0,35		0,06	1,38		0,04	2,00		0,04	3,73		0,04
	AP	0,36		0,06	2,16		0,06	0,62		0,01	3,14		0,04
	AM--	3,31		0,59	26,61		0,74	56,73		1,21	86,65		0,98
	PA	3,16		0,56	50,19		1,40	18,18		0,39	71,53		0,81
	RO	0,68		0,12	8,11		0,23	4,60		0,10	13,40		0,15
	RR	0,09		0,02	0,55		0,02	1,08		0,02	1,72		0,02
	TO	1,30		0,23	14,61		0,41	8,34		0,18	24,24		0,27
Centro-Oeste		20,61		3,67	122,33		3,41	92,67		1,97	235,61		2,66
	DF	1,02		0,18	18,20		0,51	30,94		0,66	50,17		0,57
	GO	8,69		1,55	55,63		1,55	30,82		0,65	95,14		1,07
	MT	8,22		1,46	30,65		0,86	16,88		0,36	55,75		0,63
	MS	2,68		0,48	17,85		0,50	14,03		0,30	34,56		0,39
Sul		74,97		13,34	302,75		8,45	255,82		5,43	633,54		7,16
	PR	33,23		5,92	125,21		3,49	99,45		2,11	257,90		2,91
	SC	6,83		1,22	73,14		2,04	51,74		1,10	131,71		1,49
	RS	34,90		6,21	104,41		2,91	104,63		2,22	243,94		2,76
Total		561,85		100,00	3584,32		100,00	4707,97		100,00	8854,14		100,00

Fonte: BNB/ETENE.

O setor de serviços foi responsável pela maior quantidade de compras, isto é, R\$ 4,7 bilhões em 2009, sendo os principais fornecedores o próprio Piauí com R\$ 2,5 bilhões. Aproximadamente R\$ 2,2 bilhões foram adquiridos em outras Unidades Federativas, especialmente em São Paulo (R\$ 1,1 bilhão), Rio de Janeiro (R\$ 214,7 milhões), Ceará (R\$ 109,2 milhões), Rio Grande do Sul (R\$ 104,6 milhões) e Paraná (R\$ 99,5 milhões).

A indústria piauiense comprou R\$ 3,6 bilhões de insumos intermediários em 2009, dos quais R\$ 1,8 bilhão no próprio Estado e R\$ 1,8 bilhão nas demais Unidades Federativas. Os principais fornecedores foram São Paulo (R\$ 608,0 milhões), Maranhão (R\$ 130,8 milhões), Paraná (R\$ 125,2 milhões), Minas Gerais (R\$ 112,9 milhões) e Rio de Janeiro (R\$ 109,5 milhões).

A agropecuária piauiense comprou R\$ 561,9 milhões de insumos intermediários em 2009, dos quais R\$ 229,2 milhões do próprio Estado e R\$ 332,7 milhões de fora. Os principais fornecedores foram São Paulo (R\$ 107,1, milhões), Rio Grande do Sul (R\$ 34,9 milhões), Minas Gerais (R\$ 33,8 milhões), Paraná (R\$ 33,2 milhões) e Maranhão (R\$ 23,1 milhões).

A análise das compras realizadas permite inferir que a estrutura da economia piauiense é fortemente baseada em prestação de serviços e comércio. Detalhando-se as principais atividades que realizam compras de insumos intermediários, nove pertencem ao setor de serviços e três são comerciais (Tabela 2). Além disso, os gastos públicos são relevantes para a economia estadual. Na verdade, a administração pública e seguridade social são destacadas compradoras, respondendo por 13,5% do total das aquisições estaduais. Ao se incluir os serviços de saúde e educação pública, esse percentual sobe para 23,6%.

Dentre as quinze atividades que mais realizam compras, não houve registro de nenhuma do setor agropecuário. Ao se ampliar a lista para trinta atividades, vislumbra-se a soja, 20º lugar, aves, 23º lugar e milho, 26º lugar. Portanto, o setor agropecuário piauiense demanda poucos insumos intermediários em comparação com os serviços e a indústria.

Por sua vez, o setor industrial do Piauí é demandante de produtos agropecuários, sendo, portanto, as agroindústrias e indústrias alimentícias relevantes no Estado, a exemplo das processadoras e beneficiadoras de produtos e óleos vegetais além das indústrias de bebidas.

Tabela 2 – Principais atividades compradoras de insumos intermediários - 2009 - (R\$ milhões correntes)

Ordem	Setores	Valor	%	% Acum.
1	Administração pública e seguridade social	1.196,90	13,52	13,52
2	Construção civil	824,60	9,31	22,83
3	Fabricação de óleos vegetais	627,10	7,08	29,91
4	Saúde pública	556,70	6,29	36,20
5	Bebidas	407,60	4,60	40,80
6	Comércio varejista	397,30	4,49	45,29
7	Serviços de informação	372,60	4,21	49,50
8	Educação pública	338,50	3,82	53,32
9	Beneficiamento de outros produtos vegetais	331,70	3,75	57,07
10	Comércio atacadista	279,60	3,16	60,23
11	Transporte de passageiros	273,10	3,08	63,31
12	Intermediação financeira e seguros	266,60	3,01	66,32
13	Outros serviços	264,20	2,98	69,31
14	Serviços de alimentação	249,60	2,82	72,13
15	Distribuição de energia elétrica	224,00	2,53	74,66
16	Demais 67 setores	2.244,00	25,34	100,00
-	Total	8.854,10	100,00	-

Fonte: BNB/ETENE.

A matriz permite que se quantifique as compras realizadas no âmbito do próprio estado do Piauí em termos de alguma atividade específica. No caso da fabricação de óleos vegetais, é possível destacar a importância da soja como importante insumo para esse segmento. De fato, referido grão representa cerca de 50,0% das compras desse setor industrial. A fabricação de óleos vegetais representa a terceira atividade mais relevante em termos de compras intraestaduais e está abaixo da administração pública e seguridade social além da construção civil.

8.2 Vendas de insumos intermediários

É importante ressaltar que os resultados apresentados referem-se as vendas de insumos intermediários. O Estado vende bens finais que não são computados nesse texto. As exportações de insumos intermediários e bens finais para o exterior não são analisadas nesse capítulo.

Os setores produtivos do Piauí negociaram para diversos segmentos do País em 2009, tendo a venda de insumos intermediários totalizado R\$ 7,3 bilhões nesse ano. A maior parte dessas vendas destinou-se para o próprio Piauí, isto é, R\$ 4,5 bilhões ou 60,9% do total. Assim, os setores produtivos do Piauí venderam R\$ 2,8 bilhões para outros Estados. Os principais compradores foram São Paulo com R\$ 686,5 milhões, Rio Grande do Sul com R\$ 270,6 milhões, Rio de Janeiro com R\$ 219,2 milhões, Paraná com R\$ 206,4 milhões e Ceará com R\$ 206,2 milhões (Tabela 3).

Tabela 3 – Destino das vendas de insumos intermediários por grandes setores - 2009 - (R\$ milhões correntes)

Região	UF	Agropecuária	%	Indústria	%	Serviços	%	Total	%
Nordeste		660,30	49,23	1.621,10	64,43	2.797,70	80,10	5.079,10	69,10
	AL	2,06	0,15	7,08	0,28	1,53	0,04	10,67	0,15
	BA	33,60	2,51	46,96	1,87	38,78	1,11	119,34	1,62
	CE	61,83	4,61	111,70	4,44	32,68	0,94	206,22	2,81
	MA	18,72	1,40	102,19	4,06	35,61	1,02	156,52	2,13
	PB	3,17	0,24	5,36	0,21	1,73	0,05	10,26	0,14
	PE	14,77	1,10	30,82	1,23	11,29	0,32	56,88	0,77
	PI	517,69	38,59	1.300,85	51,70	2.657,57	76,09	4.476,11	60,90
	SE	1,99	0,15	6,01	0,24	12,79	0,37	20,79	0,28
	RN	6,46	0,48	10,12	0,40	5,72	0,16	22,30	0,30
Sudeste		303,58	22,63	490,19	19,48	320,31	9,17	1.114,08	15,16
	ES	8,72	0,65	21,86	0,87	8,76	0,25	39,34	0,54
	MG	40,63	3,03	72,20	2,87	56,13	1,61	168,96	2,30
	RJ	12,67	0,94	76,12	3,03	130,44	3,73	219,23	2,98
	SP	241,57	18,01	320,01	12,72	124,97	3,58	686,55	9,34

Continua

Continuação

Região	UF	Agropecuária	%	Indústria	%	Serviços	%	Total	%
Norte		46,03	3,43	69,68	2,77	77,09	2,21	192,80	2,62
	AC	0,56	0,04	2,56	0,10	0,43	0,01	3,55	0,05
	AP	0,60	0,04	1,50	0,06	0,25	0,01	2,35	0,03
	AM	2,53	0,19	16,15	0,64	54,34	1,56	73,01	0,99
	PA	36,72	2,74	28,86	1,15	11,54	0,33	77,13	1,05
	RO	2,49	0,19	6,20	0,25	1,18	0,03	9,87	0,13
	RR	0,21	0,02	1,84	0,07	0,25	0,01	2,30	0,03
	TO	2,91	0,22	12,57	0,50	9,10	0,26	24,58	0,33
Centro-Oeste		92,94	6,93	106,51	4,23	148,64	4,26	348,09	4,74
	DF	4,54	0,34	32,13	1,28	64,40	1,84	101,07	1,38
	GO	40,86	3,05	31,14	1,24	6,98	0,20	78,97	1,07
	MT	35,88	2,68	22,18	0,88	59,17	1,69	117,24	1,60
	MS	11,66	0,87	21,05	0,84	18,09	0,52	50,80	0,69
Sul		238,51	17,78	228,46	9,08	149,14	4,27	616,10	8,38
	PR	79,18	5,90	92,67	3,68	34,52	0,99	206,37	2,81
	SC	70,54	5,26	45,27	1,80	23,36	0,67	139,17	1,89
	RS	88,79	6,62	90,52	3,60	91,25	2,61	270,57	3,68
Total		1.341,36	100,00	2.515,93	100,00	3.492,87	100,00	7.350,16	100,00

Fonte: BNB/ETENE.

Dentre os setores analisados, os serviços comercializaram valores mais expressivos, isto é, R\$ 3,5 bilhões, dos quais R\$ 2,7 bilhões no próprio Piauí e R\$ 0,8 bilhão nas demais Unidades Federativas. Os principais compradores foram Rio de Janeiro (R\$ 130,4 milhões), São Paulo (R\$ 125,0 milhões), Rio Grande do Sul (R\$ 91,3 milhões), Distrito Federal (R\$ 64,4 milhões) e Mato Grosso (R\$ 59,2 milhões).

A indústria vendeu R\$ 2,5 bilhões dos quais R\$ 1,3 bilhão para o próprio Piauí e R\$ 1,2 bilhão para as demais Unidades Federativas. Os principais parceiros comerciais nesse segmento foram São Paulo (R\$ 320,0 milhões), Ceará (R\$ 111,7 milhões), Maranhão (R\$ 102,2 milhões), Paraná (R\$ 92,7 milhões) e Rio Grande do Sul (R\$ 90,5 milhões).

A agropecuária vendeu R\$ 1,3 bilhão dos quais R\$ 517,7 milhões para o próprio Piauí e R\$ 823,6 milhões para as demais Unidades Federativas. Os principais parceiros comerciais nesse segmento foram São Paulo (R\$ 241,6 milhões), Rio Grande do Sul (R\$ 88,8 milhões), Paraná (R\$ 79,2 milhões) e Santa Catarina (R\$ 70,5 milhões).

Considerando-se o detalhamento setorial da Matriz de Insumo-Produto aqui utilizada, que trabalha com um recorte de 82 setores, constata-se que apenas 15 atividades foram responsáveis por R\$ 5,6 bilhões ou 76,8% do total das vendas piauienses de insumos intermediários (Tabela 4).

Dessas quinze atividades, seis são classificadas como serviços; seis pertencem à indústria e três fazem parte da agropecuária. Os seis setores de serviços (comércio atacadista, serviços prestados às empresas, intermediação financeira e seguros, serviços de informação, transporte de carga e correio, serviços imobiliários e aluguel) foram responsáveis por R\$ 3,1 bilhões ou 42,0% do total das vendas de insumos intermediários do Piauí.

As seis atividades industriais (fabricação de óleos vegetais, bebidas, construção civil, beneficiamento de outros produtos vegetais, distribuição de energia elétrica e outros produtos de minerais não metálicos) participaram com R\$ 1,5 bilhão ou 21,1% do total das vendas. É importante ressaltar que os segmentos industriais

anteriormente mencionados pertencem essencialmente a atividades econômicas tradicionais, a exemplo do setor alimentício (fabricação de óleos vegetais, bebidas, beneficiamento de outros produtos vegetais) além da construção civil.

Tabela 4 – Principais setores fornecedores de insumos intermediários - 2009 - (R\$ milhões correntes)

Ordem	Setores	Valor	%	% Acumulado
1	Comércio atacadista	1.201,84	16,35	16,35
2	Serviços prestados às empresas	530,49	7,22	23,57
3	Fabricação de óleos vegetais	443,17	6,03	29,60
4	Soja	425,49	5,79	35,39
5	Intermediação financeira e seguros	423,45	5,76	41,15
6	Serviços de informação	403,66	5,49	46,64
7	Outras culturas/extrativismo vegetal	399,49	5,44	52,07
8	Bebidas	371,87	5,06	57,13
9	Transporte de carga e correios	284,00	3,86	61,00
10	Serviços imobiliários e aluguel	241,29	3,28	64,28
11	Construção civil	213,66	2,91	67,19
12	Beneficiamento de outros produtos vegetais	197,56	2,69	69,88
13	Bovinos	185,16	2,52	72,39
14	Distribuição de energia elétrica	169,85	2,31	74,71
15	Outros produtos de minerais não-metálicos	151,52	2,06	76,77
16	Demais produtos 67 produtos	1.707,67	23,23	100,00
	Total	7.350,16	100,00	

Fonte: BNB/ETENE.

As cinco atividades industriais (fabricação de óleos vegetais, bebidas, construção civil, beneficiamento de outros produtos vegetais e outros produtos de minerais não metálicos) participaram com R\$ 1,4 bilhão ou 18,7% do total das vendas. É importante ressaltar que os segmentos industriais anteriormente mencionados pertencem essencialmente a atividades econômicas tradicionais, a exemplo do setor alimentício (fabricação de óleos vegetais, bebidas, beneficiamento de outros produtos vegetais) além da construção civil.

As três atividades agropecuárias (soja, outras culturas/extrativismo vegetal e bovinos) comercializaram R\$ 1,0 bilhão ou 13,7% do total das vendas de insumos intermediários do Estado.

8.3 Balanço das compras e vendas

As compras interestaduais do Piauí com insumos intermediários somaram R\$ 4,4 bilhões, enquanto que as vendas interestaduais totalizaram R\$ 2,8 bilhões, implicando em um déficit comercial com as demais Unidades Federativas de R\$ 1,6 bilhão em 2009.

Portanto, a economia piauiense apresentou resultado negativo no relacionamento comercial com as demais Unidades Federativas do País. O Estado mostrou-se deficitário em relação às regiões Norte (- R\$ 11,6 milhões), Sul (- R\$ 17,4 milhões) Nordeste (- R\$ 257,0 milhões) e especialmente com o Sudeste (- R\$ 1,3 bilhão). O superávit obtido com o Centro-Oeste (R\$ 112,5 milhões) foi insuficiente para cobrir o saldo negativo com as demais regiões.

Os serviços compraram R\$ 2,2 bilhões de outras Unidades Federativas e venderam R\$ 0,8 bilhão, implicando em déficit de R\$ 1,4 bilhão. A indústria comprou R\$ 1,8 bilhão de outros Estados e vendeu R\$ 1,2 bilhão, implicando em déficit de R\$ 0,6 bilhão. A agropecuária, por sua vez, registrou superávit de R\$ 491,0 milhões, resultado das vendas de R\$ 823,7 milhões e compras de R\$ 332,7 milhões.

Assim, os resultados positivos da agropecuária não foram suficientes para cobrir os déficits apresentados pela indústria e especialmente pelo setor de serviços, o que ocasionou o saldo comercial negativo. É possível concluir que a incipiente base industrial piauiense não consegue atender as demandas dos setores produtivos do Estado implicando na necessidade de se efetuar compras interestaduais.

8.4 Análise da agregação de valor

A presente seção detalha considerações sobre o valor da produção, o valor adicionado e o pessoal ocupado na economia piauiense. Inicialmente, é importante esclarecer alguns conceitos.

O valor da produção de um determinado setor diz respeito ao preço de mercado do bem ou serviço gerado multiplicado pela quantidade produzida. O valor adicionado refere-se ao valor da produção subtraído do consumo intermediário, sendo que esse último representa as matérias primas, bens e serviços adquiridos de outros setores e incorporados no processo produtivo. O pessoal ocupado abrange todos aqueles que trabalham na atividade, incluindo proprietários e sócios, pessoas da família que exercem algum ofício na empresa sem remuneração, inclusive a mão de obra informal, isto é, sem carteira de trabalho assinada.

Analisando-se a Tabela 5 verifica-se que o setor serviços é preponderante na economia piauiense, tanto em termos de arrecadação de ICMS, remunerações, valor da produção, valor adicionado e pessoal ocupado. Segue-se a indústria em termos de arrecadação de ICMS, remunerações, valor da produção e valor adicionado, enquanto que a agropecuária é o segundo setor no que se refere a pessoal ocupado.

Tabela 5 – Valor adicionado e Valor da produção por grandes setores - 2009 - (R\$ milhões correntes)

Indicadores	Agropecuária	Indústria	Serviço	Total
ICMS (R\$ milhões)	39,29	232,14	405,43	676,86
Remunerações (R\$ milhões)	275,68	1.217,62	7.154,16	8.647,46
Valor da produção (R\$)	2.391,01	6.936,01	17.786,11	27.113,13
Valor adicionado	1.715,86	2.808,55	12.279,04	16.803,45
Pessoal ocupado (Número de pessoas)	799.972	169.964	815.705	1.785.640
Valor adicionado / Valor da produção (%)	71,76	40,49	69,04	61,98
Remunerações / Valor adicionado (%)	16,07	43,35	58,26	51,46
Valor adicionado / Pessoal ocupado (R\$/Pessoa ocupada)	2.144,90	16.524,41	15.053,30	9.410,32

Fonte: BNB/ETENE.

A relação valor adicionado/valor da produção é mais expressiva na agropecuária (71,76%), pois esse segmento adquire menor quantidade de insumos em comparação com os demais setores. Os serviços e a indústria ocupam o segundo e terceiro postos nesse indicador, respectivamente.

Os serviços tem a maior relação remuneração/valor adicionado, vindo a seguir a indústria e a agropecuária. A indústria, por sua vez, obteve a maior relação valor adicionado/pessoal ocupado (R\$ 16.524,41), acompanhada por serviços (R\$ 15.052,30), estando o indicador da agropecuária distante dos demais (R\$ 2.144,90).

Finalmente, a Tabela 6 apresenta as quinze atividades que mais geram pessoal ocupado e valor adicionado. A agropecuária, o comércio, os serviços e a construção civil empregam significativo contingente de pessoas o mesmo ocorrendo com a geração de valor adicionado.

A análise dos fluxos de comércio interestadual e da agregação de valor permite concluir que o setor de serviços é preponderante na economia piauiense, estando a administração pública e o comércio entre as mais relevantes no Estado. A indústria piauiense, ainda incipiente, está embasada em agroindústrias, processadoras de alimentos e bebidas, além da construção civil. Expressivo contingente populacional do Estado trabalha no setor agropecuário, em grande parte de maneira informal ou em atividades de subsistência, o que se reflete na baixa remuneração e no reduzido valor da produção desse setor. Por outro lado, a produção de grãos, a bovinocultura e a avicultura despontam como atividades relevantes no âmbito da agropecuária.

Os setores econômicos do Piauí compram e vendem insumos intermediários majoritariamente no próprio Estado. São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná e Ceará, nessa ordem, se constituíram nos principais parceiros comerciais do Piauí em 2009, no que se refere a insumos intermediários.

Tabela 6 – Principais atividades geradoras de pessoal ocupado (número) e valor adicionado - 2009 - (R\$ milhões correntes)

Atividades	Pessoal ocupado	Atividades	Valor adicionado
Outras culturas/ extrativismo vegetal	320.361	Administração pública e seguridade social	2.636,37
Milho	185.904	Serviços imobiliários e aluguel	1.499,24
Comércios varejista	172.784	Comércios varejista	1.359,25
Serviços domésticos	106.131	Educação pública	1.240,62
Aves	94.661	Comércio atacadista	1.218,30
Administração pública e seguridade social	92.242	Construção civil	1.018,48
Comércio atacadista	90.512	Saúde pública	999,53
Construção civil	79.896	Intermediação financeira e seguros	586,16
Educação pública	74.430	Serviços prestados às empresas	504,68
Outros pecuária	63.581	Soja	460,47
Bovinos	62.248	Outras culturas/ Extrativismo vegetal	457,04
Outros serviços	53.411	Serviços domésticos	358,82
Fruticultura	41.861	Outros serviços	355,83
Saúde pública	38.222	Bovinos	341,47
Serviços prestados às empresas	35.799	Transporte de passageiros	331,96

Fonte: BNB/ETENE.

O Piauí apresentou déficit de R\$ 1,6 bilhão na relação comercial com as regiões Norte, Nordeste, Sul e especialmente com o Sudeste em 2009. Na verdade, São Paulo constituiu-se no principal fornecedor de insumos intermediários para o Piauí, sendo responsável por R\$ 1,1 bilhão do déficit comercial piauiense. Por outro lado, o Piauí obteve superávit comercial com o Centro-Oeste.

Os serviços representam o setor que mais realiza compras e vendas, seguido da indústria. A administração pública, a construção civil, a indústria de óleos vegetais e o comércio são importantes compradores. No lado das vendas, cabe destacar o comércio, a indústria de óleos vegetais e de bebidas, a sojicultura, a bovinocultura e a construção civil.

Apesar das recentes transformações socioeconômicas, a exemplo do surgimento da produção granífera e modernos setores comerciais e de serviços, a análise do fluxo comercial interestadual e da agregação de valor permitem concluir que a base econômica do Piauí necessita ser fortalecida nos três setores econômicos. Parte da produção agropecuária ainda se destina ao autoconsumo e subsistência, enquanto que a indústria é basicamente formada por segmentos tradicionais. A administração pública e o comércio são preponderantes no setor de serviços.

Referências

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Sistema inter-regional de insumo-produto do Nordeste**. Fortaleza, 2014.

GUILHOTO, J. J. M. et al. **Matriz de insumo produto do nordeste e Estados**: metodologia e resultados. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010.

9 Turismo

Airton Saboya Valente Junior

Economista. Mestre em Desenvolvimento Econômico

Iara Amaral Lourenço

Graduanda em Economia. Bolsista de Nível Superior

O setor público federal em conjunto com as administrações estaduais têm se empenhado em promover o desenvolvimento da atividade turística, de forma sustentada, através do fortalecimento e integração das políticas para o setor. Assim, investimentos têm sido realizados em infraestrutura física e recursos humanos, complementados com ações governamentais destinadas para promover a imagem do Piauí, a exemplo da participação dos agentes turísticos em eventos nacionais e internacionais.

Nesse sentido, foram estabelecidos polos turísticos no Estado de acordo com categorias e abrangendo atrações naturais, históricas, de cultura e lazer (PIAUI, 2014).

A localização dos sete polos turísticos está especificada no Mapa 1, a exemplo do Polo Costa do Delta, no extremo norte do Estado, composto por cinco cidades, dentre elas Luís Corrêa e Parnaíba, cujos principais atrativos combinam sol, mar, cultura e esporte. O Delta do Parnaíba é um conjunto de ecossistemas com 2,7 mil km² de área, onde o rio se abre ao mar em cinco “braços”, formando igarapés, mangues, dunas de areias brancas, lagos e mais de 70 ilhas e ilhotas. Entre as atrações estão a Lagoa do Portinho, Porto das Barcas e Praia da Pedra do Sal, em Parnaíba, as Praias de Atalaia, Coqueiro, Macapá e Barra Grande, em Luís Correia.

O Polo das Águas, situado no noroeste do Estado, é formado por 17 municípios, e oferece como atrativos rios, cachoeiras, barragens e açudes, além do descanso nas pousadas localizadas às suas margens. A Cachoeira do Urubu, no município de Esperantina, é uma das atrações dessa área.

Localizado no Nordeste do Estado, o Polo Aventura e Mistério envolve 26 municípios e possui atrações como as formações rochosas e o banho nas águas cristalinas do rio São Nicolau, abrigando também o Parque Nacional de Sete Cidades. Referido parque está localizado em Piracuruca, com área de 6.221 hectares, distante 190 km de Teresina. São formações rochosas distintas que lembram figuras humanas e objetos esculpidos, havendo, também, inscrições rupestres deixadas por povos primitivos há cerca de 10 mil anos (PIAUÍ, 2014).

O Polo Histórico-Cultural, formado por 27 municípios, dentre os quais Floriano, Oeiras e Picos, que preservam as raízes históricas do Estado, possuem uma diversidade de museus, edificações antigas, produção de artesanato, danças e gastronomia típicas.

O extremo sul piauiense conta com o Polo das Nascentes que é composto por 17 municípios, a exemplo de Corrente, sendo buscado pelos aventureiros que querem explorar as nascentes do Rio Parnaíba e Gurgueia, pelos poços jorrantes de água, pelo ecoturismo nos parques nacionais ou ainda pelos de que desejam a tranquilidade das cidades serranas

O Polo Teresina, composto por 20 municípios, abrigando a maior parte da população do Estado conta com equipamentos para o turismo de negócios e eventos, além de atrativos culturais e de lazer.

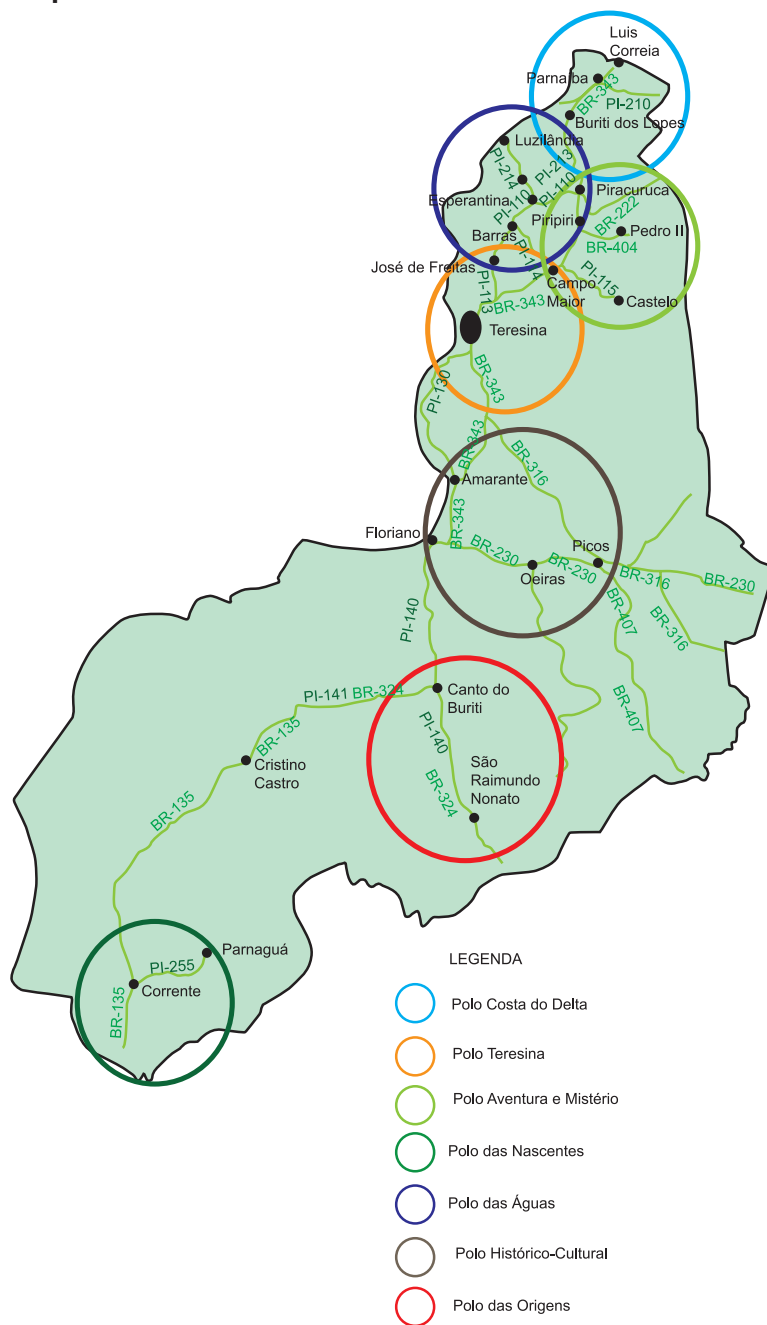
O Polo Histórico-Cultural, formado por 27 municípios, dentre os quais Floriano, Oeiras e Picos, que preservam as raízes históricas do Estado, possuem uma diversidade de museus, edificações antigas, produção de artesanato, danças e gastronomia típicas

O Polo das Origens é formado por 18 municípios, localizado no sudeste piauiense e onde se encontra o Parque Nacional Serra da Capivara, ocupa áreas dos municípios de São Raimundo Nonato, João Costa, Brejo do Piauí e Coronel José Dias. Distante 525 km de Teresina, apresenta formações rochosas semelhantes às de Sete Cidades, com inscrições rupestres que marcam a passagem

do homem primitivo pelo Estado há cerca de 50 mil anos. O local é considerado um dos mais importantes patrimônios culturais pré-históricos, cujos registros encontram-se preservados no Museu do Homem Americano ali existente.

O Polo das Nascentes, no extremo sul do Piauí, é composto por 17 municípios, dentre os quais Corrente, local visado pelos aventureiros que querem explorar as nascentes do Rio Parnaíba e Gurguéia, pelos poços jorrantes de água, pelo ecoturismo nos parques nacionais ou ainda pelos que desejam a tranquilidade das cidades serranas (PIAUÍ, 2014).

Mapa 1 – Polos turísticos do Piauí



Fonte: Teresina (2014).

Considerando o patrimônio natural, histórico e cultural anteriormente especificados, a oferta hoteleira tem se expandindo no Estado. O Piauí contava com 98 meios de hospedagem, 3.106 unidades habitacionais e 6.797 leitos em 2013, sendo os de melhor qualidade localizados em Teresina, Parnaíba e Luis Correia. O número de restaurantes, bares e cafeterias também aumentou, a exemplo da oferta de locadoras de veículos e transportadoras turísticas (BRASIL, 2014).

O desembarque de passageiros nos aeroportos é utilizado como uma *proxy* para se determinar o fluxo turístico. Nesse sentido, a expansão da demanda turística ocorrida no Nordeste beneficiou o estado do Piauí. O número de passageiros desembarcados em voos nacionais na Região saltou de 6,4 milhões, em 2003, para 16,0 milhões, em 2013, representando um acréscimo de 151,8% no período (Tabelas 1 e 2). O Nordeste obteve cerca de 18,0% do total de passageiros de voos nacionais em 2013.

Especificamente no Piauí, o fluxo de passageiros desembarcados procedentes de voos nacionais aumentou de 105,0 mil, em 2003, para 547,0 mil, em 2013, o que significou um incremento de 420,8% no período (Tabelas 1 e 2). Além do aeroporto de Teresina, o terminal de Parnaíba passou a receber voos nacionais.

Em termos de Nordeste, o incremento do desembarque de passageiros procedentes de voos internacionais também foi expressivo, saltando de 266 mil em 2003 para 436 mil em 2013 (Tabelas 3 e 4).

O Piauí ainda não apresentava voos regulares internacionais, de forma que o fluxo dessa categoria de turista ainda é pequeno. Em 2013, nenhum voo internacional foi registrado no Estado (Tabelas 3 e 4).

Em síntese, o turismo é uma atividade nascente no Piauí. O Estado conta com importante patrimônio natural e cultural com potencial para atrair visitantes nacionais e internacionais. À medida que as infraestruturas estaduais e a qualificação de mão de obra vão sendo aperfeiçoadas, o setor tenderá a atrair investimentos privados em oferta hoteleira e equipamentos de lazer, possibilitando assim o desenvolvimento dessa atividade.

Tabela 1 – Número de passageiros embarcados e desembarcados em voos nacionais - Piauí e Nordeste em 2003

Aeroportos	Embarques de passageiros			Desembarques de passageiros		
	Total	Tipos de voos		Total	Tipos de voos	
		Regulares	Não regulares		Regulares	Não regulares
Piauí						
Teresina / Senador Petrônio Portella	105.735	87.043	18.692	105.023	87.496	17.527
Nordeste	5.674.684	4.981.904	692.780	6.367.090	5.655.698	711.392

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados da Infraero (2014).

Tabela 2 – Número de passageiros embarcados e desembarcados em voos nacionais - Piauí e Nordeste em 2013

Aeroportos	Embarques de passageiros			Desembarques de passageiros		
	Total	Tipos de voos		Total	Tipos de voos	
		Regulares	Não regulares		Regulares	Não regulares
Piauí	547.156	531.710	15.446	547.008	530.873	16.135
Internacional de Parnaíba/ Prefeito Dr. João Silva Filho	1.462	0	1.462	1.460	0	1.460
Teresina / Senador Petrônio Portella	545.694	531.710	13.984	545.548	530.873	14.675
Nordeste	16.157.907	15.683.767	474.140	16.033.800	15.635.891	397.909

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados da Infraero (2014).

Tabela 3 – Número de passageiros embarcados e desembarcados em voos internacionais - Piauí e Nordeste em 2003

Aeroportos	Embarques de passageiros			Desembarques de passageiros		
	Total	Tipos de voos		Total	Tipos de voos	
		Regulares	Não regulares		Regulares	Não regulares
Piauí	60	0	60	60	0	60
Teresina/Senador Petrônio Portella	60	0	60	60	0	60
Nordeste	276.049	166.259	109.790	265.971	155.966	110.005

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados da Infraero (2014).

Tabela 4 – Número de passageiros embarcados e desembarcados em voos internacionais - Piauí e Nordeste em 2013

Aeroportos	Embarques de passageiros			Desembarques de passageiros		
	Total	Tipos de voos		Total	Tipos de voos	
		Regulares	Não regulares		Regulares	Não regulares
Piauí	0	0	0	0	0	0
Internacional de Parnaíba/Prefeito Dr. João Silva Filho	0	0	0	0	0	0
Teresina/Senador Petrônio Portella	0	0	0	0	0	0
Nordeste	450.354	422.736	27.618	436.060	412.050	24.010

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados da Infraero (2014).

Referências

BRASIL. Ministério do Turismo. **Estatísticas básicas do turismo**. BRASÍLIA, DF, ago. 2014. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/estatisticas_indicadores/estatisticas_basicas_turismo/>. Acesso em: 15. dez. 2014.

EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA. **Movimento operacional da Rede Infraero**. Disponível em: <<http://www.infraero.gov.br>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E SOCIAIS DO PIAUÍ. **Piauí: visão sumária**. Teresina, 2013.

PIAUÍ. Secretaria de Estado do Turismo. **Polos turísticos**. Teresina, 2014. Disponível em: <<http://www.turismo.pi.gov.br/pt-br>>. Acesso em: 10.nov. 2014.

10 Comércio exterior

Laura Lúcia Ramos Freire

Economista. Mestre em Economia

A participação do Piauí no valor total exportado do Nordeste decresceu de 1,6% em 2000 para 0,9% em 2013. Entretanto, nesse período, o Estado registrou incremento na receita de exportação de 155,5%, saltando de US\$ 63,4 bilhões em 2000 para US\$ 161,8 bilhões em 2013.

Uma análise por fator agregado mostra que a estrutura das exportações piauienses apresentou considerável modificação na sua composição. A exportação de produtos básicos que no ano de 2000 representava 30,7% das vendas, em 2013 concentrou 67,7% do total. Os produtos industrializados obtiveram incremento em termos nominais, embora tenham reduzido a participação de 69,3% para 32,3% no período analisado. A mudança da composição da pauta das exportações pode ser explicada, em parte, pelo ingresso das vendas externas de soja (Tabela 1).

Tabela 1 – Exportação por fator agregado - 2000 e 2013 - US\$ 1.000 FOB

Exportação por fator agregado	2000		2013		Var. %
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	
Básicos	19.439	30,68	109.553	67,69	463,57
Industrializados	43.907	69,30	52.295	32,31	19,10
Semimanufaturados	28.080	44,32	46.756	28,89	66,51
Manufaturados	15.827	24,98	5.540	3,42	-65,00
Op. especiais	8,00	0,01	-	-	-
Total	63.355	100,00	161.848	100,00	155,46

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2014).

Quase a totalidade das exportações piauienses está concentrada em apenas dez produtos. Somente a soja, principal cultura do agronegócio piauiense, concentra 55,1% das vendas externas do Estado. Vale ressaltar que em 2000, o produto não aparecia na pauta exportadora do Piauí. Esse surpreendente desempenho é resultado de pouco mais de uma década do cultivo da soja no cerrado piauiense (Tabela 2).

Tabela 2 – Principais produtos exportados - 2000 e 2013 - US\$ 1.000 FOB

2000	Valor	Part. %	2013	Valor	Part. %
Ceras vegetais	16.084	25,39	Soja, mesmo triturada, exc para semeadura	89.199	55,11
Pilocarpina	10.364	16,36	Ceras vegetais	44.397	27,43
Castanha de caju, fresca ou seca, sem casca	7.115	11,23	Algodão simplesmente debulhado, não cardado	9.373	5,79
Outros grãos de soja, mesmo triturados	5.798	9,15	Pilocarpina, seu nitrato e seu cloridrato	4.164	2,57
Camarões congelados	5.321	8,4	Milho em grão, exceto para semeadura	4.086	2,52
Outs.couros e peles, de bovinos/eqüídeos, curtidos, recurt	3.919	6,19	Algodão não debulhado, não cardado nem penteado	2.664	1,65
Peles depiladas, de ovinos, curtid. cromo, úmido, "wet blue"	1.748	2,76	Mel natural	2.063	1,27
Couro/pele, inteiro/meio, de bovino, "wet blue", div.c/flor	1.325	2,09	Couros/peles caprinos, umid. "wet blue"	1.250	0,77
Couro/pele, inteiro/meio, de bovino, "wet blue", n/dividido	1.324	2,09	Quercetina	969	0,6
Rutosídio (rutina) e seus derivados	1.190	1,88	Quartzitos, em bruto ou desbastados	946	0,58
Demais produtos	9.167	14,46	Demais produtos	2.737	1,71
Total	63.354	100,00	Total	161.848	100,00

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2014).

Ceras vegetais ocupam o segundo lugar no ranking das exportações sendo responsáveis por 27,4% das receitas. Em seguida, encontram-se as vendas de algodão, de pilocarpina (produto extraído da folha do Jaborandi), milho, mel, couro, quercetina (flavonóide natural que possui propriedades farmacológicas) e quartzitos.

Dez nações são destinos de quase 90% das exportações piauienses. A China (28,6%) figura como o país que possui maior participação nas exportações do Estado através das compras de soja, principalmente. Em 2000, esse país encontrava-se na 25ª posição com apenas 0,2% de participação (Tabela 3).

Tabela 3 – Principais países de destino das exportações - 2000 e 2013 - US\$ 1.000 FOB

2000	Valor	Part. %	2013	Valor	Part. %
Estados Unidos	16.300	25,73	China	46.367	28,65
Alemanha	10.408	16,43	Espanha	18.753	11,59
Portugal	7.511	11,86	Tailândia	14.963	9,24
Itália	5.507	8,69	Estados Unidos	14.826	9,16
Espanha	5.245	8,28	Japão	12.959	8,01
Japão	4.996	7,89	Vietnã	11.992	7,41
França	3.297	5,2	Alemanha	10.342	6,39
Países Baixos (Holanda)	1.449	2,29	Arábia Saudita	8.036	4,97
Taiwan (Formosa)	1.184	1,87	Taiwan (Formosa)	3.168	1,96
Reino Unido	1.146	1,81	Países Baixos (Holanda)	3.050	1,88
Demais países	6.313	9,95	Demais países	17.393	10,74
Total	63.354	100,00	Total	161.848	100,00

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2014).

As empresas Cargill Agrícola S.A. (18,3%), ABC-Indústria e Comércio S.A. (18,3%), Bunge Alimentos S.A. (12,7%), Brasil Ceras Ltda. (10,2%) e Foncepi Comercial Exportadora Ltda. (9,8%) foram as principais empresas exportadoras do Estado em 2013.

As compras do Piauí também possuem baixa participação no total importado pelo Nordeste, correspondendo a 0,7% do valor comprado no exterior pela Região em 2013. Entretanto, as importações piauienses que em 2013 registraram o valor de US\$ 196,7 bilhões apresentaram significativa elevação (1.136%) relativamente ao ano de 2000.

As importações do Estado concentraram-se, em sua quase totalidade em bens intermediários (77,2%), dos quais os insumos industriais a serem processados respondem por 73,4% das compras (Tabela 4).

Em 2013, os principais itens da pauta de importação foram barras de ferro ou aço, outros fio-máquinas de outras ligas de aços, laminado de ferro/aço e fios de cobre refinado. China (33,9%), Estados Unidos (8,9%), Rússia (8,6%) e Reino Unido (8,3%) se constituíram na origem da maior parte das importações do Piauí em 2013 (Tabela 5 e Tabela 6).

Tabela 4 – Importação por categoria de uso - 2000 e 2013 - US\$ 1.000 FOB

Importação por categoria de uso	2000		2013		Var. %
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	
Bens de capital	5.719	35,93	40.173	20,42	602,51
Bens intermediários	9.842	61,83	151.959	77,24	1.443,93
Bens de consumo	344	2,16	4.610	2,34	1.241,45
Bens de consumo duráveis	72	0,45	1.134	0,58	1.479,05
Bens de consumo não duráveis	272	1,71	3.477	1,77	1.178,72
Combustíveis e lubrificantes	13	0,00	—	—	—
Total	15.917	100,00	196.743	100,00	1.136,01

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2014).

Tabela 5 – Principais produtos importados - 2000 e 2013 - US\$ 1.000 FOB

2000	Valor	Part. %	2013	Valor	Part. %
Malte não torrado, inteiro ou partido	2.471	15,53	Barras de ferro/ aço, lamin. quente, dentadas, etc	19.408	9,86
Outras máquinas e aparelhos de impressão por ofsete	1.762	11,07	Outros fio-maquinas de outros ligas de aços	19.038	9,68
Peles depiladas, de ovinos, curtid. cromo, umido, "wet blue"	1.524	9,57	Lamin. ferro/aço, l>=6dm, galvan. outro proc.e<4.	14.373	7,31
Outras peles depiladas, de ovinos, curtidas ou recurtidas	973	6,11	Fios de cobre refinado, maior dimensão da sec.	13.612	6,92
Corrente de rolos, de ferro fundido, ferro ou aço	722	4,54	Lamin. ferro/aço, a frio, l>=6dm, em rolos, 0.5mm<	12.933	6,57
Motor eletr. Universal, pot>37.5w	699	4,39	Outros cloretos de potássio	12.612	6,41
Partes de ventiladores ou coifas aspirantes	431	2,71	Lamin. ferro/aço, a frio, l>=6dm, em rolos, 1mm<e<	9.482	4,82
Outras partes e acess. p/bicicletas e outras ciclos	372	2,33	Lamin. de outras ligas aços	8.750	4,45
Outras máquinas e aparelhos mecânicos c/função própria	300	1,89	Maquinas ferram. p/ cisalhar metais	7.281	3,70
Tecido de filam. de poliéster não texturizado>=85%	285	1,79	Superfosfato, teor de pentóxido de fósforo	6.911	3,51
Demais produtos	6.377	40,07	Demais produtos	72.343	36,77
Total	15.917	100,00	Total	196.743	100,00

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2014).

Tabela 6 – Principais países de origem das importações - 2000 e 2013 - US\$ 1.000 FOB

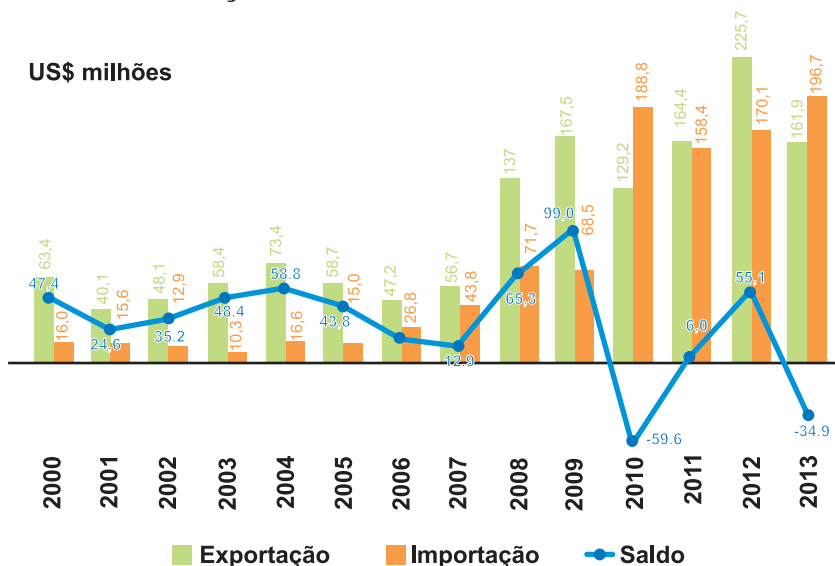
2000	Valor	Part. %	2013	Valor	Part. %
China	2.545	15,99	China	66.756	33,93
Espanha	2.275	14,30	Estados Unidos	17.591	8,94
Alemanha	2.273	14,28	Rússia	16.931	8,61
Itália	1.094	6,88	Reino Unido	16.337	8,30
Estados Unidos	1.018	6,40	Chile	13.661	6,94
Argentina	892	5,61	Turquia	12.852	6,53
Índia	836	5,26	Israel	8.992	4,57
Canadá	778	4,89	Egito	6.911	3,51
França	720	4,53	Portugal	6.765	3,44
Reino Unido	560	3,52	Ucrânia	5.124	2,60
Demais países	2.920	18,34	Demais países	24.818	12,63
Total	15.917	100,00	Total	196.743	100,00

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2014).

As empresas Ferronorte Industrial Ltda. (46,4%), Ribeirão S.A. (16,8%), Aruma Produtora de Embalagens do Sergipe Ltda. (13,3%), Mega Fios Ltda. (6,9%) e Bike do Nordeste S.A. (5,2%) foram as principais empresas importadoras do Estado.

O Gráfico 1 apresenta a evolução das exportações e importações bem como o saldo da Balança Comercial do Piauí. Observa-se que no período de 2000 a 2013, a Balança Comercial do Estado apresentou déficit apenas em 2010 e 2013.

Gráfico 1 – Balança Comercial - 2000 a 2013



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2014).

Em 2010, a queda das exportações (-22,9%) em relação ao ano anterior foi causada, principalmente, pela redução do valor e da quantidade exportada de outros grãos de soja e de bagaços e outros resíduos sólidos do extrato do óleo de soja devido à desaceleração do preço do produto no mercado internacional.

Já em 2013, o decréscimo de 28,3% relativamente a 2012 das exportações totais foi derivado do declínio de 38,8% no volume de vendas e de 34,4% na quantidade exportada do principal produto exportado, soja, mesmo triturada, exceto para sementeira que sofreu com a seca que assolou todo o Estado.

As exportações do Piauí apresentaram expressivo crescimento de 2000 a 2013. Contudo, o Estado não acompanhou o ritmo de expansão verificado no Nordeste, de forma que perdeu participação no total das vendas externas da Região nesse período.

A composição das exportações do Piauí passou por ampla mudança, embora atualmente esteja concentrada em produtos básicos e em cerca de 10 produtos, com destaque para a soja. Por outro lado, os bens industrializados perderam participação no total

das vendas externas embora tenham apresentado expansão em termos nominais. A China tornou-se o principal parceiro comercial do Estado.

A possibilidade de uma maior transformação das exportações do Piauí está condicionada a uma mudança da estrutura produtiva do Estado. A Zona de Processamento de Exportação (ZPE) de Parnaíba pode se tornar em uma alternativa para atrair investimentos estrangeiros e assim dinamizar o setor exportador estadual.

Referências

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Balança Comercial**: Unidades da Federação. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1076>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

11 Infraestrutura

Fernando Luiz Emerenciano Viana

Engenheiro Civil. Doutor em Administração

A presente análise enfatiza a disponibilidade de infraestrutura no Piauí, especialmente nos aspectos com maior impacto nos empreendimentos produtivos e no desenvolvimento econômico do Estado. Assim sendo, são comentados com maiores detalhes a infraestrutura de transportes e a infraestrutura energética. Parte das informações relatada foi baseada em três estudos sobre infraestrutura recentemente realizados: GLEN/UFC (2012), Projeto Nordeste Competitivo (CNI, 2012) e o Plano Diretor de Investimentos (PDI) do Programa de Desenvolvimento Produtivo da Região Nordeste (PRODEPRO) elaborado pelo BNB e BID (2014).

11.1 Infraestrutura de transportes

O Piauí tem o território cortado por doze rodovias federais, sendo que as principais são no sentido Norte-Sul, BR-343, BR-135 e BR-020; e no sentido Leste-Oeste, BR-316 e BR-230. As rodovias estaduais possuem um papel complementar à malha federal, com destaque para a PI-140. A rede rodoviária do Piauí possui um total de 46,5 mil km, incluindo os trechos planejados, conforme apresentado na Tabela 1.

De acordo com a pesquisa de rodovias da Confederação Nacional dos Transportes (CNT, 2014), que avaliou uma extensão de 3.026 km da malha rodoviária estadual, 38,9% das rodovias pesquisadas encontram-se em situação geral boa ou ótima, 42,8% em condição regular e 26,3% ruim ou péssimas, considerando a situação do pavimento, geometria da via e sinalização, sendo que as rodovias federais apresentam uma condição geral melhor do que as rodovias estaduais.

Tabela 1 – Rede rodoviária do Piauí em 2012

Discriminação	Federal	Estadual coincidente	Estadual	Estadual (acessos, anéis, contornos e arcos)	Municipal
Planejada	1.839,80	-	457,00	-	2.433,50
Não pavimentada	114,90	160,00	5.870,20	165,00	44.108,10
Pavimentada	2.429,50	712,10	4.386,80	113,84	52,60
Total	4.384,20	872,10	10.714,00	278,84	46.594,20

Fonte: Fundação CEPRO (2013).

Entre os principais gargalos rodoviários do Piauí, destaca-se a necessidade de construção de trecho da BR-235 entre Santa Filomena e Monte Alegre, de modo a propiciar a interligação de importante área produtora de grãos a outras regiões produtoras dos Estados vizinhos (Maranhão e Bahia) via BR-135, bem como a pavimentação de trechos da BR-020 que atualmente possuem apenas revestimento primário, especialmente entre a divisa Bahia com o Piauí e São Raimundo Nonato.

Uma importante obra rodoviária em execução que pode contribuir para o melhor escoamento dos grãos produzidos no Piauí é a Transcerrados, rodovia estadual que terá uma extensão total de 340 km, cuja execução foi iniciada, tendo sido concluído o primeiro trecho em março de 2014, totalizando 25 km.

No transporte ferroviário, o Piauí é servido por um dos poucos trechos em uso da ferrovia operada pela concessionária Transnordestina Logística (TNL), que interliga a capital Teresina a São Luís-MA, Fortaleza-CE e Parnaíba-PI, passando pelos municípios de Piri-piri e Cocais e totalizando 523 km, trecho este utilizado para o transporte de minério de ferro, cimento, derivados de petróleo, couros, adubos, cera de carnaúba e produtos alimentícios.

Um importante projeto em execução que beneficiará o transporte ferroviário do Estado é a Nova Ferrovia Transnordestina, que propiciará a ligação do município de Eliseu Martins aos portos de Pecém-CE e Suape-PE. Tal projeto é fundamental para diminuir os custos de transporte dos grãos produzidos nos cerrados piauienses,

além de possibilitar a viabilização da exploração das jazidas mineiras existentes no entorno da ferrovia, notadamente no município de Paulistana. Para aumentar o potencial do impacto da Nova Transnordestina na economia piauiense e do Nordeste como um todo, é fundamental que seja acelerada a implantação dos trechos em construção e seja também garantida a implantação futura do trecho ligando Eliseu Martins à Ferrovia Norte-Sul.

Os principais gargalos referentes à infraestrutura de transportes no Piauí estão relacionados ao transporte aquaviário. O primeiro refere-se à Hidrovia do Parnaíba que, apesar de possuir 1.215 km potencialmente navegáveis, atualmente não pode ser utilizada para transporte de cargas, tendo em vista que sua utilização plena depende da conclusão da Eclusa da Usina de Boa Esperança, além de obras de dragagem e sinalização. A hidrovia constituiria uma excelente alternativa para a produção de grãos do Estado, especialmente se for concluída a implantação do Porto de Luís Correia, que constitui o segundo gargalo. Apesar de projetado desde o império e de ter suas obras iniciadas em 1976, o Porto não está totalmente construído, embora existam recursos previstos para seu término. Ambos os projetos citados estão incluídos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal no Estado, podendo significar que a obra será finalmente concluída.

Também pode ser considerado um gargalo importante a ausência de gasodutos que permitam o abastecimento do Piauí com esse combustível de forma mais econômica. Há vários anos está em estudo um gasoduto ligando Fortaleza-CE a São Luís-MA e a Teresina, ainda sem perspectiva de concretização desse projeto.

Com relação ao transporte aéreo, o Piauí possui dois aeroportos que são administrados pela Infraero e que possuem voos regulares, nas cidades de Teresina e Parnaíba. O Aeroporto de Teresina movimentou 1,096 milhão de passageiros e 3.672 toneladas de carga em 2013, enquanto o Aeroporto de Parnaíba, por ter retomado os voos regulares somente em 2014, apresentou o movimento incipiente de 2,9 mil passageiros. Entretanto, entende-se que, do ponto de vista do transporte de cargas, o aeroporto de Parnaíba poderá ser um equipamento estratégico para o Piauí no futuro próximo, tendo em vista a implantação em curso da Zona de Processamento

de Exportação (ZPE) naquele município. Adicionalmente, a existência de voos regulares para este aeroporto pode alavancar o turismo local. Por sua vez, no Aeroporto de Teresina, foi iniciada a obra para construção de um novo terminal de passageiros, a qual faz parte do PAC e ampliará a capacidade do aeroporto para 3 milhões de passageiros por ano.

11.2 Infraestrutura de energia elétrica

O Piauí é um dos Estados brasileiros com menor capacidade de geração de energia elétrica na atualidade, totalizando 199 MW de capacidade instalada, o que corresponde a apenas 0,9% do total do Brasil (Tabela 2). A concessionária distribuidora de energia elétrica no Piauí é a Eletrobrás Distribuição Piauí, uma empresa pertencente ao Grupo Eletrobrás.

Tabela 2 – Evolução dos indicadores de geração e consumo de energia elétrica no Piauí - 2006 a 2013

Indicadores	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	% Brasil 2013
Capacidade Instalada (MW)	170	171	196	202	198	199	251	199	0,90
Energia Gerada (GWh)	651	576	864	779	716	742	723	731	0,90
Energia Consumida (GWh)	1.655	1.751	1.843	1.903	2.226	2.393	2.734	3.105	0,67

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados da EPE (2011, 2014).

De fato, o Piauí consome mais energia do que produz, gerando a necessidade de importação de outros Estados através do Sistema Interligado Nacional. Considerando os dois extremos da série de dados apresentados na Tabela 3, percebe-se que, entre 2006 e 2013, a energia gerada no Estado cresceu 12,3%, enquanto o consumo aumentou 87,6%, o que é indicativo da expansão econômica estadual em anos recentes. O Gráfico 1 apresenta a distribuição do consumo de energia entre as diferentes classes, através do qual se percebe o maior peso dos segmentos residencial, comercial e rural.

Considerando-se o exposto, é importante que haja o investimento no aumento da capacidade de geração, bem como na transmissão de energia elétrica no Estado. Nesse sentido, algumas obras estão previstas, as quais são listadas na Tabela 3 e irão beneficiar o Piauí e outros Estados, sendo que parte destas está incluída no PAC.

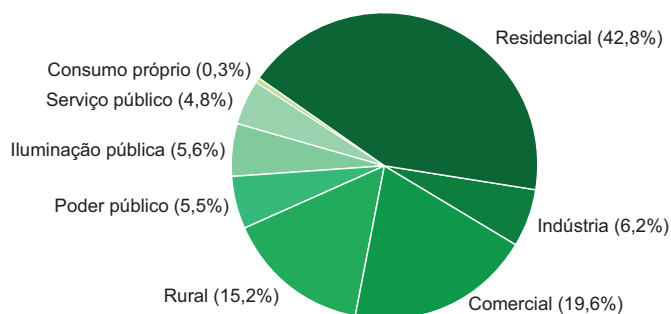
Tabela 3 – Obras de infraestrutura de energia elétrica previstas no Piauí

Obra	Orçamento (R\$ milhões)	Estágio atual
Usina Hidrelétrica Ribeiro Gonçalves (PAC)	398	Em projeto
Usina Hidrelétrica Castelhana (PAC)	222	Em projeto
Usina Hidrelétrica Castelhana (PAC)	214	Em projeto
Usina Hidrelétrica do Estreito Parnaíba (PAC)	198	Em projeto
LT Miracema-Gilbuês 2-Barreiras 2-Bom Jesus da Lapa 2	1.616	Em projeto
LT São João do Piauí-Milagres 2-Luís Gonzaga	570	Em projeto
LT Presidente Dutra-Teresina 2 C3-Sobral 3 C3	502	Em projeto
Total	3.720	

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do Anuário Exame (2014).

Outro gargalo que pode ser destacado em termos de infraestrutura de energia elétrica no Piauí é a baixa capacidade estadual de atrair a implantação de projetos de energia eólica, em comparação a outros Estados do Nordeste.

Gráfico 1 – Distribuição do consumo de energia elétrica do Piauí por classe em 2013 - Em %



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE a partir de dados da EPE (2014).

O Piauí foi um dos últimos a entrar no mapa de projetos eólicos do País. O Estado não dispõe de normativa estadual de licenciamento e se baseia nas resoluções Conama 279, que rege licenças para projetos de geração elétrica, e 237, que contém regras gerais para licenciamento ambiental. Contudo, segundo o gerente de fiscalização da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semar), Danielle Vieira, o Estado não terá dificuldades de se adequar à nova resolução. O complexo eólico da Chapada do Piauí (municípios de Marcolândia, Simões e Padre Marcos situados na Chapada do Araripe) é formado por oito parques eólicos com potência total de 231,6 MW, com investimento previsto de R\$ 835 milhões, 430 postos de trabalho e o arrendamento de 106 imóveis que abrangem 2.693,77 hectares de área (CENÁRIOS..., p. 63).

Ao todo, são 31 usinas outorgadas com capacidade de 927,9 MW (nos municípios de Parnaíba, Ilha Grande, Caldeirão Grande do Piauí, Marcolândia e Simões), 3 em operação (68 MW, nos municípios de Parnaíba e Ilha Grande) e 1 em teste (20 MW) no município de Parnaíba (CENÁRIOS..., p. 33, 35 e 38).

11.3 Infraestrutura de utilidade pública

A infraestrutura de utilidade pública proporciona bem estar e melhores condições de vida a população, inclusive com reflexos na

saúde pública, a exemplo do abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo e iluminação elétrica.

A oferta desses equipamentos e serviços apresentou considerável evolução no Piauí no período de 2002 a 2012 (Tabela 4). Nesse sentido, o acesso à iluminação elétrica aproxima-se da universalização no Estado com 95,9% das residências atendidas, estando inclusive próximo dos parâmetros para o Nordeste (99,1% de domicílios atendidos) e para o Brasil (99,5%).

Tabela 4 – Domicílios atendidos por serviços de infraestrutura básica no Piauí - 2002 e 2012

Serviço	Quantidade (mil unid.)		% Domicílios	
	2002	2012	2002	2012
Abastecimento de água	423	780	58,9	84,0
Esgotamento sanitário	17	30	2,4	3,2
Coleta de lixo	324	548	45,1	59,0
Iluminação elétrica	588	891	81,9	95,9

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

O abastecimento de água, por sua vez, alcançou a 84,0% dos domicílios em 2012 em comparação com 58,9% em 2002. O Piauí superou o indicador do Nordeste (80,6% de domicílios atendidos em 2012) e se aproximou da média brasileira (85,4%).

Por outro lado, investimentos mais expressivos serão necessários em coleta de lixo, pois o Estado contava com 59,0% dos domicílios atendidos em 2012. A título de comparação, o percentual de residências atendidas por esses serviços alcançou 69,2% no Nordeste enquanto que o Brasil atingiu a 83,5%

Dentre os itens analisados, o acesso a esgotamento sanitário apresenta o menor percentual de acesso pois apenas 3,2% das residências piauienses contavam com esse tipo de serviço em 2012. Os indicadores do Piauí encontram-se substancialmente abaixo da média regional (41,1% de residências atendidas no Nordeste) e nacionalmente (63,3%).

Apesar de se observar uma melhoria em todos os indicadores de cobertura de infraestrutura de utilidade pública entre 2002 e 2012, torna-se necessário ainda acelerar investimentos nessa área, especialmente em termos de coleta e tratamento de lixo bem como na provisão de esgotamento sanitário.

Para tal, existem vários projetos em execução ou planejados, totalizando R\$ 1,3 bilhão, que poderão trazer contribuições, estando os principais listados na Tabela 5, que inclui também obras voltadas à infraestrutura de irrigação.

Tabela 5 – Obras de infraestrutura de saneamento e irrigação previstas no Piauí

Obra	Orçamento (R\$ milhões)	Estágio atual
Abastecimento de água em Teresina (PAC)	37	Iniciada
Abastecimento de água em Piauí (PAC)	28	Iniciada
Abastecimento de água em Parnaíba (PAC)	38	Iniciada
Perímetro de irrigação Platô de Guadalupe etapa 2 (PAC)	390	Paralisada
Perímetro de Irrigação Tabuleiros Litorâneos Parnaíba etapa 2 (PAC)	319	Iniciada
Barragem Algodões (PAC)	134	Em projeto
Barragem Tinguís (PAC)	71	Iniciada
Perímetro de irrigação Marrecas-Jenipapo (PAC)	51	Iniciada
Adutor do Sudeste (PAC)	27	Iniciada
Adutora Padre Lira	19	Iniciada
Sistema adutor - Bocaína/ Piaus II	95	Iniciada
Esgotamento sanitário em Teresina (PAC)	61	Iniciada
Total	1.270	-

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do Anuário Exame (2014).

Referências

- ANUÁRIO EXAME INFRAESTRUTURA 2014-2015. São Paulo: Abril, nov. 2014.
- BANCO DO NORDESTE DO BRASIL; BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. Programa de Desenvolvimento Produtivo da Região Nordeste. **Plano Diretor de Investimentos**: relatório técnico 2. Fortaleza: BNB; Washington, D. C.: BID, 2014.
- CENÁRIOS ENERGIA EÓLICA. **Anuário 2014/2015**. Rio de Janeiro: Editora Brasil Energia, 2015. 77p.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Projeto Nordeste Competitivo**: sumário executivo. Brasília, DF, CNI, 2012.
- EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. **Anuário estatístico de energia elétrica 2011**. Rio de Janeiro: EPE, 2011.
- _____. **Anuário estatístico de energia elétrica 2014**. Rio de Janeiro: EPE, 2014.
- FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E SOCIAIS DO PIAUÍ. **Piauí em números**. 10 ed. Teresina, 2013.
- GRUPO DE ESTUDO E PESQUISA EM INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES E LOGÍSTICA DA ENERGIA DA UFC. **Caracterização e análise dos sistemas produtivo e macrologístico da região nordeste enquanto suporte à localização de empreendimentos**: foco no papel da Ferrovia Transnordestina. Fortaleza: GLEN; UFC, 2012.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, 2012**. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2013/>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

12 Mercado de trabalho

Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão

Economista. Mestre em Economia Rural

O presente texto está dividido em duas seções. Na primeira, analisa-se a evolução do emprego e desemprego no Piauí no período de 2001 a 2013, utilizando-se dados fornecidos pelo IBGE. Na segunda parte, estudam-se as mudanças do quadro de emprego formal do Estado, entre 2000 a 2013, a partir de dados divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

12.1 Evolução do emprego e desemprego – PNAD Contínua

O presente texto analisa as variações ocorridas no nível de emprego (pessoal ocupado e desocupado) do fator trabalho de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)¹ realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para os anos de 2001 a 2013.

Dados da PNAD Contínua revelam que a População em Idade Ativa (PIA) era de 2.312 mil pessoas, em 2001, representando 80,4% da população total do Piauí. Vale ressaltar que 64,0% da PIA estavam concentradas nas áreas urbanas do Estado. Os dados de 2013 apontavam a PIA com 2.663 mil pessoas, representando 83,7% da população total, sendo que 68,3% dessa população ativa habitavam em áreas urbanas (Tabela 1).

¹ Abrangência geográfica: Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, 20 Regiões Metropolitanas que contêm Municípios das Capitais (Manaus, Belém, Macapá, São Luís, Fortaleza, Natal, João Pessoa, Recife, Maceió, Aracaju, Salvador, Belo Horizonte, Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre, Vale do Rio Cuiabá, e Goiânia) e a Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina.

No período abordado, registrou-se um significativo aumento da População Economicamente Ativa (PEA)² que em 2001 era de 1.382 mil pessoas, correspondendo a taxa de participação³ de 59,7%. Para 2013, ocorreu mudança nessa estrutura, ocasião em que a PEA aumentou para 1.601 mil indivíduos, com crescimento a uma taxa de 1,23% ao ano, resultando em incremento de 219 mil pessoas. Neste ano de 2013, também verificou-se aumento na taxa de participação, que correspondeu a 60,1% (Tabela 1 e Gráfico 1).

Em 2001, a População Ocupada (POC) era de 1.306 mil pessoas, correspondendo à taxa de ocupação⁴ de 94,5%. A composição de arranjos, segundo a classe de rendimento mensal de todos os trabalhos, apontava para uma concentração maior de pessoas que recebiam até dois salários mínimos, com 60,6% do total de pessoas ocupadas (Tabela 2).

Entre 2001 e 2013, a taxa de incremento da POC foi da ordem de 15,7%, alcançando um estoque de 1.512 mil pessoas. Nesta nova configuração da população ocupada, observa-se maior crescimento de pessoas ocupadas na classe de rendimento mensal entre cinco a dez salários mínimos (4,7% ao ano).

No ano de 2013, verificou-se que 19,2% do total de pessoas ocupadas estavam na categoria “sem rendimento”, percentual elevado apesar da redução em 7% dessa categoria em relação ao ano de 2001 (Tabela 2).

² Para melhor compreensão é preciso esclarecer que, dentre a população residente de um país ou região, existe uma parcela que se encontra em idade ativa, ou em capacidade de realizar algum tipo de trabalho, remunerado ou não (População em Idade Ativa – PIA) e, que fração dessa parcela, encontra-se efetivamente integrada no mercado, formal ou não, de trabalho (População Economicamente Ativa – PEA). Na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, realizada pelo IBGE, todas as pessoas com idade igual ou superior a quatorze (14) anos compõem o estoque total da PIA.

³ Taxa de participação é o percentual da População Economicamente Ativa dividida em relação à População em Idade Ativa.

⁴ Taxa de ocupação é o percentual da População Ocupada relacionada com a População Economicamente Ativa.

Tabela 1 – População em idade ativa, economicamente ativa, ocupada e desocupada - 2001 e 2013

População	2001	2013	Diferença absoluta	Var %	TGC (a.a. %)
População Total	2.877	3.183	306	10,636	0,846
População em Idade Ativa – PIA	2.312	2.663	351	15,182	1,185
População Economicamente Ativa – PEA	1.382	1.601	219	15,847	1,233
População Ocupada – POC	1.306	1.512	206	15,773	1,228
População Desocupada	76	89	13	17,105	1,325
Taxa de Participação (%) (1)	59,78	60,12	0,35	0,577	0,048
Nível de Ocupação (%) (2)	56,49	56,78	0,29	0,514	0,043
Taxa de Ocupação (%) (3)	94,50	94,44	-0,06	-0,063	-0,005
Nível de Desocupação (%) (4)	3,29	3,34	0,05	1,670	0,138
Taxa de Desocupação (%) (5)	5,50	5,56	0,06	1,086	0,090

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

Obs.: pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência (mil pessoas).

Notas:

(1) percentual da PEA sobre a PIA;

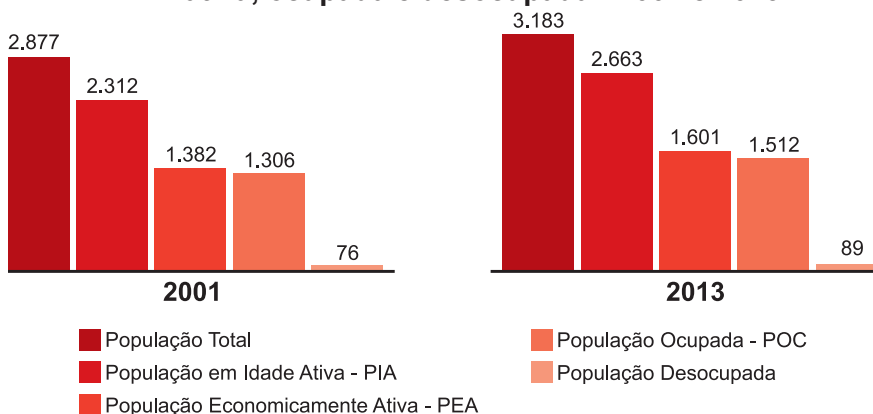
(2) percentual da População Ocupada dividida pela PIA;

(3) percentual da População Ocupada dividida pela PEA;

(4) percentual da População Desocupada dividida pela PIA;

(5) percentual da População Desocupada dividida pela PEA.

Gráfico 1 – População total, em idade ativa, economicamente ativa, ocupada e desocupada - 2001 e 2013



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

Nota: pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência (mil pessoas).

Tabela 2 – Pessoas ocupadas (1) por classes de rendimento mensal de todos os trabalhos - 2001 e 2013

Classes de rendimento mensal	2001		2013		Diferença absoluta	Var %	TGC (a.a %)
	Quant.	Part. %	Quant.	Part. %			
Até 1/2 SM	307	23,5	357	23,6	50	16,3	1,3
Mais de 1/2 a 1 SM	264	20,2	368	24,3	104	39,4	2,8
Mais de 1 a 2 SM	221	16,9	298	19,7	77	34,8	2,5
Mais de 2 a 3 SM	88	6,7	78	5,2	-10	-11,4	-1,0
Mais de 3 a 5 SM	53	4,1	55	3,6	2	3,8	0,3
Mais de 5 a 10 SM	27	2,1	47	3,1	20	74,1	4,7
Mais de 10 a 20 SM	17	1,3	10	0,7	-7	-41,2	-4,3
Mais de 20 SM	4	0,3	6	0,4	2	50,0	3,4
Sem rendimento	313	24,0	291	19,2	-22	-7,0	-0,6
Sem declaração	13	1,0	3	0,2	-10	-76,9	-11,5
Total	1.306	100,0	1.512	100,0	206	15,8	1,2

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

Nota:

(1) pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência (mil pessoas).

Por sua vez, a classe de rendimento mensal de até dois salários mínimos respondia por um conjunto de 67,6% da POC, enquanto que a população ocupada na classe de mais de dois salários mínimos representava apenas 13,0% da POC. Neste caso, percebe-se a distribuição assimétrica de renda, e corroborando com esta análise, o Índice de Gini do Piauí que foi de 0,51 em 2013 (IBGE, 2014).

Como a PNAD tem representatividade quanto à ocupação e desocupação, pode-se concluir que o mercado de trabalho para o ano de 2013 encontrava-se em situação mais robusta do que a relatada no ano de 2001. O reflexo positivo desse novo quadro para 2013 pode ser observado com o crescimento do estoque de pessoas ocupadas ao longo desse período, aumentando de 1.306 indivíduos em 2001 para 1.512 pessoas ocupadas em 2013, registrando uma taxa de crescimento de 1,22% ao ano, ou seja, aumento da População Ocupada de 206 mil no período de 2001 a 2013. Portanto, ocorreu uma expansão do mercado de trabalho do Piauí no período analisado.

As expectativas para o mercado de trabalho são de crescimento tendo em vista os investimentos previstos para os próximos anos nos setores do comércio, na indústria de transformação e na produção e distribuição de eletricidade, gás e água. Na indústria de transformação, e especificamente no município de Uruçuí, tem-se o destaque para a construção de um complexo agroindustrial formado por fábrica de rações, com armazéns, e esmagadora de grãos com capacidade para produzir 300 toneladas de produtos industrializados diariamente. Referido complexo agroindustrial será dotado de granjas com incubatório e frigoríficos com a possibilidade de abater em torno de 200 mil frangos por dia. Os investimentos previstos para construção do complexo agroindustrial são da ordem de US\$ 350,87 milhões, com previsão de término em 2015 e com perspectiva de empregar 6 mil pessoas direta e indiretamente, de acordo com a Rede Nacional de Informações sobre Investimento - RENAI (BRASIL, 2014a).

12.2 Evolução do emprego formal – RAIS

Nesta segunda parte, faz-se a abordagem sobre a evolução referente ao número de vínculos empregatícios utilizando-se a base de dados fornecida pelo Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para os anos de 2000 a 2013. A RAIS registra o estoque de empregos formais na sua totalidade, diferentemente da PNAD Contínua realizada pelo IBGE que se utiliza de amostra. Porém, a RAIS não registra o número de empregos informais nem o de pessoas desocupadas, uma vez que esses dois recortes não são objetos de sua base de dados.

O estoque de empregos alcançou 233.524 vagas no Piauí em 2000, com forte concentração na administração pública (40,9%). Em 2013, o estoque de empregos saltou para 490.330 vagas, com aumento de 110,0% no período. Além desse incremento, o estado do Piauí apresenta agora uma nova configuração na distribuição setorial do mercado de trabalho.

Assim, os segmentos de comércio e serviços que respondiam por 31,1% do emprego formal, com 73.658 pessoas no ano 2000, passaram a representar por cerca de 41,4% dos empregos formais

do Estado, fornecendo 202.982 de postos de trabalho em 2013 (Tabela 3 e Gráfico 2). Vale salientar que a formação deste novo quadro ocorreu a partir dos investimentos nos setores de comércio e serviços, a exemplo da expansão de *shopping centers*⁵, que por sua vez são impulsionados pelo crescimento no consumo das famílias (IBGE, 2014).

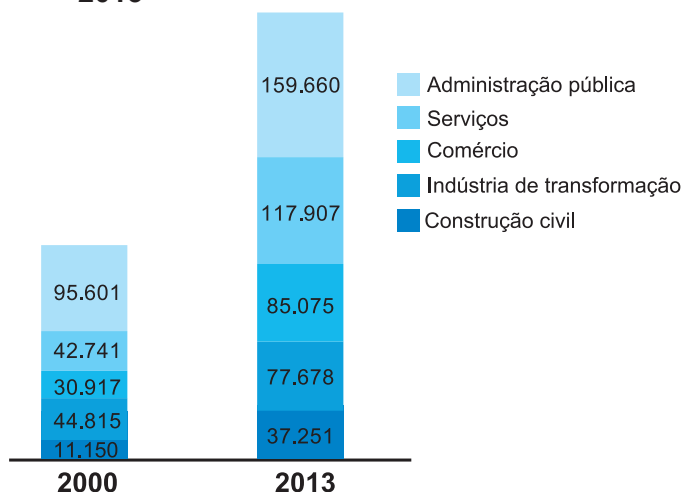
Tabela 3 – Distribuição de emprego por subsetor segundo o número total de vínculos empregatícios - 2000 e 2013

Subsetores	2000		2013		Diferença absoluta	Var. %
	Quant.	Part. (%)	Quant.	Part. (%)		
Administração pública	95.601	40,9	159.660	32,6	64.059	67,0
Serviços	42.741	18,3	117.907	24,0	75.166	175,9
Comércio	30.917	13,2	85.075	17,4	54.158	175,2
Indústria de transformação	44.815	19,2	77.678	15,8	32.863	73,3
Construção civil	11.150	4,8	37.251	7,6	26.101	234,1
Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	3.192	1,4	8.967	1,8	5.775	180,9
Serviços industriais de utilidade pública	3.608	1,5	2.901	0,6	-707	-19,6
Extrativa mineral	1.500	0,6	891	0,2	-609	-40,6
Total	233.524	100,0	490.330	100,0	256.806	110,0

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2014b). Relação Anual de Informações Sociais – RAIS.

⁵ No período de 2011 a 2013, destaca-se a construção de um *shopping center* em São Luís e especificamente em Teresina, o investimento é na construção de um complexo residencial e comercial Reserva Rio Poty, englobando um centro de compras com 300 lojas, edifícios residenciais e uma reserva ambiental (BRASIL, 2014a).

Gráfico 2 – Distribuição de emprego por subsetor segundo o número total de vínculos empregatícios - 2000 e 2013



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2014b). Relação Anual de Informações Sociais – RAIS.

Destaca-se também o desenvolvimento do setor da construção civil que registrou aumento no número de postos de emprego em 234,1% se comparado a 2001, passando a registrar 37.251 empregos formais em 2013, ou seja, incremento de 26.101 novas vagas.

Em relação à distribuição de emprego segundo o porte da empresa⁶, no ano 2000 as firmas de grande porte respondiam por 39,4% dos empregos formais do Estado, enquanto que as Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPEs) ofereciam 60,6% dos pontos de trabalho. Em 2013, as oportunidades aumentaram de forma considerável em todos os segmentos, e de forma especial nas MPEs, que passaram a contar com 66,4% das vagas, enquanto que as firmas de grande porte detinham 33,6% dos empregos.

A organização da indústria de transformação e extrativa mineral, em particular, revelava a existência de 46.315 postos de trabalhos com vínculos empregatícios, em 2000, observando-se uma

⁶ O porte adotado está relacionado com o número de vínculos empregatícios por estabelecimento: a) Micro empresa - até 19 empregados; b) Pequena empresa - entre 20 e 99; c) Média empresa - entre 100 e 499; d) Grande empresa - acima de 500.

concentração em três subsetores: produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico (20,7%), artefatos de couros e calçados (19,3%) e produtos têxteis (17,4%), que empregavam 8.070 pessoas (Tabela 4).

No ano de 2013, houve incremento de 32.254 postos de trabalho na indústria de transformação e extrativa mineral, com 69,6% a mais em relação ao ano de 2000. Os maiores impactos podem ser observados na indústria de produtos alimentícios e bebidas (com acréscimo de 10.611 postos de empregos formais), produtos de artefatos de couro e calçados (aumento em 6.215 postos de trabalho), produtos têxteis (com aumento em 1.588 novos postos de empregos) e produtos de minerais não metálicos com a criação de 3.950 postos de trabalho com vínculo empregatício.

Nestes dois subsetores, indústria de transformação e extrativa mineral, grande parte da geração de empregos formais ocorreu em função dos elevados investimentos nas indústrias de transformação tendo em vista que no período de 2011 a 2013 foram injetados US\$ 1,2 bilhão nestes subsetores, ou seja, 28,7% do total investido no Piauí (BRASIL, 2014a).

Na indústria de transformação, o crescimento na geração de empregos formais foi de 73,3%, entre o período de 2000 e 2013, com saldo de 32.863 novos postos de trabalho. Especificamente na indústria de alimentos, nos municípios de Floriano, Guadalupe, Jerumenha e Marcos Parente, tem-se destacado o investimento de um polo integrado que abrigará as plantas industriais da Terracal Alimentos e Bionergia. O complexo agroindustrial está dividido em três projetos, onde o primeiro será o plantio de cana-de-açúcar com 27.360 ha e uma usina com capacidade de moagem de até 3.420.000 t/ano de cana para produção de etanol e açúcar, além de suprir a capacidade instalada de cogeração de até 137 MW de energia elétrica.

Tabela 4 – Indústria de transformação e extrativa mineral - Distribuição de emprego com vínculos empregatícios por subsetor - 2000 e 2013

Subsetores	2000		2013		Diferença absoluta	Var. %
	Absoluto	Particip. (%)	Absoluto	Particip. (%)		
Indústria de transformação (A)						
Produtos alimentícios e bebidas	9.596	20,7	20.207	25,7	10.611	110,6
Artefatos de couro, artigos de viagem e calçados	8.931	19,3	15.146	19,3	6.215	69,6
Produtos têxteis	8.070	17,4	9.658	12,3	1.588	19,7
Produtos de minerais não metálicos	4.085	8,8	8.035	10,2	3.950	96,7
Coque, refino de petróleo, elabor. de combustíveis nucleares e prod. de álcool	2.841	6,1	4.537	5,8	1.696	59,7
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	3.527	7,6	4.430	5,6	903	25,6
Artigos de borracha e plástico	1.571	3,4	4.315	5,5	2.744	174,7
Produtos de metal exceto máquinas e equipamentos	885	1,9	2.923	3,7	2.038	230,3
Móveis e indústrias diversas	833	1,8	2.769	3,5	1.936	232,4
Edição, impressão e reprodução de gravações	1.728	3,7	1.456	1,9	-272	-15,7
Celulose, papel e produtos de papel	441	1,0	889	1,1	448	101,6
Produtos químicos	434	0,9	838	1,1	404	93,1
Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	170	0,4	653	0,8	483	284,1
Máquinas e equipamentos	206	0,4	401	0,5	195	94,7
Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	418	0,9	345	0,4	-73	-17,5
Metalurgia	262	0,6	316	0,4	54	20,6
Produtos de madeira	240	0,5	300	0,4	60	25,0
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	390	0,8	183	0,2	-207	-53,1
Veículos automotores, reboques e carrocerias	96	0,2	128	0,2	32	33,3
Produtos do fumo	68	0,1	109	0,1	41	60,3
Outros equipamentos de transporte	23	0,0	40	0,1	17	73,9

continuação

Indústria de extração mineral (B)						
Pedra, areia e argila	6	0,01	659	0,84	653	10.883,3
Outros minerais não metálicos	0	0,00	144	0,18	144	-
Carvão mineral	0	0,00	88	0,11	88	-
Atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural	154	0,33	0	0,00	-154	-100,0
Minério de ferro	688	1,49	0	0,00	-688	-100,0
Minerais metálicos não ferrosos	652	1,41	0	0,00	-652	-100,0
Total (A+B)	46.315	100,0	78.569	100,0	32.254	69,6

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2014b). Relação Anual de Informações Sociais - RAIS.

O segundo projeto é o plantio de tomate em 4.770 ha e uma fábrica com a capacidade de processamento de até 5.000 t/ano de tomate. E o terceiro projeto terá o plantio de cacau em 3.000 ha com uma unidade fabril para o beneficiamento de 10.500 t/ano de amêndoas de cacau. O projeto prevê a geração de 3.596 empregos diretos no processo de instalação dos três empreendimentos e mais 3.488 empregos diretos na fase operacional das fábricas, com previsão de data de término do complexo agroindustrial em 2017. Os investimentos realizados no empreendimento totalizaram US\$ 738,9 milhões, de acordo com a Rede Nacional de Informações sobre Investimentos – RENAI (BRASIL, 2014a).

Quanto aos dados disponibilizados pela RAIS-MTE, verifica-se um crescimento no estoque de empregos formais, tendo saltado de 202.605 no ano de 2000 para 441.861 vagas em 2013, aumento em 118,1% com predominância dos empregos formais em empresas de micro e médio portes.

A vocação econômica do Estado para os setores de comércio e serviços contribuiu para que o Estado atingisse a 33.855 estabelecimentos desses segmentos em 2013, ou seja, 80,9% do total de empresas formais do Piauí. Fato este vem impulsionando outros setores, como o da construção civil que gerou 30.917 empregos formais, aumento em 175,17% em relação ao ano de 2000. Outro indicador que também possibilita mensurar o bom desenvolvimento do setor da construção civil é o aumento do consumo de cimento

do Piauí. Segundo o Sindicato da Indústria de Cimento Nacional (SICN), o ano de 2013 encerrou com consumo de 778 toneladas de cimento, registrando incremento de 539 mil toneladas, ou seja, aumento em 226,5% em relação ao ano de 2003.

A produção e distribuição de eletricidade também são animadoras, tendo em vista os investimentos previstos para a construção de um parque fotovoltaico e ampliação de parques eólicos. No município de Parnaíba, está previsto investimento em novos projetos de energia no Complexo do Delta com a implantação de turbinas de energia eólica com capacidade de 70 MW, com expectativa de criar 3 mil empregos diretos. Em Caldeirão Grande do Piauí, o investimento para construção do parque eólico na Chapada do Araripe prevê a geração de 416 MW e a perspectiva de criação de 3,4 mil empregos diretos.

No município de Simões, o projeto diz respeito à implantação de 13 parques eólicos com capacidade instalada para produzir 210 MW e de gerar 680 empregos diretos. Já em São João do Piauí, as inversões estão relacionadas com a instalação de um parque fotovoltaico que terá a capacidade de produzir 200 MW de energia elétrica. Os investimentos totais na produção e distribuição de eletricidade no Piauí são na ordem de US\$ 1,95 bilhão, com previsão de término entre os anos de 2015 e 2017, de acordo com a RENAI (BRASIL, 2014a).

Referências

- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Projetos de investimento por setor e divisão econômica. **Rede Nacional de Informações sobre Investimento – RENAI**. Brasília, DF, 2014a. Disponível em: <<http://investimentos.mdic.gov.br/public/arquivo/arq1407503664.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2014.
- _____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais – RAIS**. Empregos formais no Brasil e Nordeste 2000 e 2013. Brasília, DF, 2014b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.
Pesquisa básica 2001 a 2013. In: **Pesquisa Nacional por
Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua, 2014** . Rio
de Janeiro, 2014. Disponível em: <[http://www.sidra.ibge.gov.br/
pnad/pnadpb.asp](http://www.sidra.ibge.gov.br/pnad/pnadpb.asp)> Acesso em: 11 nov. 2014.

SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DO CIMENTO. **Relatório
anual 2012**. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <[http://www.
snic.org.br/relatorio_anual_dinamico.asp](http://www.snic.org.br/relatorio_anual_dinamico.asp)>. Acesso em: 17 nov.
2014.

13 Intermediação financeira

Allisson David de Oliveira Martins

Economista. Mestre em Economia

O setor financeiro se constitui em um importante vetor do desenvolvimento regional, pois estabelece a conexão entre poupadores e investidores. Permite que as pessoas físicas e jurídicas tenham acesso a financiamentos e empréstimos, realizem operações bancárias além de efetuar transações nos mercados de câmbio e de capitais. O setor contribui ainda para estimular a poupança através da remuneração de ativos. Referidos serviços são considerados fundamentais para a ampliação e modernização das economias locais.

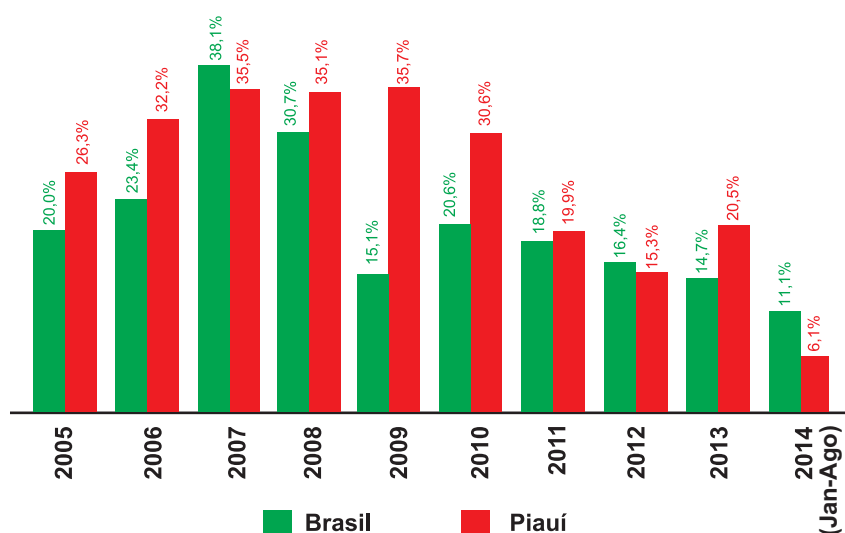
Em agosto de 2014, o Piauí contava com dez instituições financeiras operando no Estado, atuando através de 174 agências bancárias. Referidos estabelecimentos administravam depósitos à vista, dos setores públicos e privados, cujo montante alcançou R\$ 1,0 bilhão, além de R\$ 1,5 bilhão em depósitos a prazo. Os depósitos em caderneta de poupança apresentavam-se como mais relevantes dentre os produtos de captação de recursos, tendo em vista o saldo de R\$ 4,7 bilhões (BACEN, 2014b).

O Estado do Piauí vem apresentando desempenho superior ao Brasil nos últimos anos quando se analisa a evolução do saldo das operações de crédito. A expansão dos empréstimos e financiamentos em nível nacional tem sido significativa, com crescimento anual de 21,4% de 2004 a 2013. No Piauí, ocorreu avanço ainda mais expressivo, ou seja, 28,1% ao ano nesse mesmo período.

O Gráfico 1 mostra a expansão do saldo de crédito no Brasil e no Estado anualmente. Em agosto de 2014, o saldo das operações de crédito no Piauí alcançou R\$ 15,5 bilhões, obtendo uma participação relativa no Nordeste e Brasil, de 4,3% e 0,5%, respectivamente.

Pode-se destacar ainda que o crescimento das operações de crédito no Piauí beneficiou tanto as pessoas físicas quanto as jurídicas. No primeiro caso, o crescimento foi de 28,7%, ao ano, sendo as operações voltadas essencialmente para o consumo. No segundo, a expansão atingiu 27,2% ao ano, com operações destinadas fundamentalmente para a produção.

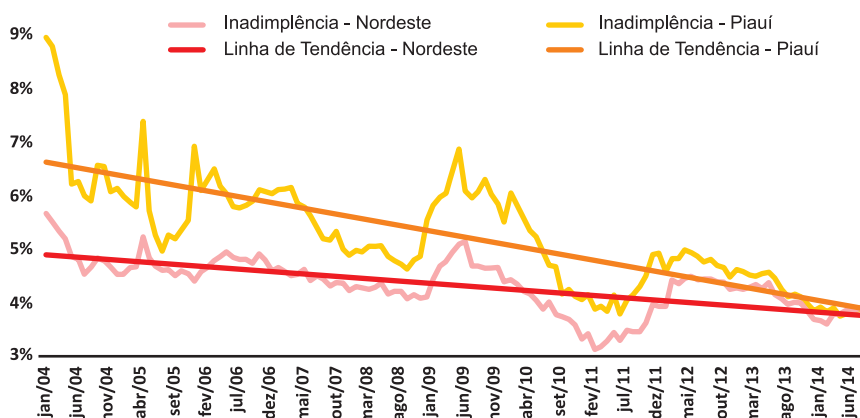
Gráfico 1 – Evolução do saldo de crédito do Sistema Financeiro Nacional e do Piauí - 2005 a 2014 - Variação em relação ao ano anterior - Em %



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do Bacen (2014a).

Além do crescimento quantitativo dos saldos, verifica-se uma melhoria qualitativa das operações de crédito no Estado, haja vista a redução dos Índices de Inadimplência ao longo dos últimos anos. Na verdade, o Índice de Inadimplência no Estado vem apresentando uma tendência de convergência com o indicador da Região Nordeste (Gráfico 2).

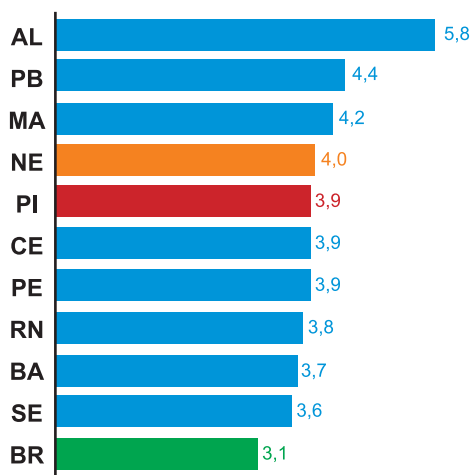
Gráfico 2 – Índice de Inadimplência no Nordeste e Piauí - 2004 a 2014



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do Bacen (2014a).

Em agosto de 2014, a inadimplência total do Piauí registrou 3,9%, ligeiramente abaixo do Índice de Inadimplência do Nordeste (4,0%). Por segmento, a taxa de inadimplência das pessoas físicas (5,0%) apresentou-se superior ao indicador das pessoas jurídicas (2,1%) (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Índice de Inadimplência nos Estados do Nordeste e Brasil - Agosto de 2014



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do Bacen (2014a).

Por sua vez, as agências financeiras oficiais de fomento¹ são de extrema relevância no sistema financeiro brasileiro, pois essas entidades fortalecem as economias locais por intermédio da oferta de recursos financeiros para a implantação, ampliação, modernização e realocação dos empreendimentos produtivos. Nesse sentido, os empreendedores piauienses obtiveram crescentes recursos dessas agências de fomento, contribuindo para dinamizar o nível de atividade econômica através da geração de emprego e renda (Tabela 1).

Tabela 1 – Saldo de aplicação de recursos das agências financeiras oficiais de fomento - Por setor de atividade - 2005 a 2013 - (R\$ bilhões)

Ano	Rural	Industrial	Comércio	Intermediação financeira	Outros serviços	Habitação	Outros	Total
2005	1,61	0,31	0,18	0,13	0,09	0,11	0,47	2,89
2006	1,49	0,28	0,23	0,13	0,11	0,15	0,62	3,01
2007	1,55	0,32	0,28	0,20	0,14	0,29	0,80	3,58
2008	1,55	0,43	0,39	0,21	0,19	0,35	1,12	4,24
2009	1,63	0,47	0,52	0,39	0,90	0,37	1,34	5,61
2010	1,68	0,54	0,64	0,71	1,35	0,58	1,79	7,30
2011	1,52	0,74	0,87	0,90	1,39	0,84	2,09	8,35
2012	1,79	0,97	1,11	1,22	1,43	1,20	2,81	10,52
2013	2,10	1,20	1,51	1,61	1,64	1,68	3,60	13,35

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do Brasil (2014).

¹ Agências oficiais de fomento: Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), Banco do Brasil (BB), Caixa Econômica Federal (CEF), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME) e Banco da Amazônia (BASA).

No período entre 2005 e 2013, verificou-se que o saldo das operações de crédito das agências oficiais multiplicou por um fator de 4,6, resultado de uma taxa de crescimento anual de 18,5%. Cabe destacar a expansão de “outros serviços” e “habitação”, que registraram taxas de crescimento anual de 38,4% e 34,8%, respectivamente.

Sob a ótica dos tomadores de recursos, observa-se que o porte “Micro” possui maior participação relativa (56,4%), haja vista contemplar as microempresas do setor comércio e serviços, bem como os miniprodutores rurais e agricultores familiares. Entretanto, os portes “Grande” e “Médio” apresentaram as taxas anuais de crescimento mais elevadas na aplicação de recursos das agências financeiras oficiais de fomento no período de 2005 a 2013, isto é, 32,3% e 24,2%, respectivamente (Tabela 2).

Tabela 2 – Saldo de aplicação de recursos das agências financeiras oficiais de fomento - Por porte do tomador - 2005 a 2013 - (R\$ bilhões)

Ano	Micro	Pequeno	Médio	Grande	Total
2005	2,14	0,34	0,15	0,26	2,89
2006	2,27	0,32	0,16	0,26	3,01
2007	2,73	0,35	0,17	0,33	3,58
2008	3,00	0,45	0,22	0,57	4,24
2009	3,05	0,61	0,34	1,61	5,61
2010	3,61	0,73	0,45	2,52	7,30
2011	4,26	0,85	0,58	2,66	8,35
2012	5,71	1,11	0,85	2,85	10,52
2013	7,53	1,53	1,08	3,21	13,35

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do Brasil (2014).

Referências

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Economia e finanças. Economia regional. Crédito. In: **Sistema Gerenciador de Séries Temporais**. v. 2.1. Brasília, DF, 2014a. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>>. Acesso em: 11 nov. 2014.

_____. **ESTBAN – Estatística Bancária por Município**. Brasília, DF, 2014b. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/fis/cosif/estban.asp>>. Acesso em: 11 nov. 2014.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Empresas Estatais**. Portarias bimestrais. Orçamento de investimentos. Empréstimos e financiamentos. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/ministerio.asp?index=4&ler=t213>>. Acesso em: 11 nov. 2014.

14 Financiamentos de longo prazo do Banco do Nordeste: o FNE

José Alci Lacerda de Jesus

Engenheiro Agrônomo. Especialista em Ecologia
e Avaliação de Recursos Naturais

Mário Sérgio Carvalho de Freitas

Geógrafo. Mestre em Geografia Física

Sâmia Araújo Frota

Economista. Mestre em Administração

As políticas públicas direcionadas para o desenvolvimento regional são importantes instrumentos para geração de crescimento econômico com inclusão social. Nesse sentido, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) tem se constituído em um dos pilares das políticas de desenvolvimento para a Região. De fato, o FNE tem contribuído para financiar diversas atividades produtivas, impulsionando as economias estaduais e promovendo a redução das desigualdades intra e inter-regionais.

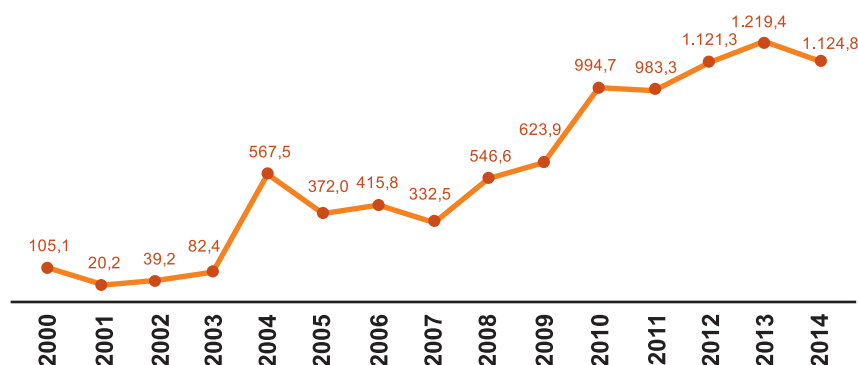
Assim, a aplicação dos recursos do FNE, planejada e realizada em articulação com os Governos Estaduais, Ministério da Integração, a SUDENE, representações dos setores produtivos e órgãos de apoio à atividade econômica, possibilita que na área de atuação do Fundo sejam fortalecidas as cadeias produtivas, gerados novos negócios, criadas oportunidades de empregos e incrementada a arrecadação de tributos.

Nesse contexto, verifica-se no Gráfico 1 que houve incremento substancial nos valores contratados com recursos do FNE no estado do Piauí, evoluindo de R\$ 105,1 milhões em 2000 para R\$ 1,1 bilhão em 2014, sendo o valor total aplicado no período de R\$ 8,5 bilhões. Em relação à quantidade de operações contratadas, ocorreu também um aumento expressivo no número de operações,

saltando de aproximadamente 4,5 mil em 2000 para quase 45,9 mil em 2014, ampliando-se substancialmente o acesso dos empreendedores piauienses.

Outro aspecto a destacar é que a participação do PIB do Piauí na economia do Nordeste oscilou entre 4,1% e 4,3% de 2000 a 2012. O FNE, por sua vez, destinou 6,6% do total aplicado por essa fonte de financiamento para o Piauí nesse mesmo período, considerando valores atualizados até 2014 (Gráfico 1 e Gráfico 2).

Gráfico 1 – Evolução das contratações com recursos do FNE no Piauí - (R\$ milhões)

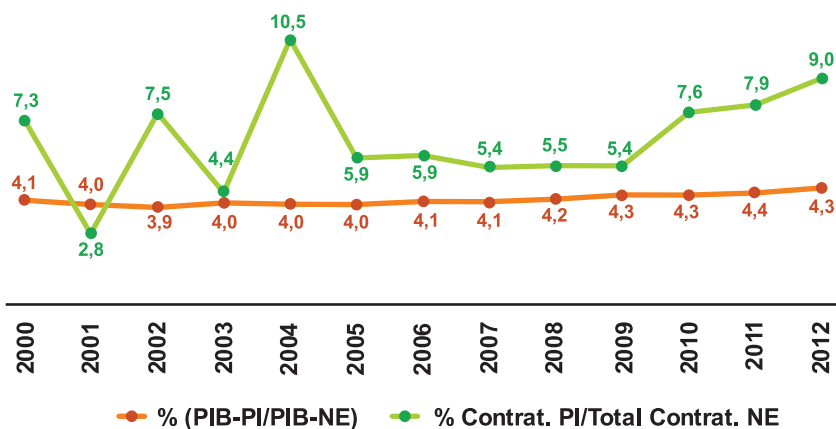


Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE.

Nota: os valores foram atualizados pelo IGP-DI – média anual a preços de dezembro de 2014, com dados do Ipeadata.

Em relação ao atendimento às áreas consideradas prioritárias pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), do Governo Federal, quais sejam as mesorregiões diferenciadas das Chapadas do Araripe e das Mangabeiras, a Região Integrada de Desenvolvimento (RIDE) de Teresina e o Semiárido piauiense, os financiamentos do FNE alcançaram aproximadamente R\$ 4,2 bilhões, R\$ 1,8 bilhão e R\$ 2,1 bilhões, respectivamente, em valores atualizados e considerando-se o período de 2006 a 2014.

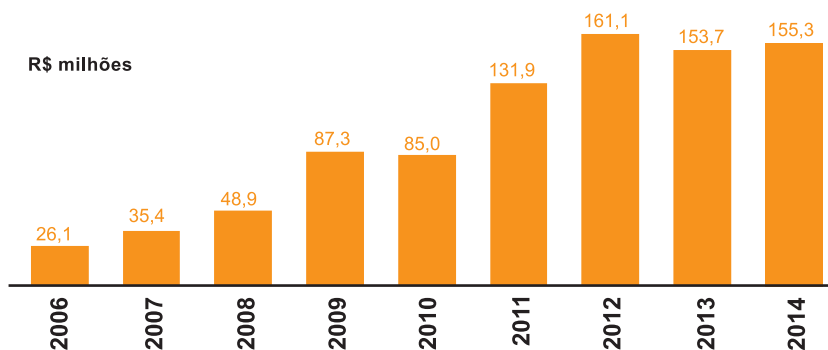
Gráfico 2 – Participação do Piauí no PIB regional e no total das contratações do FNE na Região Nordeste - 2000 a 2012 - Em %



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

Além disso, tendo em vista as políticas públicas de âmbito nacional que apoiam às Micro e Pequenas Empresas (MPes), o Piauí obteve elevação nas aplicações com recursos do FNE para esse segmento, especialmente a partir de 2006 (Gráfico 3). Esse resultado é compatível com o crescimento dos financiamentos do FNE para comércio e serviços, principal setor de atuação das MPes. Assim, o FNE contratou aproximadamente R\$ 26,1 milhões e R\$ 155,3 milhões, em valores atualizados, nesse segmento no Piauí em 2006 e 2014, respectivamente, significando um incremento de aproximadamente 495% no período.

Gráfico 3 – Evolução das contratações com recursos do FNE para Micro e Pequenas Empresas no Piauí



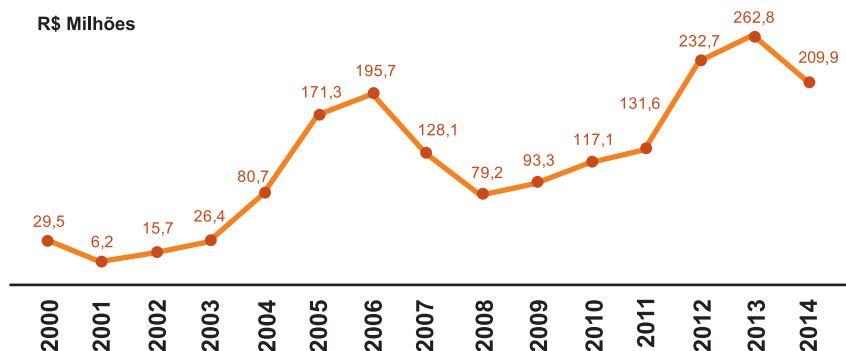
Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE.

Nota: os valores foram atualizados pelo IGP-DI – média anual a preços de dezembro de 2014, com dados do Ipeadata.

Os agricultores familiares também têm sido beneficiados com substancial parcela de recursos do FNE no Piauí, por meio do Programa Pronaf. Conforme detalhado no Gráfico 4 observa-se uma evolução de R\$ 29,5 milhões, em 2000, para R\$ 209,9 milhões em 2014. Registre-se, contudo, que os efeitos da estiagem, que prosseguiu em 2014, contribuíram para uma redução de cerca de 20% na contratação de recursos no âmbito do programa, em relação ao ano de 2013, situação que se espera seja revertida nos próximos exercícios.

Com relação aos financiamentos setoriais, no período de 2000-2014, verificou-se uma maior participação dos setores agrícola (41,2%), comércio e serviços (22,3%) e pecuária (20,5%) conforme apresentado no Gráfico 5. A alocação setorial dos recursos do FNE corresponde à demanda por recursos, que por sua vez retrata o perfil produtivo estadual. Mudanças na estrutura produtiva podem ocorrer através da implementação de políticas setoriais que complementem a ação creditícia.

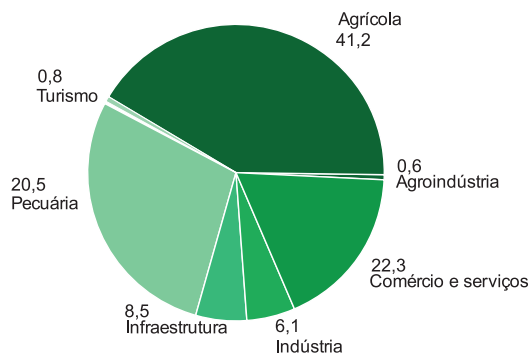
Gráfico 4 – Evolução das contratações com recursos do FNE para agricultura familiar no Piauí



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE.

Nota: os valores foram atualizados pelo IGP-DI – média anual a preços de dezembro de 2014, com dados do Ipeadata.

Gráfico 5 – Participação média dos setores econômicos nos financiamentos do FNE no Piauí - 2000 a 2014



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE.

Nota: os valores foram atualizados pelo IGP-DI – média anual a preços de dezembro de 2014, com dados do Ipeadata.

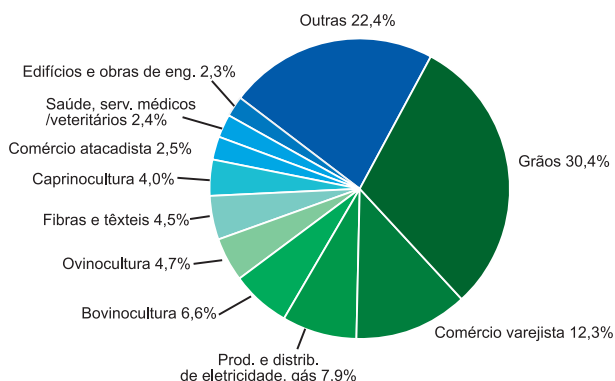
Destaca-se ainda o apoio que tem sido proporcionado a grandes empreendimentos no Piauí em diversos setores. Pode-se mencionar a agricultura, indústria, comércio, serviços e infraestrutura, segmentos nos quais as empresas âncoras podem contribuir para estruturar

cadeias produtivas estaduais, uma vez que essas firmas demandam insumos e bens intermediários que podem ser produzidos por fornecedores locais de diferentes portes.

Neste aspecto, nos últimos quatro anos (2011-2014), por exemplo, podem ser destacados financiamentos a grandes empreendimentos dos segmentos energético, *shopping centers*, lojas de departamentos, do ramo alimentício e agroindustrial.

O Gráfico 6 apresenta as principais atividades econômicas e sua participação no total do financiamento do FNE no período 2000-2014, podendo ser observada, portanto, a diversidade de segmentos produtivos contemplados com recursos do FNE.

Gráfico 6 – Principais atividades financiadas com FNE no Piauí - 2000 a 2014



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE.

Nota: os valores foram atualizados pelo IGP-DI – média anual a preços de dezembro de 2014, com dados do Ipeadata.

Outro aspecto fundamental na aplicação dos recursos do FNE diz respeito à democratização do acesso ao crédito e a desconcentração da aplicação dos recursos em termos territoriais. Neste contexto, o Mapa 1 mostra a distribuição do volume dos financiamentos por município, no período 2006 a 2014.

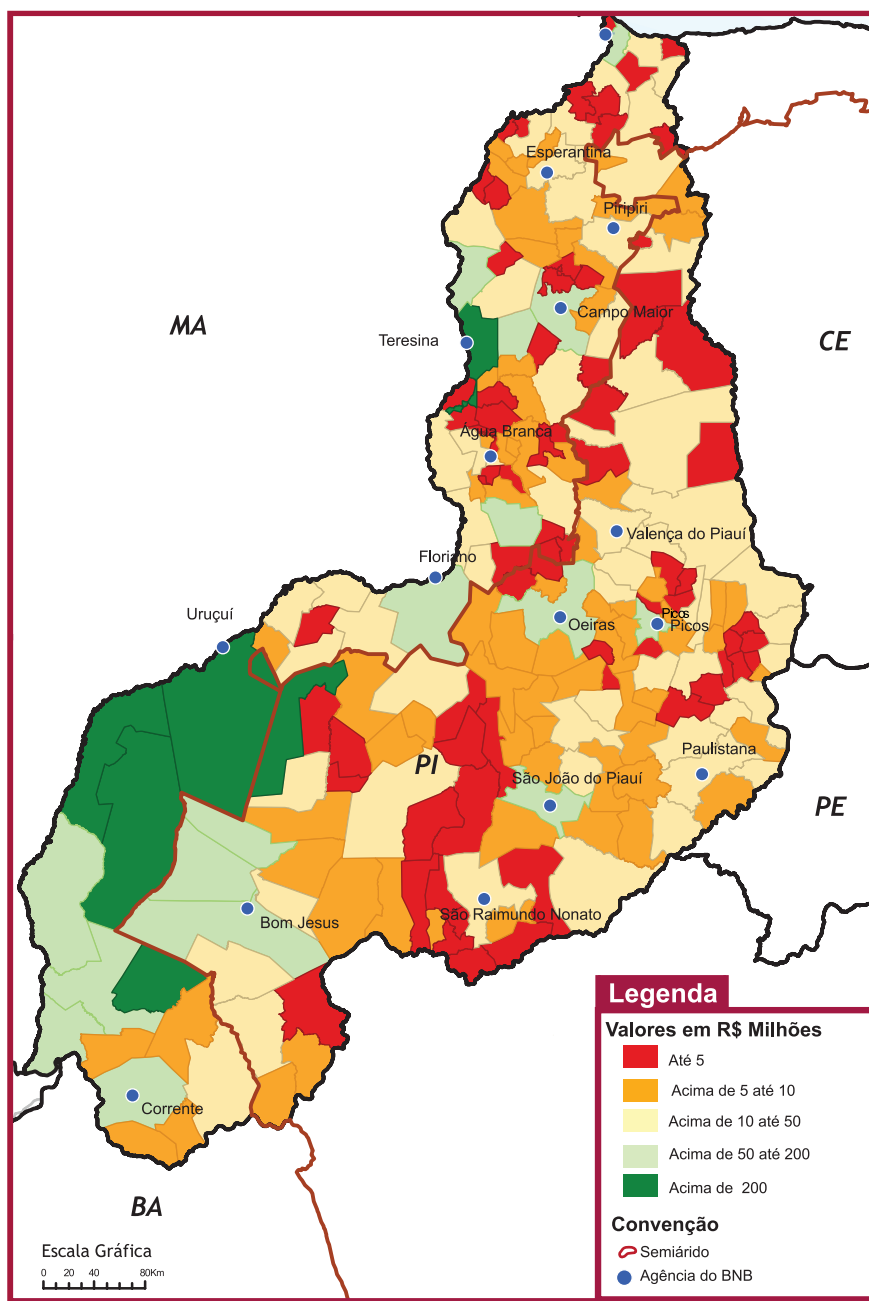
Assim, é possível visualizar que o FNE tem atendido a todos os municípios do Piauí. Contudo, a demanda por recursos é maior

nos principais centros de produção do Estado, especificamente o cerrado piauiense e a região metropolitana de Teresina. Seguem-se as áreas no entorno de Parnaíba, Campo Maior, Floriano, Picos e Oeiras. As demais áreas, espalhadas no território piauiense, possuem estruturas produtivas menos desenvolvidas, o que influencia uma menor demanda por financiamentos, conforme apresentado no Mapa 1.

Referido mapa é um indicativo dos municípios potencialmente prioritários para ações institucionais integradas, visando ao desenvolvimento dos empreendimentos rurais e urbanos e à consequente ampliação do apoio do BNB/FNE.

Em síntese, fica evidenciada a contribuição do FNE como instrumento para potencializar oportunidades econômicas no Piauí, a exemplo da agricultura granífera, agricultura irrigada, aquicultura e pesca, além dos setores agroindustrial, mineral, industrial, comercial e de turismo. Por meio desses recursos, o Banco do Nordeste reafirma sua parceria com os estados na promoção do desenvolvimento regional.

Mapa 1 – Volume de financiamentos do FNE no Piauí - 2006 a 2014



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE.

Nota: os valores foram atualizados pelo IGP-DI – média anual a preços de dezembro de 2014, com dados do Ipeadata.

Referências

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **FNE 2014**. Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste: programação regional. Fortaleza, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Contas regionais do Brasil 2002-2008**. Rio de Janeiro, 2010. (Contas Nacionais, n. 32). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2008/publicacao2008.pdf>>. Acesso em: 11 nov 2014.

_____. **Contas regionais do Brasil 2010**. Rio de Janeiro, 2012. (Contas Nacionais, n. 38). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2010/publicacao2010.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2014

_____. **Contas regionais do Brasil 2012**. Rio de Janeiro, 2014. (Contas Nacionais, n. 42). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/Contas_Regionais/2012/contasregionais2012.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2014.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS. **Ipeadata, temas, renda**. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 02 mar. 2015.

MENDES JÚNIOR, B. de O. MESQUITA, A. M. **Pefil econômico do Piauí**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2002.

15 Considerações finais

Conforme evidenciado no presente estudo, o Piauí é detentor de uma expressiva base de recursos naturais que necessita ser utilizada de forma sustentável e em prol da maioria da população local. Recentemente, o Estado passou por um amplo processo de transformação. Os diferentes indicadores econômicos e sociais analisados mostraram importante avanço, o que se traduziu em melhoria no bem estar da população.

É importante enfatizar que a economia piauiense apresentou uma evolução expressiva ao longo da última década, tendo seu PIB e PIB per *capita* crescido acima da média nacional e do Nordeste permitindo reduzir as desigualdades inter regionais.

Referido crescimento foi possível em função das sólidas políticas macroeconômicas adotadas no Brasil, especialmente a partir de 2003, que possibilitaram a retomada de um projeto nacional de desenvolvimento que havia sido interrompido nas chamadas “décadas perdidas” dos anos 1980 e 1990. Com isso, gerou-se incremento nos investimentos produtivos e em infraestrutura no Brasil, e particularmente no Piauí.

Ao mesmo tempo, as políticas sociais implementadas permitiram a inclusão e ascensão social de expressivo contingente de pessoas. O conjunto dessas políticas contribuiu para a ampliação do mercado de trabalho e o fortalecimento do setor produtivo gerando um círculo virtuoso de desenvolvimento. O estado do Piauí foi beneficiado por esses resultados

Verificou-se um crescimento no estoque de empregos formais, tendo saltado de 202.605 no ano de 2000 para 441.861 vagas em 2013, aumento em 118,1% com predominância dos empregos formais em empresas de micro e médio portes.

Atualmente, projetos de infraestrutura estão em execução no Estado visando à redução de gargalos na infraestrutura, contribuindo assim para elevar a competitividade da economia piauiense, a exemplo de obras para ampliar a oferta de energia elétrica, moder-

nizar a logística e os meios de transporte e fortalecer os recursos hídricos.

Cabe mencionar a expansão da ação creditícia e em particular a atuação das agências oficiais de fomento, particularmente o Banco do Nordeste, que expandiram de forma considerável os financiamentos para o setor produtivo no Estado.

Além disso, os investimentos na área social também tem sido expressivos, tanto que se constatou uma melhoria significativa nas condições dos domicílios, bem como uma expansão dos serviços de abastecimento de água, coleta de lixo e distribuição de energia elétrica. De fato, ocorreram avanços importantes para o Piauí nessas áreas em anos recentes, tendo o ritmo de expansão dos indicadores do Estado superado a taxa média de crescimento ocorrida no País.

Os indicadores sociais referentes às dimensões de saúde e educação também obtiveram incrementos importantes nos últimos anos, embora ainda sejam inferiores à média brasileira. É importante salientar que as diferenças existentes em relação aos estados mais desenvolvidos tenderam a se reduzir no período analisado.

Apesar dos expressivos avanços verificados nos indicadores econômicos e sociais, é importante reconhecer que existem desafios a serem vencidos nos próximos anos. O PIB *per capita* do Estado, R\$ 8,6 mil em 2012, ainda é inferior ao do Nordeste (R\$ 11,7 mil em 2012) e cerca de um terço do nacional, que alcançou R\$ 24,1 mil no mesmo ano. O IDH do Piauí (0,646 em 2010) ainda permanece abaixo da média para o Nordeste (0,660 em 2010) e da média nacional (0,726 em 2010).

Nesse contexto, as estratégias a serem elaboradas e implementadas devem levar em conta um complexo quadro social e econômico delineado em um território que sofre crescente pressão ambiental causada por atividades humanas.

É importante ressaltar que as taxas de crescimento populacional têm diminuído ao longo das últimas décadas, ocorrendo um progressivo envelhecimento da população.

A redução do ritmo de crescimento da população no Piauí é reflexo do arrefecimento das taxas de fecundidade, natalidade e mor-

talidade, por efeito do processo de urbanização da população, da crescente inserção da mulher no mercado de trabalho, dos avanços da medicina e da melhoria da qualidade de vida da população.

Ressalta-se que o Piauí não constitui área de forte influxo migratório. Ao contrário, é comum a emigração da população jovem para outros Estados mais desenvolvidos.

Um aspecto relevante diz respeito às transformações demográficas no Estado. Atualmente, o número das pessoas com idade entre 15 e 64 anos, denominado de População em Idade Ativa (PIA), totaliza 2,1 milhões de pessoas, superando o número daqueles com idade inferior a 15 anos e superior a 64 anos, equivalente a 1,1 milhão de indivíduos, que é denominado de População em Idade Inativa (PINA).

Quando a PIA é superior a PINA tem-se uma situação em que a força de trabalho é relevante no conjunto da população total, ocorrendo, portanto o chamado “bônus demográfico”. O Piauí tem desfrutado dessa situação nos últimos anos.

Outro aspecto importante diz respeito ao processo de localização espacial da população, marcado pela crescente concentração nos centros urbanos, sendo que atualmente cerca de dois terços da população estadual reside nessas áreas. A mesorregião Centro-Norte, com 22,0% do território piauiense, concentra 46,7% da população estadual enquanto que somente em Teresina vivem 26,0% dos habitantes do Piauí.

Paralelamente à concentração espacial da população verifica-se, também, a manutenção da aglomeração das principais atividades econômicas do Estado. A mesorregião do Sudoeste tem destacado como nova fronteira agrícola, com a soja surgindo como o principal produto de exportação do Piauí. Contudo, a mesorregião do Centro-Norte responde por quase 60% do PIB estadual. Algumas das novas dinâmicas econômicas e os novos eixos de articulação produtiva reforçam o processo de concentração econômica e populacional nos principais centros urbanos.

No que se refere à estrutura produtiva do Estado, os serviços responderam por 77,2% do valor agregado bruto estadual em

2012, com elevada participação das atividades de administração pública e do comércio. Se por um lado tem ocorrido um processo de modernização do setor terciário, por outro lado referida estrutura reflete uma pequena base produtiva. O setor industrial se expandiu recentemente, mas ainda assim gerou menos de 20% do Valor Agregado Bruto estadual em 2012, precisamente 18,6%. Em consequência da atrofia do segmento industrial, o Piauí é deficitário nas relações comerciais com as demais Unidades Federativas do Brasil, necessitando importar peças, componentes, maquinário e bens de consumo.

Além disso, as atividades industriais estão concentradas em segmentos tradicionais, de intensidade tecnológica classificada como baixa ou média, a exemplo das indústrias alimentícias e de bebidas além da construção civil. Apesar do crescimento e diversificação do mercado de trabalho em conjunto com o número de empresas formalmente registradas, expressivo contingente populacional está ocupado informalmente no setor agropecuário, obtendo reduzida remuneração. Registre-se que o setor agropecuário respondeu por apenas 4,2% do valor agregado estadual em 2012, implicando dizer que parte da agropecuária estadual ainda é de subsistência.

É indiscutível o surgimento de modernos modelos de produção agropecuários, especialmente no cerrado piauiense, com o consequente avanço obtido na produtividade de diferentes atividades, a exemplo da produção de grãos e de leite. Contudo, parte dessa atividade ainda é explorada de forma rudimentar, fortemente dependente da regularidade das chuvas, tipicamente os modelos de produção localizados no semiárido.

A pequena base produtiva gera limitados recursos de arrecadação para o Estado e municípios, de forma que o Piauí ainda é dependente das transferências constitucionais para executar ações e projetos. A título de ilustração, a arrecadação de ICMS totalizou R\$ 2,7 bilhões no Estado em 2013, enquanto que as transferências do Governo Federal por intermédio do Fundo de Participação dos Estados (FPE), Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e as transferências voluntárias não constitucionais somaram R\$ 4,2 bilhões nesse mesmo ano.

Na verdade, o índice de dependência financeira do Piauí, ou seja, a proporção da receita total do Estado que é obtida através de taxaço sobre atividades produtivas, passou de 0,12 em 2001 para 0,28 em 2013. Quando o referido índice se aproxima de 1, significa maior capacidade do ente federativo para gerar suas receitas através da arrecadação de tributos. No caso do Piauí, mais de 70% das receitas estaduais provem de fontes não tributárias. Em termos comparativos, São Paulo tem índice médio de dependência financeira de 0,9.

O quadro de questões a serem enfrentadas remete a necessidade de se estabelecer uma estratégia de desenvolvimento focada em ao menos três grandes diretrizes. Primeiramente, é fundamental a manutenção dos programas sociais para que a redução da pobreza e a inclusão social prossigam de forma acelerada. Também, referidas políticas permitem ampliar o mercado consumidor estadual que por sua vez é indutor do desenvolvimento local.

Além disso, torna-se fundamental intensificar os investimentos em infraestruturas físicas, de forma que se possa criar um ambiente atraente para a geração de novos negócios no Estado, além de contribuir para melhorar o bem estar da população.

É importante ainda se desenvolver ações que promovam a formação de capital humano, buscando-se melhorar os níveis de qualificação da força de trabalho. A mão de obra adequadamente preparada cria as bases para a formação de um ambiente inovador e amplia a produtividade da economia, favorece uma melhor distribuição da renda e possibilita uma maior mobilidade social.

As ações voltadas para expandir a qualificação da força de trabalho devem, necessariamente, contemplar a ampliação e melhoria da qualidade do ensino básico, reduzindo o analfabetismo e promovendo a cidadania. As iniciativas devem, ainda, buscar incrementar a formação técnica e profissional de forma a qualificar a população para ingressar no mercado de trabalho.

Em síntese, o Piauí obteve importante progresso em termos econômicos e sociais em anos recentes. Apesar dos avanços, os principais indicadores do Estado ainda são inferiores em comparação com as médias nacionais, de forma que a desigualdade in-

ter-regional continua sendo um tema relevante para o Estado. Em face dos desafios a serem enfrentados pelo Piauí, as políticas públicas serão fundamentais para que o Estado possa se desenvolver de forma sustentável.

Apêndices

1 Informações territoriais

Características geográficas - 2013

Característica	% Nordeste	
Área (km²)	251.612	16,19
Extensão da costa litorânea (km)	67	1,29
Número de municípios	224	12,49
Número de distritos	224	6,98

Fonte: IBGE. Anuário estatístico do Brasil 2013.

2 Informações econômicas

Produto Interno Bruto - 2012

PIB	Valores correntes	% Participação
	R\$ milhões	% do Nordeste
PIB a preços correntes	25.720,6	4,32
	R\$ 1,00	% do Brasil
Produto Interno Bruto <i>per capita</i>	8.138	35,93

Fonte: IBGE. Contas regionais do Brasil 2012.

PIB e População por município - 2012

Municípios	PIB (R\$ mil correntes)	Participação (%)	PIB <i>per capita</i> (R\$ correntes)	População (pessoas)	Participação (%)
Total	25.720.626	100,00	8.137,51	3.160.748	100,00
Acauã	26.680	0,10	3.901	6.840	0,22
Agricolândia	19.237	0,07	3.800	5.062	0,16
Água Branca	93.627	0,36	5.592	16.744	0,53
Alagoinha do Piauí	28.394	0,11	3.830	7.413	0,23
Alegrete do Piauí	21.286	0,08	4.115	5.173	0,16
Alto Longá	52.820	0,21	3.822	13.820	0,44
Altos	183.803	0,71	4.685	39.232	1,24
Alvorada do Gurguéia	29.432	0,11	5.685	5.177	0,16
Amarante	78.690	0,31	4.582	17.173	0,54
Angical do Piauí	30.319	0,12	4.556	6.655	0,21
Anísio de Abreu	34.689	0,13	3.696	9.385	0,30
Antônio Almeida	44.893	0,17	14.633	3.068	0,10
Aroazes	25.248	0,10	4.397	5.742	0,18
Aroeiras do Itaim	10.677	0,04	4.372	2.442	0,08
Arraial	19.346	0,08	4.156	4.655	0,15
Assunção do Piauí	27.509	0,11	3.624	7.590	0,24
Avelino Lopes	40.304	0,16	3.580	11.258	0,36
Baixa Grande do Ribeiro	132.460	0,51	12.119	10.930	0,35
Barra D'Alcântara	18.697	0,07	4.846	3.858	0,12
Barras	200.820	0,78	4.419	45.448	1,44
Barreiras do Piauí	12.933	0,05	3.973	3.255	0,10
Barro Duro	31.016	0,12	4.714	6.580	0,21
Batalha	105.011	0,41	4.035	26.023	0,82
Bela Vista do Piauí	16.004	0,06	4.152	3.854	0,12
Belém do Piauí	13.125	0,05	3.874	3.388	0,11
Benedictinos	40.177	0,16	4.041	9.943	0,31
Bertolínia	38.818	0,15	7.256	5.350	0,17
Betânia do Piauí	24.135	0,09	3.995	6.042	0,19
Boa Hora	23.096	0,09	3.571	6.467	0,20

continua...

continuação

Municípios	PIB (R\$ mil correntes)	Participação (%)	PIB per capita (R\$ correntes)	População (pessoas)	Participação (%)
Bocaina	19.726	0,08	4.489	4.394	0,14
Bom Jesus	337.495	1,31	14.275	23.642	0,75
Bom Princípio do Piauí	26.742	0,10	4.946	5.407	0,17
Bonfim do Piauí	19.776	0,08	3.615	5.471	0,17
Boqueirão do Piauí	23.788	0,09	3.783	6.288	0,20
Brasileira	28.682	0,11	3.560	8.057	0,25
Brejo do Piauí	16.841	0,07	4.522	3.724	0,12
Buriti dos Lopes	95.169	0,37	4.954	19.212	0,61
Buriti dos Montes	29.552	0,11	3.658	8.079	0,26
Cabeceiras do Piauí	37.202	0,14	3.667	10.144	0,32
Cajazeiras do Piauí	13.070	0,05	3.829	3.413	0,11
Cajueiro da Praia	32.277	0,13	4.409	7.321	0,23
Caldeirão Grande do Piauí	28.391	0,11	4.981	5.700	0,18
Campinas do Piauí	23.695	0,09	4.348	5.449	0,17
Campo Alegre do Fidalgo	17.827	0,07	3.702	4.815	0,15
Campo Grande do Piauí	24.472	0,10	4.290	5.704	0,18
Campo Largo do Piauí	25.044	0,10	3.596	6.964	0,22
Campo Maior	329.478	1,28	7.242	45.493	1,44
Canaveira	18.040	0,07	4.635	3.892	0,12
Canto do Buriti	119.252	0,46	5.853	20.375	0,64
Capitão de Campos	41.441	0,16	3.736	11.092	0,35
Capitão Gervásio Oliveira	14.316	0,06	3.628	3.946	0,12
Caracol	37.092	0,14	3.550	10.448	0,33
Caraúbas do Piauí	26.678	0,10	4.735	5.634	0,18
Caridade do Piauí	20.016	0,08	4.072	4.915	0,16
Castelo do Piauí	90.094	0,35	4.913	18.336	0,58
Caxingó	25.466	0,10	4.922	5.174	0,16
Cocal	111.499	0,43	4.119	27.067	0,86

continua...

continuação

Municípios	PIB (R\$ mil correntes)	Participação (%)	PIB <i>per capita</i> (R\$ correntes)	População (pessoas)	Participação (%)
Cocal de Telha	19.123	0,07	4.187	4.567	0,14
Cocal dos Alves	22.649	0,09	4.019	5.635	0,18
Coivaras	17.317	0,07	4.472	3.872	0,12
Colônia do Gurguéia	28.543	0,11	4.610	6.191	0,20
Colônia do Piauí	30.003	0,12	4.021	7.461	0,24
Conceição do Canindé	21.352	0,08	4.749	4.496	0,14
Coronel José Dias	15.937	0,06	3.494	4.561	0,14
Corrente	152.782	0,59	5.936	25.737	0,81
Cristalândia do Piauí	28.758	0,11	3.607	7.973	0,25
Cristino Castro	45.631	0,18	4.523	10.089	0,32
Curimatá	60.589	0,24	5.534	10.948	0,35
Currais	38.361	0,15	8.032	4.776	0,15
Curral Novo do Piauí	17.857	0,07	3.579	4.990	0,16
Curralinhos	13.554	0,05	3.178	4.265	0,13
Demerval Lobão	61.106	0,24	4.561	13.398	0,42
Dirceu Arcoverde	24.839	0,10	3.671	6.767	0,21
Dom Expedito Lopes	36.810	0,14	5.525	6.662	0,21
Dom Inocêncio	29.957	0,12	3.223	9.296	0,29
Domingos Mourão	16.992	0,07	3.988	4.261	0,13
Elesbão Veloso	68.467	0,27	4.757	14.394	0,46
Eliseu Martins	21.804	0,08	4.602	4.738	0,15
Esperantina	184.827	0,72	4.823	38.322	1,21
Fartura do Piauí	15.952	0,06	3.108	5.133	0,16
Flores do Piauí	18.976	0,07	4.346	4.366	0,14
Floresta do Piauí	11.244	0,04	4.512	2.492	0,08
Floriano	656.458	2,55	11.287	58.158	1,84
Francinópolis	22.909	0,09	4.378	5.233	0,17
Francisco Ayres	18.611	0,07	4.266	4.363	0,14

continua...

continuação

Municípios	PIB (R\$ mil correntes)	Participação (%)	PIB per capita (R\$ correntes)	População (pessoas)	Participação (%)
Francisco Macedo	11.883	0,05	4.013	2.961	0,09
Francisco Santos	39.141	0,15	4.419	8.857	0,28
Fronteiras	161.729	0,63	14.333	11.284	0,36
Geminiano	30.319	0,12	5.789	5.237	0,17
Gilbués	82.476	0,32	7.908	10.429	0,33
Guadalupe	138.009	0,54	13.441	10.268	0,32
Guaribas	15.602	0,06	3.520	4.432	0,14
Hugo Napoleão	15.866	0,06	4.195	3.782	0,12
Ilha Grande	42.557	0,17	4.693	9.069	0,29
Inhuma	66.241	0,26	4.443	14.909	0,47
Ipiranga do Piauí	40.442	0,16	4.274	9.463	0,30
Isaías Coelho	31.239	0,12	3.761	8.307	0,26
Itainópolis	43.803	0,17	3.904	11.219	0,35
Itaueira	55.531	0,22	5.176	10.728	0,34
Jacobina do Piauí	25.146	0,10	4.435	5.670	0,18
Jaicós	78.660	0,31	4.283	18.364	0,58
Jardim do Mulato	16.668	0,06	3.825	4.358	0,14
Jatobá do Piauí	23.529	0,09	4.998	4.708	0,15
Jerumenha	23.617	0,09	5.402	4.372	0,14
João Costa	14.133	0,05	4.789	2.951	0,09
Joaquim Pires	52.130	0,20	3.743	13.929	0,44
Joca Marques	18.521	0,07	3.552	5.214	0,16
José de Freitas	190.206	0,74	5.042	37.724	1,19
Juazeiro do Piauí	22.180	0,09	4.628	4.793	0,15
Júlio Borges	21.279	0,08	3.912	5.439	0,17
Jurema	19.305	0,08	4.208	4.588	0,15
Lagoa Alegre	31.118	0,12	3.802	8.184	0,26
Lagoa de São Francisco	25.125	0,10	3.855	6.517	0,21
Lagoa do Barro do Piauí	19.197	0,07	4.233	4.535	0,14
Lagoa do Piauí	28.897	0,11	7.372	3.920	0,12

continua...

continuação

Municípios	PIB (R\$ mil correntes)	Participação (%)	PIB per capita (R\$ correntes)	População (pessoas)	Participação (%)
Lagoa do Sítio	19.805	0,08	3.995	4.958	0,16
Lagoinha do Piauí	11.337	0,04	4.167	2.721	0,09
Landri Sales	22.802	0,09	4.361	5.229	0,17
Luís Correia	145.514	0,57	5.012	29.034	0,92
Luzilândia	109.034	0,42	4.392	24.824	0,79
Madeiro	26.710	0,10	3.350	7.974	0,25
Manoel Emídio	25.625	0,10	4.906	5.223	0,17
Marcolândia	35.357	0,14	4.387	8.059	0,25
Marcos Parente	19.477	0,08	4.374	4.453	0,14
Massapê do Piauí	21.557	0,08	3.444	6.260	0,20
Matias Olímpio	39.159	0,15	3.699	10.586	0,33
Miguel Alves	134.190	0,52	4.109	32.658	1,03
Miguel Leão	9.179	0,04	7.427	1.236	0,04
Milton Brandão	24.763	0,10	3.669	6.750	0,21
Monsenhor Gil	56.338	0,22	5.450	10.337	0,33
Monsenhor Hipólito	30.317	0,12	4.050	7.486	0,24
Monte Alegre do Piauí	56.593	0,22	5.461	10.363	0,33
Morro Cabeça no Tempo	18.158	0,07	4.480	4.053	0,13
Morro do Chapéu do Piauí	25.058	0,10	3.812	6.574	0,21
Murici dos Portelas	35.300	0,14	4.051	8.714	0,28
Nazaré do Piauí	28.842	0,11	3.979	7.248	0,23
Nazária	36.674	0,14	4.458	8.227	0,26
Nossa Senhora de Nazaré	16.726	0,07	3.588	4.661	0,15
Nossa Senhora dos Remédios	35.570	0,14	4.257	8.356	0,26
Nova Santa Rita	16.660	0,06	3.936	4.233	0,13
Novo Oriente do Piauí	25.949	0,10	4.017	6.459	0,20
Novo Santo Antônio	14.373	0,06	4.317	3.329	0,11
Oeiras	210.624	0,82	5.862	35.931	1,14
Olho D'Água do Piauí	11.005	0,04	4.110	2.678	0,08
Padre Marcos	30.468	0,12	4.556	6.687	0,21

continua...

continuação

Municípios	PIB (R\$ mil correntes)	Participação (%)	PIB per capita (R\$ correntes)	População (pessoas)	Participação (%)
Paes Landim	19.827	0,08	4.897	4.049	0,13
Pajeú do Piauí	14.366	0,06	4.183	3.434	0,11
Palmeira do Piauí	28.857	0,11	5.816	4.962	0,16
Palmeirais	53.953	0,21	3.858	13.986	0,44
Paquetá	16.566	0,06	4.258	3.891	0,12
Parnaguá	46.911	0,18	4.503	10.417	0,33
Parnaíba	1.131.355	4,40	7.658	147.732	4,67
Passagem Franca do Piauí	18.513	0,07	4.185	4.424	0,14
Patos do Piauí	24.738	0,10	4.004	6.178	0,20
Pau D'Arco do Piauí	15.094	0,06	3.912	3.858	0,12
Paulistana	110.861	0,43	5.558	19.947	0,63
Pavussu	15.310	0,06	4.219	3.629	0,11
Pedro II	160.735	0,62	4.264	37.692	1,19
Pedro Laurentino	11.855	0,05	4.849	2.445	0,08
Picos	831.280	3,23	11.013	75.481	2,39
Pimenteiras	46.300	0,18	3.924	11.798	0,37
Pio IX	77.087	0,30	4.319	17.848	0,56
Piracuruca	138.082	0,54	4.937	27.971	0,88
Piripiri	363.334	1,41	5.852	62.088	1,96
Porto	43.540	0,17	3.599	12.097	0,38
Porto Alegre do Piauí	15.511	0,06	5.952	2.606	0,08
Prata do Piauí	12.688	0,05	4.109	3.088	0,10
Queimada Nova	34.816	0,14	4.012	8.679	0,27
Redenção do Gurguéia	36.381	0,14	4.283	8.494	0,27
Regeneração	83.678	0,33	4.763	17.569	0,56
Riacho Frio	19.826	0,08	4.688	4.229	0,13
Ribeira do Piauí	15.228	0,06	3.524	4.321	0,14
Ribeiro Gonçalves	85.190	0,33	12.144	7.015	0,22
Rio Grande do Piauí	25.905	0,10	4.124	6.282	0,20
Santa Cruz do Piauí	26.539	0,10	4.376	6.065	0,19

continua...

continuação

Municípios	PIB (R\$ mil correntes)	Participação (%)	PIB per capita (R\$ correntes)	População (pessoas)	Participação (%)
Santa Cruz dos Milagres	17.662	0,07	4.571	3.864	0,12
Santa Filomena	49.854	0,19	8.165	6.106	0,19
Santa Luz	23.202	0,09	4.126	5.624	0,18
Santa Rosa do Piauí	21.084	0,08	4.098	5.145	0,16
Santana do Piauí	18.070	0,07	4.025	4.489	0,14
Santo Antônio de Lisboa	34.804	0,14	5.672	6.136	0,19
Santo Antônio dos Milagres	8.343	0,03	3.997	2.087	0,07
Santo Inácio do Piauí	15.186	0,06	4.128	3.679	0,12
São Braz do Piauí	16.080	0,06	3.712	4.332	0,14
São Félix do Piauí	13.000	0,05	4.444	2.925	0,09
São Francisco de Assis do Piauí	22.072	0,09	3.882	5.686	0,18
São Francisco do Piauí	27.667	0,11	4.399	6.290	0,20
São Gonçalo do Gurguéia	14.131	0,05	4.871	2.901	0,09
São Gonçalo do Piauí	19.863	0,08	4.112	4.831	0,15
São João da Canabrava	19.097	0,07	4.267	4.476	0,14
São João da Fronteira	24.427	0,09	4.272	5.718	0,18
São João da Serra	27.233	0,11	4.480	6.079	0,19
São João da Varjota	16.979	0,07	3.618	4.693	0,15
São João do Arraial	27.143	0,11	3.582	7.578	0,24
São João do Piauí	107.404	0,42	5.410	19.852	0,63
São José do Divino	27.107	0,11	5.224	5.189	0,16
São José do Peixe	18.476	0,07	5.018	3.682	0,12
São José do Piauí	27.515	0,11	4.185	6.574	0,21
São Julião	25.569	0,10	4.471	5.719	0,18
São Lourenço do Piauí	16.279	0,06	3.657	4.451	0,14
São Luis do Piauí	10.684	0,04	4.152	2.573	0,08
São Miguel da Baixa Grande	10.627	0,04	4.454	2.386	0,08
São Miguel do Fidalgo	12.426	0,05	4.178	2.974	0,09

continua...

continuação

Municípios	PIB (R\$ mil correntes)	Participação (%)	PIB <i>per capita</i> (R\$ correntes)	População (pessoas)	Participação (%)
São Miguel do Tapuio	74.842	0,29	4.150	18.033	0,57
São Pedro do Piauí	63.270	0,25	4.581	13.810	0,44
São Raimundo Nonato	215.978	0,84	6.516	33.148	1,05
Sebastião Barros	18.458	0,07	5.312	3.475	0,11
Sebastião Leal	57.646	0,22	13.860	4.159	0,13
Sigefredo Pacheco	37.961	0,15	3.911	9.706	0,31
Simões	67.426	0,26	4.726	14.267	0,45
Simplicio Mendes	65.582	0,25	5.353	12.251	0,39
Socorro do Piauí	17.968	0,07	3.997	4.495	0,14
Sussuapara	32.028	0,12	4.997	6.409	0,20
Tamboril do Piauí	10.941	0,04	3.901	2.805	0,09
Tanque do Piauí	12.122	0,05	4.552	2.663	0,08
Teresina	12.306.772	47,85	14.823	830.231	26,27
União	255.967	1,00	5.941	43.085	1,36
Uruçuí	650.724	2,53	31.553	20.623	0,65
Valença do Piauí	118.065	0,46	5.790	20.393	0,65
Várzea Branca	17.532	0,07	3.596	4.875	0,15
Várzea Grande	18.400	0,07	4.263	4.316	0,14
Vera Mendes	14.068	0,05	4.692	2.998	0,09
Vila Nova do Piauí	15.513	0,06	5.188	2.990	0,09
Wall Ferraz	17.568	0,07	4.064	4.323	0,14

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE. Produto Interno Bruto dos municípios, 2012 e Estimativas de população, 1 de julho de 2012.

Finanças públicas - 2013

Receita/Despesa	R\$ 1,00 correntes
Receita total	8.943.720.913
Receitas Correntes	7.766.191.351
Receita Tributária	3.196.932.279
Impostos	3.051.070.554
Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	392.277.312
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza – IR	212.511.051
Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA	167.546.506
"Imposto sobre Transmissão ""Causa Mortis"" e Doação de Bens e Direitos – ITCD"	12.219.755
Impostos sobre a Produção e a Circulação	2.658.793.241
Taxas	145.861.725
Contribuição de Melhoria	0
Receitas de Contribuições	386.637.574
Receita Patrimonial	100.072.036
Receita Agropecuária	0
Receita Industrial	0
Receita de Serviços	15.785.769
Transferências Correntes	4.024.914.624
Outras Receitas Correntes	41.849.068
Receitas de Capital	595.985.782
Operações de Crédito	495.633.602
Alienação de Bens	1.204.373
Amortização de Empréstimos	77.005
Transferências de Capital	99.070.802
Outras Receitas de Capital	0
Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	491.543.780
Receitas de Capital Intra-Orçamentárias	90.000.000
Despesa total	6.792.207.798
Despesas Correntes	5.430.445.125
Pessoal e Encargos Sociais	2.822.804.953
Juros e Encargos da Dívida	109.419.800
Outras Despesas Correntes	2.498.220.372
Despesas de Capital	1.361.762.673
Investimentos	1.009.806.618
Inversões Financeiras	132.821.348
Amortização da Dívida	219.134.707

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados da Secretaria do Tesouro Nacional. Execução orçamentária 2013.

Comércio exterior: principais produtos - 2013

Exportações	US\$ 1,00 FOB	% do Estado
Total	161.847.995	100,0
Soja, mesmo triturada, exceto para sementeira	89.199.350	55,1
Ceras vegetais	44.396.726	27,4
Algodão simplesmente debulhado, não cardado NE	9.373.180	5,8
Pilocarpina, seu nitrato e seu cloridrato	4.164.400	2,6
Milho em grão, exceto para sementeira	4.085.678	2,5
Algodão não debulhado, não cordado nem penteado	2.664.206	1,7
Mel natural	2.062.771	1,3
Couros/peles caprinos, umid. "wet blue"	1.250.171	0,8
Quercetina	969.005	0,6
Quartzitos, em bruto ou desbastados	945.678	0,6
Outros produtos	2.736.830	1,7
Importações		
Total	196.742.634	100,0
Barras de ferro/aço, lamin. quente, dentadas, etc.	19.407.657	9,9
Outros fio - máquinas de outros ligas de aço	19.037.983	9,7
Lâmina ferro/aço, L>=6dm, galvan. outro proc. E<4.	14.372.601	7,3
Fios de cobre refinado, maior dimensão da sec.	13.612.048	6,9
Lâmina ferro/aço, a frio, L>=6dm, em rolos, 0.5mm<	12.933.113	6,6
Outros cloretos de potássio	12.612.197	6,4
Lâmina ferro/aço, a frio, L>=6dm, em rolos, 1mm<E<	9.482.085	4,8
Lâmina de outras ligas acos, quente, L>=600mm, RO	8.749.740	4,5
Máquinas ferram. p/cisalhar metais, c/ comando n	7.281.375	3,7
Superfosfato, teor de pentóxido de fósforo (P2	6.911.359	3,5
Outros produtos	72.342.476	36,8
Saldo da Balança Comercial	-34.894.639	-

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Estatísticas de comércio exterior, dez./2013

Agropecuária - 2013

Lavoura temporária: principais produtos	Área colhida (Hectares)	Quant. produzida	Valor Prod.(R\$ mil correntes)
Total	1.175.836	2.574.025	1.444.018
Soja (em grão) (Toneladas)	533.114	920.950	775.148
Milho (em grão) (Toneladas)	271.997	485.043	254.271
Feijão (em grão) (Toneladas)	198.187	39.833	121.193
Arroz (em casca) (Toneladas)	103.692	90.392	72.823
Mandioca (Toneladas)	37.602	156.256	42.902
Cana-de-açúcar (Toneladas)	14.547	756.191	70.161
Outros	16.697	125.360	107.520
Lavoura Permanente: Principais Produtos			
Total	136.820	78.104	72.305
Castanha de caju (Toneladas)	132.439	12.863	17.915
Banana (cacho) (Toneladas)	1.957	37.518	36.430
Coco-da-baía (Mil frutos)	903	11.014	6.930
Manga (Toneladas)	856	7.847	3.211
Laranja (Toneladas)	353	3.235	1.881
Goiaba (Toneladas)	168	3.466	3.004
Outros	144	2.161	2.934
Produção Física		% do Nordeste	
Leite (Mil litros)		82.542	2,29
Ovos de galinha (Mil dúzias)		15.998	2,92
Ovos de codorna (Mil dúzias)		284	1,56
Mel de abelha (Quilogramas)		1.267.003	16,82
Efetivo do rebanho (cabeças)		% do Estado	
Total	16.780.346	100,00	
Bovino	1.666.107	9,93	
Equino	102.092	0,61	
Bubalino	877	0,01	
Suíno - total	857.208	5,11	
Suíno - matrizes de suínos	170.945	1,02	
Caprino	1.239.161	7,38	
Ovino	1.205.232	7,18	
Galináceos - total	9.526.306	56,77	
Galináceos - galinhas	1.989.456	11,86	
Codornas	22.962	0,14	

continua...

continuação

Produção de pescado (t) 2011		% do Estado
Total Geral	25.112,10	100,0
Pesca Extrativa	6.420	25,6
Marinha	4.119	16,4
Continental	2.301	9,2
Aqüicultura	18.692	74,4
Marinha	1.692	6,7
Continental	17.001	67,7
Nº de estabelecimentos agropecuários por atividade econômica		% do Nordeste
Total	245.378	10,00
Lavoura temporária	119.048	11,09
Horticultura e floricultura	3.749	5,99
Lavoura permanente	11.618	4,93
Sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	124	12,54
Pecuária e criação de outros animais	95.749	9,91
Produção florestal - florestas plantadas	2.187	7,77
Produção florestal - florestas nativas	12.177	15,59
Pesca	385	8,45
Aqüicultura	341	9,33

Fonte: elaborados pelo BNB, ETENE com dados do IBGE. Produção Agrícola Municipal, 2013; Produção Pecuária Municipal, 2013 e Censo Agropecuário, 2006; Ministério da Pesca e Aquicultura. Estatística da Pesca e Aquicultura, 2011.

Nota: os dados de produção de pescado refere-se ao ano de 2011.

Energia elétrica - 2012

Consumo de energia elétrica	(GWh)	% do Estado
Total	3.105	100,00
Residencial	1.328	42,78
Industrial	193	6,22
Comercial	610	19,63
Rural	471	15,16
Poder público	170	5,48
Iluminação pública	175	5,63
Serviço público	148	4,76
Consumo próprio	10	0,33

Fonte: Empresa de Pesquisa Energética. Anuário estatístico de energia elétrica, 2013.

Número de intermediários financeiros - 2013

Intermediário	Quantidade	% do Nordeste
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	18	8,57
Demais estabelecimentos bancários	173	4,79

Fonte: Bacen. Estatística bancária por município, dez./2013.

3 Informações sociais

Características da população - 2013

População residente ¹	Mil pessoas	% do Estado
Total	3.187	100,00
Por sexo		
Homens	1.550	48,6
Mulheres	1.637	51,4
Por situação de domicílio		
Urbana	2.180	68,4
Rural	1.007	31,6
Taxa de Urbanização (%)¹		68,4
Densidade Demográfica (hab/km²)¹		12,7

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2013.

Índices de Desenvolvimento Humano e distribuição de renda

Índice	Nº Índice
IDH - M (1991)	0,362
IDH - M (2000)	0,484
IDH - M (2010)	0,646
Índice de Gini (2013)	0,515

Fontes. PNUD. Atlas do desenvolvimento humano 2013 e Ipea. Ipeadata.

Educação - 2012

Taxa de analfabetismo	
Pessoas de 05 anos ou mais de idade	19,9
Média de anos de estudo: 15 anos ou mais	
Pessoas de 10 anos ou mais de idade	5,95
Distribuição dos estudantes por rede de ensino	
Pública	83,0
Particular	17,0
Distribuição dos estudantes por rede e nível de ensino	
Pré-escolar	
Pública	82,35
Particular	17,65
Fundamental	
Pública	89,18
Particular	10,82
Médio	
Pública	88,05
Particular	11,95
Superior	
Pública	38,89
Particular	61,11

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2013.

Saúde

Ítem	Quantidade	% da Região
Número de Estabelecimentos de Saúde (2013)	3.529	6,12
Número de Postos de Saúde (2013)	507	11,68
Médicos por mil habitantes (2010)	0,93	-
Leitos por mil habitantes (2012)	2,56	-
Taxa de mortalidade infantil (%) (2011)	23,58	-

Fonte: Departamento de Informática do SUS – DATASUS. Informações de Saúde TABNET.

Emprego e renda - 2013

População de 10 anos ou mais	Mil pessoas	% do Estado
População em Idade Ativa (PIA)	2.663	100,00
População economicamente ativa (PEA)	1.601	60,1
População Ocupada	1.512	56,8
PIA: por classes de rendimento mensal (salários mínimos)		
Total	2.663	100,00
Até 1/2	469	17,61
Mais de 1/2 a 1	652	24,48
Mais de 1 a 2	479	17,99
Mais de 2 a 3	109	4,09
Mais de 3 a 5	76	2,85
Mais de 5 a 10	58	2,18
Mais de 10 a 20	13	0,49
Mais de 20	6	0,23
Sem rendimento	796	29,89
Sem declaração	5	0,19
Vínculos Empregatícios Formais		
Total	444.121	100,00
Indústria	35.261	7,94
Construção Civil	37.251	8,39
Comércio	85.075	19,16
Serviços e Administração Pública	277.567	62,50
Agropecuária, extr vegetal, caça e pesca	8.967	2,02

continua...

continuação

Estabelecimentos	Unidades	
Total	29.901	100,00
Indústria	2.655	8,88
Construção Civil	2.068	6,92
Comércio	15.050	50,33
Serviços e Administração Pública	9.205	30,78
Agropecuária, extr vegetal, caça e pesca	923	3,09

Fontes: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2013 e Ministério do Trabalho e Emprego. Relação Anual das Informações Sociais – RAIS, 2013.

Características dos domicílios - 2013

Domicílios particulares permanentes	Mil Unidades	% do Estado
Total	929	100,00
Condição de Ocupação		
Próprios	740	79,66
Alugados	79	8,50
Cedidos	92	9,90
Outros	18	1,94
Domicílios por serviços básicos		
Acesso à rede geral de abastecimento de água	634	68,14
Acesso à rede coletora de esgoto ou pluvial	32	3,37
Coleta de lixo ¹	597	64,15
Acesso à energia elétrica	905	97,30
Domicílios por existência de bens duráveis		
Telefone fixo	6	0,67
Telefone celular	669	71,94
Telefone fixo e celular	104	11,15
Rádio	620	66,67
Televisão	873	93,87
Geladeira	874	93,99
Microcomputador	225	24,14
Máquina de lavar roupa	178	19,12

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2013.

4 Informações políticas

Eleições 2014: número de votos válidos - por cargo eletivo e partidos políticos

Partido	Dep. Estadual	Dep. Federal	Senador	Governador
DEM	-	-	-	-
PC do B	-	-	-	-
PDT	76.055	-	-	-
PHS	-	-	-	-
PMDB	243.757	111.132	-	-
PMN	-	-	-	-
PP	31.055	121.121	-	-
PPS	-	-	-	-
PRB	25.626	-	-	-
PRP	-	-	-	-
PRTB	-	-	-	-
PSB	140.672	312.523	-	-
PSC	-	-	-	-
PSD	102.474	99.750	-	-
PSDB	96.202	-	-	-
PSDC	-	-	-	-
PSL	-	-	-	-
PT	87.056	228.250	-	1.053.342
PT do B	-	-	-	-
PTB	156.086	163.388	981.219	-
PTC	34.056	-	-	-
PR	24163	-	-	-
PTN	-	-	-	-
PEN	-	-	-	-
SD	-	-	-	-
PV	-	-	-	-

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral. Informações e dados estatísticos sobre as eleições, 2014.

